



Waldir Ferreira de Abreu

**O Trabalho de Socialização de
Meninos de Rua em Belém do Pará:
Um Estudo sobre a República do
Pequeno Vendedor**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida C. Mamede Neves / PUC-RIO

Co-orientador: Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage / ICED/UFPA

Rio de Janeiro
Junho de 2010



Waldir Ferreira de Abreu

**O Trabalho de Socialização de
Meninos de Rua em Belém do Pará:
Um Estudo sobre a República do
Pequeno Vendedor**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a Maria Aparecida Campos Mamede Neves

Orientadora

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a Rosália Maria Duarte

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a. Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa

PUC-Rio

Prof^a. Stella Cecília Duarte Segenreich

UCP

Prof^o. Antonio Maurício Castanheira das Neves

CEFET-RIO

Prof. Paulo Fernando C. de Andrade

Coordenador Setorial do Centro de
Teologia e Ciências Humanas

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Waldir Ferreira de Abreu

Waldir Ferreira de Abreu graduou-se em Pedagogia (1993) pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, fez Especialização em Educação Especial (1998) e Especialização em Serviço Social na Gestão das Políticas Sociais (1999) pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Estudou Teologia no Instituto de Ciências Religiosas da Arquidiocese de Fortaleza / ICRE-FAFIFOR (1986 a 1989) e Filosofia na Universidade Federal do Pará/UFPA (1996 a 1998). É mestre em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (2002) e Doutor em Ciências Humanas e Educação pela PUC-RIO (2010). Atualmente é Professor adjunto I da Universidade Federal do Pará, membro do comitê científico e fundador da Revista Margens / ISSN - 1806-0560 / CUBT/UFPA, professor de Didática e Filosofia da Educação/UFPA, membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia, Ética e Educação-GEPEFEE/UFPA/ICED/CNPq. Foi Coordenador Pedagógico da Organisation Terre des Hommes / SUISSE-BRASIL, presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Abaetetuba-2006/2008, membro dos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Pará (CONSUN / CONSEPE / CONSAD), Coordenador do Campus Universitário do Baixo Tocantins / UFPA e professor Adjunto II da Universidade da Amazônia – UNAMA.

Ficha Catalográfica

Abreu, Waldir Ferreira de

O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará : um estudo sobre a República Pequeno Vendedor / Waldir Ferreira de Abreu ; orientadora: Maria Aparecida C. Mamede Neves ; co-orientador: Salomão Antônio Mufarrej Hage. – 2010.

162 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Meninos de rua. 3. Infância. 4. Projetos de atendimento. 5. Socialização. I. Neves, Maria Aparecida Campos Mamede. II. Hage, Salomão Antônio Mufarrej. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. IV. Título.

CDD: 370

Dedico esta tese a:

À Thais, Higor e Beatriz Abreu;

À Esmeralda Ferreira de Abreu;

Aos meninos de rua de Belém;

A todos educadores e voluntários da República do Pequeno Vendedor.

Agradecimentos

Agradeço:

À professora Maria Aparecida C. Mamede Neves;

À Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro e;

Ao padre Bruno Secch.

Todos foram fundamentais para realização deste trabalho.

Resumo

Abreu, Waldir Ferreira de; Neves, Maria Aparecida Campos Mamede. **O Trabalho de Socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará: Um Estudo sobre a República do Pequeno Vendedor.** Rio de Janeiro, 2010. 162p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese é um estudo descritivo sobre o Trabalho de Socialização de meninos de rua em Belém do Pará desenvolvido pelo Movimento República do Pequeno Vendedor - RPV. Tem como objetivo descrever o trabalho de atendimento aos meninos de rua partindo da prática da República do Pequeno Vendedor na socialização e valorização dos mesmos. Para isso, estudou primeiramente, a concepção e a história da infância pobre no Brasil, o processo de socialização de meninos de rua, políticas públicas para infância, assim como, os princípios norteadores que fundamentam o trabalho da RPV. Parte da hipótese que a RPV vem construindo estratégias e práticas pedagógicas que inserem os meninos de rua na sociedade. Para coleta de dados da pesquisa, foram consultados documentos do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Belém - CMDCA, Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Fundação do Bem Estar da Criança e do Adolescente do Pará – FUNCAP, Lar de Maria, Centro de Valorização da Criança – CVC, os dois pólos de atendimento da RPV – Jurunas e Benguí - e as bibliotecas das três grandes universidades paraenses: UFPA, UEPA e UNAMA. O estudo fundamenta-se no pressuposto da abordagem qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram: o levantamento documental, a entrevista e a observação participante. O levantamento documental constituiu-se na técnica de seleção de documentos históricos, tais como: cartilhas, estatutos, regimentos, panfletos, relatórios e projetos, com a finalidade de relatar criticamente a trajetória da República do Pequeno Vendedor no trabalho de socialização de meninos de rua. As entrevistas e as observações constituíram outros instrumentos metodológicos da pesquisa. Foram feitas entrevistas respectivamente com o fundador, a coordenadora, a ex-coordenadora, educadores e sócios solidários da República do Pequeno Vendedor, obedecendo um roteiro de perguntas pré-estabelecido para cada entrevistado. A análise dos resultados mostra que o processo de socialização dos meninos de rua feito pela RPV é positiva, possibilitando a inserção desses meninos na sociedade e no mercado de trabalho através de sua profissionalização, assim como, resgatando à dignidade de pessoa humana dos mesmos.

Palavras-chave:

Meninos de Rua – Infância – projetos de atendimento – Socialização.

Abstract

Abreu, Waldir Ferreira de; Neves, Maria Aparecida Campos Mamede (Advisor). **The Socialization Work With Homeless Children in Belém – Pará: A Study About a Republica do Pequeno Vendedor - RPV**. Rio de Janeiro, 2010. 162p. PhD. Dissertation - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis is a descriptive study on the socialization work with homeless children in Belém, developed by the "Movimento Republica do Pequeno Vendedor- RPV". For this, it has studied firstly the conception and history of poor children in Brazil, their socialization process, public policies for them, as well as the guiding principles that underlie the work of the RPV. The study starting point was the hypothesis that the RPV has been building strategies and pedagogical practices that introduce the homeless children into society. To collect the survey data, documents from the Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents in Belém - CMDCA, Pope John XXIII Foundation - FUNPAPA, Foundation of Welfare of the Child and Adolescent of Pará - FUNCAP, Home of Mary, Child's Recovery Center- CVC, the two poles of assistance of RPV - Jurunas and Benguí – were consulted, as well as the libraries of the three major universities of Pará: UFPA, UEPA and UNAMA. The study is based on the assumption of qualitative research and data collection instruments were documentary survey, interview and "participant observation". The documentary survey selected primers, statutes, bylaws, brochures, reports and projects, in order to report the trajectory of the RPV. The interviews and observations formed other methodological tools of research. Interviews were processed with the founder, coordinator, former coordinator, educators and general partners of the RPV, following a script of questions predetermined for each interviewee. The data analysis demonstrated that the socialization process developed by RPV is positive and enable the integration of these children into society.

Key-words:

Homeless children - childhood - Assistance Projects – Socialization

Sumário

1	Introdução	11
2	Caminhos Percorridos: A Metodologia	24
2.1	Tipo de estudo	24
3	A História do Atendimento à Infância no Brasil: partindo da expressão menor até criança e adolescente	40
3.1	O atendimento às crianças pobres na sociedade brasileira	45
3.2	As políticas de atendimento aos meninos de rua no Brasil	56
3.3	A recorrência ao termo menor no Brasil	63
4	O Atendimento às Crianças Pobres em Belém do Pará	66
4.1	As políticas para as crianças socialmente abandonadas	70
4.2	As entidades de atendimento ao menor do Estado do Pará	71
4.2.1	Lar de Maria	71
4.2.2	Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP	73
4.2.3	Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA	78
4.2.4	Pastoral do Menor	80
4.2.5	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR	81
4.2.6	Centro de Valorização da Criança – CVC	85
4.2.7	A República do Pequeno Vendedor	87
5	O Movimento República do Pequeno Vendedor: História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua	88
5.1	A trajetória do Movimento República do Pequeno Vendedor	88
5.2	A República como Movimento Social	92
5.3	História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua	98
5.4	Descobrimo as crianças na rua	100
5.5	Estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua	107
5.6	Estrutura Física da República para atendimento aos meninos de rua	114

6	O Trabalho de Socialização de Meninos de rua Desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor	122
6.1	O Processo de Socialização na República do Pequeno Vendedor	122
6.2	A educação informal como eixo da socialização dos meninos de rua na República do Pequeno Vendedor	124
6.3	Os Projetos e Programas desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor e suas linhas de ação	127
6.4	Outras atividades desenvolvidas	137
7	Considerações Finais	140
8	Referências Bibliográficas	144
9	Anexos	152

Lista de Fotos, Gráficos e Mapas

Foto 1 - O rio que passa ao fundo é o Guamá e o que se apresenta a frente é a baía do Guajará – Foto: www.para.gov.br	31
Foto 2 - Belém insular, com o rio Guamá ao fundo e a baía do Guajará a frente Foto: www.para.gov.br	31
Foto 3 - Bairro de frente para o rio Guamá (ao fundo os bairros da Batista Campos, Centro e Nazaré) - Foto: www.para.gov.br	34
Foto 4 - Porto do açaí no bairro do Jurunas – Foto: www.para.gov.br	35
Foto 5 - Visão aérea do bairro do Bengui – Foto: www.para.gov.br	36
Foto 6 - Pórtico de entrada do pólo Jurunas – Foto: Marisa Pinheiro	38
Foto 7 - Fachada do pólo Jurunas – Foto: Marisa Pinheiro	38
Foto 8 - Pórtico de entrada do pólo Bengui - Foto: Marisa Pinheiro	39
Foto 9 - Parte interna do pólo Bengui - Foto: Marisa Pinheiro	39
Foto 10 - Fachada do pólo Jurunas / foto Marisa Pinheiro	115
Foto 11 - Auditório do pólo Jurunas / foto: Marisa Pinheiro	116
Foto 12 - Entrada do centro de formação do pólo Jurunas / foto: Marisa Pinheiro	116
Foto 13 - Galpão onde se guarda materiais doados pela população pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	117
Foto 14 - Prédios administrativos do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	117
Foto 15 - Refeitório do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	118
Foto 16 - Prédio das oficinas do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	118
Foto 17 - Prédios das oficinas do pólo Bengui / foto Marisa Pinheiro	118
Foto 18 - Campo de futebol, ao fundo prédios administrativos do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	119
Foto 19 - Galpão de armazenamento do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	119
Foto 20 - Primeiro portão de entrada do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	119
Foto 21 - Área livre do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	120
Foto 22 - Frente do terreno do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	120
Foto 23 - Primeiro portão de entrada do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	120
Foto 24 - Campo de futebol do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	121
Foto 25 - Entrada do refeitório do pólo Bengui / foto: Marisa Pinheiro	121

Foto 26 - Área verde do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro	121
Foto 27 - Curso de musicalização	154
Foto 28 - Grupo de capoeira	154
Foto 29 - Apresentação grupo de capoeira	155
Foto 30 - Curso de musicalização	155
Foto 31 - Concentração para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV	156
Foto 32 - equipe de arrecadação dos objetos doados pela população para RPV	156
Foto 33 - Concentração para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV	157
Foto 34 - Caminhão para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV	157
Foto 35 - Voluntários e educadores da RPV	158
Foto 36 - Produtos produzidos nos cursos feitos pelos meninos	158
Foto 37 - Cartaz da campanha de sócio solidário para arrecadação de recursos	159
Foto 38 - Reunião com os pais dos meninos atendidos	159
Foto 39 - Apresentação grupo de percussão	160
Foto 40 - Apresentação grupo de dança	160
Foto 41 - Apresentação do grupo de capoeira	161
Foto 42 - Grupo de voluntários da RPV	161
Foto 43 - Padre Bruno Secch	162
 Mapas	
Mapa 1 - Mapa do Brasil com o Estado do Pará em destaque	29
Mapa 2 - Mapa do Estado do Pará com Belém em destaque	29
Mata 3 - Cidade de Belém localizando os pólos do Jurunas e Bengui.	37
 Gráficos	
Gráfico 01 – Estrutura e Organização do Movimento	107
Gráfico 02 – Programas do Movimento	108
Gráfico 03 – Ações do Movimento	113

“Navegar é preciso...”

(Fernando Pessoa)

1 Introdução

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Paulo Freire)

A vontade de investigar o trabalho de socialização de meninos de rua em Belém, tendo como foco central a República do Pequeno Vendedor, vem da minha experiência como educador de rua em instituições públicas e privadas que atendem esse segmento da população na sociedade. Essa experiência forneceu-me oportunidade para uma maior aproximação com a realidade das crianças e dos adolescentes que trabalham ou vivem na rua, assim como às entidades que trabalham na socialização dessas crianças, inclusive na própria República onde trabalhei como educador de rua na década de 1980. Além da República tive outras experiências no trabalho com meninos de rua: Fundação Papa João XXIII – Belém (1985 – 1990), Terre des Hommes – Fortaleza (1990 -1997) e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Fortaleza e Belém (1985 a 1995).

Durante toda minha trajetória profissional, vi serem implementadas e extintas políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco em todos os níveis da esfera pública: municipal, estadual e federal. Umhas apenas com fins eleitoreiros, outras mais consistentes, mas sem recursos necessários para serem efetivadas de fato.

O que sempre me chamou atenção, algo comum de se ver em qualquer horário do dia, são crianças que se ocupam em vender sacolas, salgadinhos, balas e/ou fazer pequenos furtos nas grandes cidades brasileiras. Um cenário que parece compor uma realidade rotineira, natural, mas que no meu entender é muito cruel para essas crianças.

O Estado nem sempre ofereceu políticas para atendimento as crianças que se encontram em risco na rua, porém, quando as ofereceu, elas não deram conta de solucionar essa problemática. Os projetos e programas para atendimento às

crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de riscos, de modo geral, sempre foram assistencialistas demais e não contribuíram muito para modificação da realidade das crianças e adolescentes de rua. O próprio Estado foi obrigado, a partir das reivindicações da sociedade civil organizada, a atender as crianças e adolescentes em programas sociais, quando ainda não fazia isso, dada às exigências da própria circunstância social e evolutiva do país. O Estatuto da criança e do adolescente é um exemplo das exigências da sociedade civil que foi aprovada e promulgada pelo Estado em 1990.

Sabemos que historicamente, a sociedade organiza-se através de instituições, sendo que as características e objetivos institucionais variam de acordo com as concepções sociais vigentes e as pessoas a quem se destinam. Contudo, o papel social desempenhado por estas instituições parece ter um aspecto comum, baseado na transferência de responsabilidade da sociedade para a instituição específica que foi construída. Este papel social deve ser ressaltado não para retirar o valor que as instituições possuem ou o mérito da realização dos seus trabalhos, mas para enfatizar a relação que a sociedade em geral desenvolve com estas, ajudando, assim, a compreender as exigências, as expectativas e as demandas que são depositadas nestes locais.

Em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua, considerados conseqüências dos problemas sociais, uma das soluções encontradas pelo Estado foi à criação de políticas específicas para esta população. Estas políticas não acompanharam as mudanças conceituais referentes à infância ao longo do tempo, mas mantiveram sempre o objetivo de atender esta população, especialmente, para que não ficassem expostas nas ruas. Inicialmente, essas políticas tiveram como objetivo tirar as crianças e adolescentes da rua, colocando-as em instituições que foram depósitos de crianças abandonadas, depois, passaram a ser locais de detenção e correção de menores infratores ou locais basicamente assistencialistas, que visavam à salvação ou à recuperação destes jovens (ALVIM & VALLADARES, 1988). Estas funções institucionais, assim como suas características foram alteradas, principalmente, com a implementação do ECA (1990). Desde então, os programas, as instituições e as políticas de atendimento, tiveram que passar por adaptações e sofreram mudanças que, no entanto, ainda não foram suficientes para atender às exigências desta nova lei.

É importante destacar que o ECA (1990), considerado uma lei altamente avançada, ainda não está totalmente incorporado à concepção de infância e adolescência socialmente vigente, podendo esta não-incorporação ser justificada pela sua própria construção. O processo de atualização do Estatuto deu-se de forma peculiar, partindo de uma proposta do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e outras organizações civis, entre elas, a República do Pequeno Vendedor, que foi adequada e aprovada pelo Congresso Nacional quando este vivenciava um clima de mudanças pós-constituente. Revelou-se, assim, um processo com ampla participação da sociedade civil organizada, caracterizando-se em um avanço se comparado a projetos de leis anteriores. Contudo, em termos de representatividade social ainda deixa muito a desejar, fazendo com que a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres ainda não seja compartilhada por parte da sociedade, conforme dito anteriormente. Com isto, muitas vezes, a própria sociedade, exige do poder público soluções enérgicas contra estas crianças e adolescentes, geralmente no sentido de puni-las, sem a intenção de garantir os seus direitos. A sociedade almeja que as crianças e jovens de rua sejam retirados dos locais públicos, deixando, assim, de serem vistos e encarados como um problema social a ser resolvido, pois acredita que ao colocá-los em instituições que, de certa forma escondem o problema, isenta-se de sua responsabilidade.

Desta forma, a própria sociedade que deveria ser promotora do respeito aos direitos das crianças e adolescentes de rua, é ela própria, causadora do não cumprimento dos mesmos, já que exige do Estado local para o confinamento das crianças e adolescentes de rua, com o discurso de que elas são perigosas, por isso devem estar confinadas.

Ao contrário daquilo que quer e exige a sociedade, mas que não assume, em um processo contraditório do “tenho pena, mas tenho medo”, os profissionais de entidades e movimentos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes têm defendido que o ECA, é necessário, que visa sistematicamente ampliar a garantia de que estes meninos e meninas são cidadãos de direitos e deveres e estão em desenvolvimento.

A relevância dos movimentos e programas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua não é verificada apenas pela sociedade, mas também pelos meninos e meninas que frequentam estes locais (SANTANA,

DONINELLI, FROSI, & KOLLER, 2003). Estudos têm demonstrado a capacidade de envolvimento destes jovens com esses programas, salientando que estes, juntamente com seus funcionários, desempenham um importante papel na rede de apoio social e afetivo dos atendidos (BRITO, 1999; FORSTER, BASTOS, TANNHAUS & 1992).

Atualmente há em algumas cidades brasileira uma tentativa de atender às crianças e aos adolescentes em situação de rua de forma integral, unificando esforços governamentais e ações da sociedade civil organizada – Belém, Porto Alegre, Fortaleza, entre outras. O discurso predominante demonstra o entendimento de uma noção de criança e adolescente conforme prescrita no ECA (1990), que ressalta a importância do atendimento conjunto ao jovem, pois apenas desta forma todas as suas necessidades podem ser satisfeitas e as ações desenvolvidas podem ser consideradas efetivas. Trata-se de um avanço considerado que, quando operacionalizado, apresenta possibilidades de alcançar um caráter preventivo, uma vez que, a princípio, enfatiza as razões desencadeadoras do processo de exclusão a que estas crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias, estão submetidas.

Neste cenário, os movimentos e programas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua possuem como objetivo, além do suprimento das necessidades básicas dos jovens atendidos, a promoção de cidadania. Enfatizamos aqui que acrescentar a promoção de cidadania como objetivo destes programas, parece ser um reflexo da implementação do ECA (1990), e que foi verificado em alguns estudos com instituições de atendimento (CÂMARA, MEDEIROS, FERRIANI & GOMES, 2000; HECHT, 1998). Nestes estudos, a noção de cidadania aparece expressa de variadas formas, incluindo a idéia de superação da condição de violação de direitos e deveres, reconstrução de identidade social e ingresso na comunidade.

Este objetivo de promover cidadania, que muitas vezes não é operacionalizado, traz consigo uma alta responsabilidade social para os que se propõem a esta tarefa. É realmente difícil falar em cidadania para crianças e adolescentes que já não acredita, e nem poderia acreditar, no sistema social em que está inserido. Não se pode falar em direitos quando se nega comida, nem em obediência às normas sociais quando se está excluído deste sistema e não se pode

cobrar os deveres cidadãos de crianças e adolescentes que não tem a maioria dos seus direitos respeitados.

A tese se propõe investigar sobre o Trabalho de Socialização de meninos de rua em Belém do Pará, tendo como foco central a República do Pequeno Vendedor. Para isso, elegemos como problemática de nossa investigação: O trabalho de atendimento aos meninos de rua desenvolvido em Belém pela República do Pequeno Vendedor tem possibilitado a socialização e inserção dos meninos na sociedade? Partimos dessa problemática já que é senso comum em Belém que a República do Pequeno Vendedor, no decorrer de sua história, tem apresentado resultados positivos na socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade, isso por que sua prática pedagógica está fundamentada em uma pedagogia de valorização e respeito à criança e ao adolescente como cidadãos sujeitos de direitos.

É comum ouvirmos da população em geral de Belém, que a Emaús consegue “recuperar” os meninos que estão na rua. Seu trabalho é bom, dá oportunidade aos meninos, educa, dá trabalho, ajuda suas famílias e possibilita um futuro melhor para os meninos de rua (OLIVEIRA, 1980: 89).

Como hipótese, partimos da afirmativa que República do Pequeno Vendedor vem construindo estratégias e práticas pedagógicas para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade, que conseguiram dar algumas respostas que as crianças de rua necessitavam. Neste sentido, a tese que defendemos é de que programas como a República do Pequeno Vendedor têm construído estratégias e práticas pedagógicas, com ênfase não exclusiva na educação informal, mais bem sucedidas do que as políticas públicas estatais para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade.

Questões Norteadoras

Sabemos que tradicionalmente o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor se contrapõe ao do Estado, neste sentido levantamos como questões norteadoras da nossa investigação: O que torna o trabalho desenvolvido pela república do Pequeno Vendedor com crianças de rua diferente ao desenvolvido pelo Estado? Qual a prática pedagógica desenvolvida pela República do Pequeno Vendedor? Qual o princípio norteador da prática pedagógica da República do Pequeno Vendedor?

É por estes questionamentos e inquietações que propusemos investigar o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, pois que, ao contrário do Estado, no decorrer destes 40 anos suas ações parecem ter sido mais eficazes.

Objetivo Central

A pesquisa teve como objetivo descrever o trabalho de socialização de meninos de rua em Belém, partindo da prática da República do Pequeno Vendedor na socialização e valorização dos meninos de rua, com vistas a ampliar o conhecimento acerca das políticas de atendimento a essa camada da população, buscando entender as diretrizes estabelecidas para essa problemática urbana, assim como, os resultados até agora alcançados com as mesmas.

Relevância do Tema

Entre as décadas de 1980 e 2000, a própria ciência passou a se preocupar em estudar mais a temática meninos de rua, vários centros de pesquisas foram criados – nas universidades e fora delas - entidades nacionais e internacionais passaram a trabalhar a socialização das crianças de rua, entre elas, uma se destacou no cenário nacional: a República do Pequeno Vendedor. Seus programas e suas ações passaram a ser reconhecidos internacionalmente, como um programa capaz de retirar crianças da rua e inseri-los na sociedade.

Nas décadas de 1990 e 2000, as universidades e institutos de pesquisas passaram a apresentar resultados de pesquisas sobre meninos de rua: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Manaus e Belém foram capitais que começaram a se preocupar com a quantidade de crianças nas ruas. Particularmente em Belém, tanto as universidades, como as instituições de atendimento as crianças de rua, mobilizaram-se para fazer as primeiras pesquisas de contagem de meninos de rua. A primeira, realizada em 1993 (FUNPAPA 1993), apontou que existiam 3.521 crianças nas ruas de Belém, sendo 3.116 do sexo masculino e 405 do sexo feminino. Essas crianças foram encontradas em 16 áreas diferentes, de maior concentração de pessoas da cidade: centro comercial, frente de Shoppings, feiras, praças e área central da cidade. Entre crianças encontradas nas ruas 256 tinham a rua como seu espaço de moradia, passando dia e noite na rua, outras 3.265 passavam o dia na rua, porém, à noite, retornavam para suas casas.

Uma segunda pesquisa com meninos de rua em Belém (FUNPAPA, 1998), voltou acontecer em 1998, desta vez, apontando um aumento do número de crianças que ficavam dia e noite na rua. Em 2004, após a constituição de uma grande rede de entidades que trabalham com meninos de rua, intitulado CONQUISTANDO A VIDA, apoiada pelo empresariado local, pela terceira vez, realiza-se uma nova pesquisa para contar as crianças e adolescentes de rua (EMÁUS, 2004), com a finalidade de organizar uma ação em rede para atendimento aos meninos de rua, coordenada pela República do pequeno Vendedor.

Essa terceira pesquisa apontou que a situação dos meninos que vivem nas ruas de Belém agravou-se, pulando de 256 em 1993, para 403 em 2005.

A partir da década de mil novecentos e noventa (1990), as temáticas meninos de rua e crianças em situação de risco, passaram a ser assuntos nas universidades paraenses. Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade do Estado do Pará - UEPA, Universidade da Amazônia - UNAMA, criaram grupos de estudos e pesquisas sobre a temática, aumentando assim, os estudos sobre a problemática dos meninos de rua, isso tanto nos programas de pós-graduação, quanto nos cursos de graduação, principalmente os de Pedagogia e Serviço Social.

A procura dos dados

Para coleta de dados da pesquisa, fomos até o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Belém - CMDCA, Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Fundação do Bem Estar da Criança e do Adolescente do Pará – FUNCAP, Lar de Maria, Centro de Valorização da Criança – CVC, República do Pequeno Vendedor – RPV, além das bibliotecas - central e setoriais - das três grandes universidades paraenses: UFPA, UEPA E UNAMA. Nosso objetivo foi fazer um levantamento sobre os trabalhos defendidos sobre nossa temática de investigação nos programas de pós-graduação e graduação destas universidades

Os programas de pós - graduação nos quais fizemos levantamento na UFPA foram: Educação, Serviço Social, Ciências Sociais – Antropologia e Sociologia e nos cursos de graduação de Pedagogia e Serviço Social. Na UEPA, o levantamento foi feito no curso de Pedagogia e no programa de pós-graduação em educação, já que não existem outros programas nas áreas das Ciências Humanas e

Sociais na instituição. Na universidade da Amazônia - UNAMA só foi possível levantarmos dados nos cursos de graduação de Serviço Social e Pedagogia. A universidade não possui programa de pós-graduação nas áreas de Educação e Ciências Sociais. Na UFPA foram feitos levantamentos nos cursos de graduação de Pedagogia e Serviço Social, além dos programas de pós-graduação já citados. O levantamento foi feito na biblioteca central e nas bibliotecas setoriais existentes nas instituições. Na UFPA procuramos além da biblioteca central, as bibliotecas setoriais dos institutos de Ciências da Educação, Filosofia e Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Foi comum nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade do Estado do Pará - UEPA a procura manual do material, já que nas mesmas não existe o serviço digitalizado. Queremos dizer que os trabalhos monográficos, dissertações, teses e TCCs não estavam, no momento do levantamento, disponíveis de forma digitalizada para os usuários. Na Universidade da Amazônia – UNAMA, encontramos com facilidade os dados procurados porque nesta instituição os serviços de biblioteca estão digitalizados.

Um exemplo das dificuldades encontradas, foi o que aconteceu nas bibliotecas setoriais dos Institutos de Ciências da Educação e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. A primeira possui um arquivo de 154 teses e dissertações e 870 trabalhos de conclusão de curso. Para obtermos os dados tivemos que procurar um a um nos arquivos, tanto da pós – graduação, quanto da graduação. O mesmo aconteceu na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Apesar das dificuldades encontradas foi possível organizarmos os dados coletados, conforme apresentamos abaixo.

UFPA / GRADUAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
13	08	05

PEDAGOGIA

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
11	08	03

UEPA / GRADUAÇÃO**PEDAGOGIA**

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
02	-	-

UNAMA / GRADUAÇÃO**SERVIÇO SOCIAL**

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
14	05	09

OBS: Não foi encontrado nenhum trabalho de pesquisa sobre a temática, no curso de pedagogia.

UFPA / PÓS-GRADUAÇÃO**EDUCAÇÃO / 1996 - 2009**

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
81	03	-

CIÊNCIAS SOCIAIS / 2005 - 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
16	01	-

SOCIOLOGIA / 2000 – 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
40	-	-

SERVIÇO SOCIAL / 1998 - 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
56	03	-

Os dados apresentados nos quadros acima representam um achado significativo para pesquisa, haja vista não termos encontrado nenhum trabalho dissertativo nos programas de pós-graduação das universidades pesquisadas, que mostre a evolução das pesquisas no campo de estudo sobre o trabalho desenvolvido República do Pequeno Vendedor. Porém, quando verificamos os cursos de graduação, foi possível encontrarmos tais trabalhos.

Detectamos que os cursos de graduação em Serviço Social e Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA e Serviço Social da Universidade da Amazônia – UNAMA são os que mais apresentam trabalhos de pesquisa sobre a República do Pequeno Vendedor, assim como, dentro da temática meninos de rua. A graduação em Pedagogia da Universidade do Estado Pará - UEPA não

apresenta nenhum trabalho de pesquisa sobre a RPV, porém do total das pesquisas investigadas, encontramos dois trabalhos que tratam da pesquisa meninos de rua. Quanto aos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Pará: Mestrado-doutorado em Educação, Mestrado-doutorado em Sociologia, Mestrado em Serviço social, Mestrado- doutorado em Ciências Sociais, das 194 teses e dissertações defendidas, nenhuma aborda a República do Pequeno Vendedor como tema de pesquisa, porém, 4 delas, 3 no programa de Educação e 1 no programa de Serviço Social, tratam da temática crianças e adolescentes em situação de risco, o que nos levou a crer que todas as 4 foram defendidas pós Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, pós 1990 – data da promulgação do Estatuto da criança e adolescente -, já que usam a nomenclatura crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. As demais dissertações e teses (93), abordam temáticas diversas, entre as quais: ensino-aprendizagem das crianças pequenas, políticas públicas educacionais, gestão da educação, educação do campo, currículo e educação, família, SUS, habitação, candomblé, eleições, entre outras.

O resultado do levantamento feito reforçou em nós, a importância de investigar o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, já que, o movimento não tem sido objeto de preocupação dos cursos de pos- graduação das Universidades Públicas do Pará, mas foi possível encontrar, nos arquivos da República do Pequeno Vendedor, duas dissertações de mestrado, onde o objeto de estudo, é uma das expressões do Movimento República de Emaús; ambas as dissertações, defendidas na segunda metade da década de 1990, uma na USP e outra na PUC- SÃO PAULO, discutem o trabalho de educação formal desenvolvida pela escola Cidade de Emaús.

Depois do exposto acima, e da importância significativa da República do Pequeno Vendedor, estruturamos a tese da seguinte maneira: além desta introdução , tomada como capítulo 1, foram desenvolvidos mais 6 capítulos.

No segundo capítulo, tratamos da metodologia empregada para desenvolvimento da pesquisa – chamo de caminhos percorridos-, mostro quem foram os atores da pesquisa, os instrumentos e procedimentos utilizados para coleta de dados, além do local onde a pesquisa foi realizada. Neste item, aproveitamos para fazer uma apresentação da cidade de Belém e dos dois bairros

onde ficam localizados os pólos de atendimento da República do Pequeno Vendedor

No terceiro capítulo, falamos da história do atendimento à infância no Brasil, trazendo à cena um pequeno histórico de como se deu esse atendimento no Brasil em vários períodos de sua história, assim como, os programas e instituições que foram criados e extintos para atender o então “*menor infrator*” ou “*menor abandonado*” no Brasil.

No quarto capítulo, mostramos os vários programas e entidades criados em Belém que atendem ou atenderam as crianças pobres, assim como as políticas para as crianças socialmente abandonadas: LAR DE MARIA, Fundação da Criança e Adolescente do Pará - FUNCAP, Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Centro de Valorização da Criança - CVC, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, República do Pequeno Vendedor - RPV.

No quinto capítulo, discutimos o Movimento República do Pequeno vendedor, contando um pouco da história do seu surgimento, da sua estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua, assim como, da sua natureza como movimento social, para isso uso a fala dos fundadores, coordenadores e educadores do movimento.

No sexto capítulo, apresentamos os programas de atendimento aos meninos de rua desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor.

Por último, nossas considerações finais sobre este movimento. Para isso, usamos os depoimentos de ex- meninos que freqüentaram a república, assim como, de educadores e voluntários que atuaram na RPV.

2

Caminhos Percorridos: A Metodologia

Com o intuito de melhor compreender o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor no atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua em Belém, este estudo descreve e analisa documentos, regimentos, apresenta história, estrutura, descreve programas, projetos e ações e o funcionamento da RPV, apontando congruências e discrepâncias entre os dados verificados em *locus* e as práticas descritas pelos entrevistados e a observação realizada.

Para executar esta pesquisa foi utilizada como arcabouço teórico e metodológico a Abordagem qualitativa, já que ela possibilita uma melhor triangulação dos dados coletados.

2.1

Tipo de estudo

O estudo fundamenta-se no pressuposto da abordagem qualitativa, assumindo suas variadas formas de compreensão da realidade para atingir seu objetivo proposto. Entende-se que a adequação desta abordagem ao presente estudo concentra-se, principalmente, na possibilidade de compreender os significados existentes nas ações dos indivíduos e do movimento que serão foco da pesquisa, relacionando-se com a realidade social em que eles estão inseridos.

A abordagem qualitativa na produção do conhecimento privilegia a relação sujeito-objeto não como uma relação de opostos, mas como um contínuo coletivo na produção do conhecimento no processo de investigação.

O paradigma qualitativo apresenta um elenco muito grande metodologias disponíveis para compreensão da realidade, por isso julgamos válido usar o referido paradigma.

Como nosso objeto de estudo será o trabalho de socialização de meninos de rua em Belém, tendo como foco central a República do Pequeno Vendedor, que é um movimento que atua na defesa, na promoção, na socialização e na inserção de meninos de rua na sociedade e caracteriza-se como um movimento singular em Belém do Pará, considera-se o trabalho como um estudo de caso, ainda que utilize determinados indicadores quantitativos imprescindíveis para a elucidação e

compreensão do que será estudado, bem como, para identificar porque o trabalho desenvolvido pela República tem relevância social na sociedade paraense.

Segundo André (2005) o estudo de caso, é considerado um tipo de análise qualitativa e vem sendo adotado há muito tempo em diferentes áreas de conhecimento, tais como: sociologia, antropologia, medicina, psicologia, serviço social, direito e administração com variações quanto aos instrumentos e finalidades.

Na área da educação, o estudo de caso começa a aparecer nos manuais de pesquisa a partir das décadas de 60 e 70, mas com um sentido muito estrito: estudo descritivo de uma unidade seja ela uma escola, um professor um grupo de alunos ou uma sala de aula.

Um marco representativo para esta perspectiva na área da educação foi, segundo André (2005) a Conferência internacional realizada em dezembro de 1957, em Cambridge, na Inglaterra, para discutir novas abordagens em pesquisa e avaliação educacional. Podemos dizer que o estudo de caso está mais presente e sendo utilizado no âmbito da pesquisa educacional, porque ajuda na compreensão do fenômeno educativo de forma abrangente e aprofundada.

O estudo de caso na pesquisa educacional caracteriza-se fundamentalmente, por ser um estudo qualitativo de uma realidade específica, como no caso da República do Pequeno Vendedor. É um tipo de pesquisa cuja natureza de sua abrangência será dada pelo próprio objeto que está sendo investigado, por isso ele se torna uma expressão relevante na pesquisa educacional, pois: *“estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha de objeto a ser estudado”* (STAKE apud ANDRÉ, 2005: 16)

Para Triviños (1987), estudo de caso está determinado pelos seus suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho do investigador. Neste sentido, penso que o estudo de caso é um método considerado de análise qualitativa; por este motivo, tem sido visto por alguns autores não tanto como um método de pesquisa, mas como um recurso pedagógico ou uma maneira para se gerar meios para “facilitar o trabalho do investigador”. (1987, p. 78).

Os atores da pesquisa

A República, como um movimento singular, está sempre na captura de processos de subjetivação singulares, respeitando os vários sujeitos nela envolvidos – agentes sociais: educadores, voluntários, funcionários, coordenadores, meninos, oficinairos, instrutores, entre outros agentes. Assim sendo, dialogamos com esses sujeitos que são ou foram protagonistas na construção da identidade da República do Pequeno Vendedor, entre eles: o fundador do movimento, coordenadores e ex-coordenadores, educadores antigos e atuais (sócio efetivo), sócios solitários e voluntários.

Esses sujeitos constituíram as peças principais da amostra intencional do trabalho. Foram eles que, no decorrer destes 40 anos de existência, fizeram e fazem à história da República do Pequeno Vendedor.

Os instrumentos

Na busca de dados, usamos três instrumentos de coleta, a saber: levantamento documental, entrevista e a observação participante.

O levantamento documental constitui-se na técnica de seleção de documentos históricos, tais como: cartilhas, estatutos, regimentos, panfletos, relatórios, projetos, entre outros, que contam ou retratam a história de pessoas ou organizações. Usamos a técnica com a finalidade relatar um pouco da trajetória de República do Pequeno Vendedor no trabalho de socialização de meninos de rua. Além de documentos da República do pequeno Vendedor, capturamos documentos em várias instituições, tais como: FUNPAPA, FUNCAP, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA, UNICEF-PARÁ LAR DE MARIA – inclusive assistimo a um vídeo com a história da instituição, onde seus fundadores relatam seu surgimento e as parcerias desenvolvidas com a República do Pequeno Vendedor-, Conselho Municipal dos direitos das Crianças e Adolescentes de Belém, entres outras.

Nosso ponto de partida foi historicizar e polemizar sobre: Estado, políticas públicas para infância, movimentos sociais e organizações não governamentais que atuam no atendimento a meninos de rua.

As entrevistas constituíram outro instrumento metodológico da pesquisa. Aliás, cada vez mais, as entrevistas tornam-se uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisas realizadas no âmbito das ciências

sociais, pois a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos (LÜDKE e ANDRÉ, 1986: 34). Para isso, elaboramos um roteiro de entrevista que teve a possibilidade, conforme a necessidade, de se adequar à especificidade de cada pessoa entrevistada.

O roteiro constituiu-se, além de dados sobre os entrevistados e opiniões avulsas, em quatro eixos temáticos: A origem; A situação do menino de rua; A República do Vendedor e Tipo de trabalho realizado (vide roteiro em anexo).

A observação participante foi outro instrumento de coleta de dados que permitiu-nos interagir com os sujeitos protagonistas da história da RPV. Através dela pudemos buscar e perceber de perto o funcionamento da República, as relações, os conflitos, as possibilidades e os limites existentes no do movimento.

Os procedimentos

Foram feitas oito entrevistas com os seguintes informantes: o fundador do movimento, coordenadores e ex-coordenadores, educadores antigos e atuais (sócio efetivo), sócios solidários e voluntários da República do Pequeno Vendedor, obedecendo ao roteiro pré-estabelecido que contou com 12 perguntas para cada entrevistado, o que resultou num universo muito grande de respostas, cada uma com informações necessárias para atender nosso objetivo. Devido à grande quantidade de respostas, achamos por bem não usar todas, porém, as usadas atenderam o objetivo do trabalho e acredita-se que as selecionadas corresponderam à visão dos entrevistados sobre o trabalho da República do Pequeno Vendedor. Achamos por bem não alterar a estrutura das respostas que se encontram reproduzidas da mesma forma como os entrevistados as expressaram.

A entrevista foi escolhida como um dos instrumentos para coleta de dados pela sua pertinência em trabalhos com enfoque qualitativo, facilitando a obtenção de maior número de informações no diálogo estabelecido com os entrevistados.

As entrevistas foram feitas entre os meses de maio e novembro de 2009, no próprio lugar de trabalho dos entrevistados, com exceção da entrevista com o fundador do movimento e de um sócio efetivo, que aconteceram em suas residências, o que causou certa dificuldade, pois os mesmos diziam não estarem

com disponibilidade para atendimento naquele momento. Quando se tentava marcar outro dia para conversar com os mesmos, eles respondiam que tinham dificuldades de datas devido suas tarefas profissionais. Isso fez lembrar as palavras de Triviños (1987:145): *“uma pesquisa pode enfrentar grandes dificuldades em seu desenvolvimento se as pessoas escolhidas para serem entrevistadas não têm tempo suficiente para atender às necessidades das entrevistas”*. Diante das dificuldades, um pouco de insistência foi necessário e, só assim, foi possível a efetivação das mesmas.

Primeiramente, entrevistamos os educadores, em seguida, conversamos com os coordenadores e ex-coordenadores, logo depois os sócio-efetivos e solidários, por último, e com certa dificuldade, por motivo de agenda, entrevistamos, no mês de novembro, o fundador e atual coordenador geral do movimento: Padre Bruno Sechhi. A entrevista com Pe. Bruno, por ser coordenador geral do Movimento República de Emaús e pároco da igreja São Domingos de Gusmão, na Terra Firme, bairro mais violento de Belém, foi a última entrevista a ser realizada, ocorrendo em uma das suas residências, - a do Movimento-, no pólo Bengui.

Local da Pesquisa

A pesquisa aconteceu nos dois pólos de atendimento aos meninos de rua pela República do Pequeno Vendedor. Os pólos ficam em dois grandes bairros periféricos da cidade de Belém, onde a população infanto-juvenil é numerosa. Outro aspecto que chama atenção nos bairros onde estão localizados os pólos de atendimento, é que apresentam grandes índices de marginalidade, tráfico de drogas, desemprego, prostituição, gangues, pobreza e pouca atenção do poder público para as questões sociais e de segurança pública.

Os mapas a seguir dão uma visualização da localização dos pólos de atendimento dentro da cidade de Belém. Mas antes, fazemos um pequeno histórico da cidade de Belém e dos bairros onde ficam localizados os pólos de atendimentos da República do Pequeno Vendedor.

A cidade de Belém com 1.428.368 hab. (est.IBGE/2005), é a capital do Estado do Pará, que por sua vez, é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Segundo dados do IBGE (2005) é o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.253.164,5 km² e 6.970.586 habitantes. Está situado na região norte e

faz fronteiras com o Suriname e o Amapá ao norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Maranhão a leste, Tocantins a sudeste, Mato Grosso a sul, o Amazonas a oeste e Roraima e a Guiana Francesa a noroeste.



Mapa 1 - Mapa do Brasil com o Estado do Pará em destaque

Brasil



Mapa 2 - Mapa do Estado do Pará com Belém em destaque

Belém é a maior cidade do norte do país, situada, tem um 1/3 da população do Pará. Sua economia é baseada no setor comercial e de serviços, com sérios problemas em consequência da ocupação desordenada na sua periferia: problemas de acesso à água potável, falta sistematizada de condicionamento e coleta de lixo, calçamento sem conservação e dominados pelos camelôs, precários transportes urbanos e falta de saneamento básico, atualmente restrito a 8% das habitações que comprometem a qualidade de vida de seus habitantes no maior espaço urbano da Amazônia. (MEIRELLES, 2004: 38).

A cidade de Belém é um ponto de confluência da região, sendo considerada como a “metrópole da Amazônia”, por ser a maior concentração populacional do Norte brasileiro.

A colonização da cidade de Belém data do início do século XVII, como consequência da disputa da colonização das Américas pelas duas maiores potências da época, as Coroas Portuguesa e Espanhola (VIANA, 1967). Inicialmente batizada de Feliz Lusitânia, foi denominada também de Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão Pará e, finalmente, Belém.

Iniciada como uma pequena aglomeração com intuítos militares, seus primeiros anos foram marcados pelo convívio quase que único com os nativos. Somente com a inauguração do Mercado do Ver-O-Peso e conseqüente mercantilização, a cidade começa a desenvolver-se. (AMARAL, 2007).

O processo migratório gerou em Belém, não diferentemente das outras capitais brasileiras, um inchaço urbano. Hoje Belém tem um grande déficit habitacional. Segundo a Comissão de Bairros de Belém, esse déficit estaria “na ordem de 200.000 unidades habitacionais”. (CBB apud AMARAL, 2007). Para agravar a situação uma grande porcentagem da população belenense reside nas regiões de baixadas (favelas) e tirando seu sustento graças à informalidade econômica.

Apesar da intensa verticalização da cidade, ainda permanecem na cidade “as formas mais antigas de ocupação do espaço, com estreitas vilas e passagens que acusam um uso bastante desorganizado do solo urbano abarrotados de casas estreitas” (RODRIGUES, 2007).

Belém reúne, em sua região metropolitana, cerca de 2,4 milhões habitantes, sendo a maior população metropolitana da região Norte, possui o

maior IDH entre as capitais da região norte. Foi erguida as margens do rio Guamá e a Baía do Guajará, conforme demonstramos nas fotos a seguir.



Foto 1 - O rio que passa ao fundo é o Guamá e o que se apresenta a frente é a baía do Guajará – Foto: www.pará.gov.br



Foto 2 - Belém insular, com o rio Guamá ao fundo e a baía do Guajará a frente
Foto: www.pará.gov.br

O Município de Belém possui oficialmente 71 bairros e 8 distritos administrativos. Os bairros do Jurunas (periferia da zona sul) e do Bengui (centro da zona norte) possuem características peculiares que os diferenciam um do outro.

O Jurunas fica localizado de frente para o rio Guamá, próximo a baía do Guajará. A maioria de suas ruas recebeu nomes de tribos indígenas, como: Tupinambás, Tamoios, Mundurucus, Apinagés. É um bairro que recebe inúmeras visitas de pessoas vindas do interior do Estado, sendo que sua formação populacional se deve muito a esse fato. Junto com o bairro do Guamá forma o binômio mais populoso da cidade de Belém do Pará, com mais de trezentos e cinquenta mil (350.000.00) habitantes.

Em sua feição mais geral, o bairro apresenta os mesmos contrastes presentes em outros bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Ao lado de uma feição mais urbanizada, com ruas de traçado largo e bem pavimentadas, nas quais moradores mais recentes e de maior poder aquisitivo vivem em edifícios modernos, permanecem as formas mais antigas de ocupação do espaço, com estreitas vilas e passagens que acusam um uso bastante desorganizado do solo urbano, abarrotadas de casas estreitas – de alvenaria, madeira ou taipa – que parecem sempre inacabadas, em construção ou em reforma.

Indo além dessa configuração geral, pela qual se assemelha aos demais bairros de periferia da cidade, o Jurunas aparece, no imaginário urbano, como um bairro cujos moradores se apresentam / representam a partir de um conjunto de construções identitárias que circulam reiterativamente nos espaços públicos internos ou externos ao bairro. Segundo PENTEADO (1968), O signo Jurunas condensa diversos significados, recortando diversas dimensões da realidade: em primeiro lugar, é um bairro localizado na zona sul de Belém, à beira do rio Guamá, bairro secular, de *pobreza estabilizada que adquiri* diversos sentidos que vão sendo produzidos por seus moradores.

Sua população é constituída, em grande parte, por migrantes de origem ribeirinha que foram se localizando principalmente nas áreas mais próximas ao rio Guamá, no sentido centro-leste, em direção aos bairros da Condor, Guamá e Terra Firme, mas também circulando nas diversas ruas do bairro, seguindo as redes de parentesco e/ou de acordo com as condições econômicas. (CARMEM, 2007, p. 13)

Diversas imagens do bairro circularam e são reproduzidas em contextos específicos: bairro *comunitário*, onde vivem e convivem em contatos diuturnos, parentes, vizinhos e chegados, compadres e conterrâneos, através de extensas e intensas redes de relações pessoais; bairro *perigoso*, de vadios e desocupados, de bandidos e gangues, onde a violência está presente na vida cotidiana, e espreita a todos os moradores e visitantes; bairro de *trabalhadores* de baixa qualificação, de *camelôs* e *vendedores autônomos* de mão-de-obra barata, que pode ser aproveitada a baixo custo; bairro de *ocupantes - invasores sem-teto*, que enfrentam a polícia, desrespeitando as leis e o direito constituído; bairro de *eleitores-cidadãos*, cujas vozes e votos têm um peso considerável na política local; bairro de *antigas tradições festivas*, de *batuques* e *bois bumbás*, do carnaval e festas juninas

Entre os centros e os interstícios; entre os entornos das áreas nobres, mais verticalizadas e valorizadas, e as áreas mais periféricas, situadas nas fronteiras dos bairros ou subbairros mais afastados (Condor, Cremação); entre os moradores das casas e dos edifícios; entre os moradores das casas da frente e os moradores das casas dos fundos, os moradores das ruas e avenidas e os moradores das vilas, passagens ou becos, os moradores das áreas nobres e os moradores das zonas mais pobres, desenha-se um gradiente espacial que, ao mesmo tempo em que inclui os mais diversos setores ou subsetores do bairro, também exclui esses espaços e seus moradores através de qualificações valorativas (CARMEM, 2007, p. 20).

Esses setores são formados por parentes, amigos, vizinhos, compadres, colegas, *chegados*, com contatos que variam em constância e intensidade, de acordo com os dias da semana e do mês, e com o tipo de evento realizado. Um grande número de atividades de trabalho e de lazer dinamiza os diversos espaços do bairro, como a zona portuária, o entorno das igrejas, escolas, clubes esportivos, associações comunitárias, as casas de festas e as agremiações carnavalescas. Quanto às atividades econômicas propriamente ditas, predominam as comerciais, dos grandes aos pequenos comércios e principalmente as vendas de alimentos, bebidas e serviços, atividades informais, muitas delas oferecidas e/ou realizadas nas próprias residências, com intensa participação do círculo de parentes.

A referência empírica, no caso o bairro do Jurunas, se diferencia em relação aos demais bairros, pois está localizado na zona sul (PENTEADO, 1968), próximo à área central da cidade e constitui-se em um dos bairros mais populoso

ocupado principalmente, por uma população de baixa renda, que possui um grande consumo do “vinho” de açaí.

A localização do bairro, como se pode observar na foto abaixo, permite constatar sua peculiaridade: proximidade ao rio e, ao mesmo tempo, a ligação com uma das áreas mais valorizadas da cidade (o bairro de Batista Campos, centro e Nazaré).



Foto 3 - Bairro de frente para o rio Guamá
(ao fundo os bairros da Batista Campos , Centro e Nazaré) - Foto: www.pará.gov.br

O bairro do Jurunas, desde o início de sua ocupação, apresenta uma forte ligação com o rio, devido a sua própria localização, às margens do rio Guamá. Como um bairro que se desenvolveu à beira do rio, tornou-se um espaço de estabelecimento e circulação de moradores de áreas ribeirinhas situadas próximas a Belém, principalmente das ilhas e de municípios localizados ao longo dos rios Guamá e Tocantins, além de atrair moradores do Baixo e Médio Amazonas e do Marajó.

Os migrantes vindos diretamente do interior, ou estabelecidos inicialmente em outros bairros, participaram diretamente na construção do bairro, contribuindo em grande parte para sua feição atual. Soma considerável desses migrantes percorreram o “caminho das águas” até chegarem ao bairro. Vieram do rio à cidade. A porta de entrada da maioria desses migrantes foram os diversos portos localizados ao longo da orla do bairro.



Foto 4 - Porto do açaí no bairro do Jurunas – Foto: www.para.gov.br

Ao contrário do bairro do Jurunas que nasceu junto com a cidade, o bairro do Bengui data da década de 1940, período em que a cidade de Belém se expande bastante. Seu histórico é de ocupações desordenadas. O DABEN (distrito administrativo do Bengui) como é denominado oficialmente, está situado às margens da Rodovia Augusto Montenegro, na periferia de Belém (Zona Norte). O nome procede da junção das primeiras sílabas de Benjamim e Guilherme, filhos de uma família que residia às margens da estrada onde outrora passava a linha do trem que ligava o centro de Belém à antiga Vila Pinheiro (atual distrito de Icoaraci);

A história do nascimento do nome do Bairro do Bengui está relacionado a estrada de ferro Belém -Bragança. A estrada de ferro saía de Belém, ia até Icoaraci e depois até Bragança, passando por Castanhal e Capanema. A estrada de ferro era comandada por ingleses, um deles morava as margens da Augusto Montenegro, mais ou menos onde hoje é à entrada do bairro do Bengui. Nesse ponto foi colocada uma placa escrito BEM e GUI, onde o maquinista deveria parar todas as manhãs e apanhar o Benjamin e o Guilherme, que iam para a escola em Castanhal. A partir daí aquela parte da cidade passou a se chamar BENGÜI.

(BLOG DO SILVIO JUNIOR/ 10-02-2010).

A história do crescimento do bairro está intimamente ligada ao processo da expansão urbana desordenada de Belém, com todas as peculiaridades que esse fenômeno acarreta: falta de infra-estrutura; alto índice de violência; falta de segurança; precariedade nos serviços de saúde; desemprego ou subemprego; alto

índice de trabalhadores no mercado informal e precariedade do sistema educacional.

No que diz respeito à educação; a evasão escolar é um dos grandes desafios, o problema da gravidez na adolescência, o envolvimento com drogas e o trabalho infantil são outros desafios a serem superados pelo bairro.

Um aspecto peculiar ao Bairro do Bengui é a inexistência de espaços públicos para atividades de lazer, sobretudo, para crianças e adolescentes.

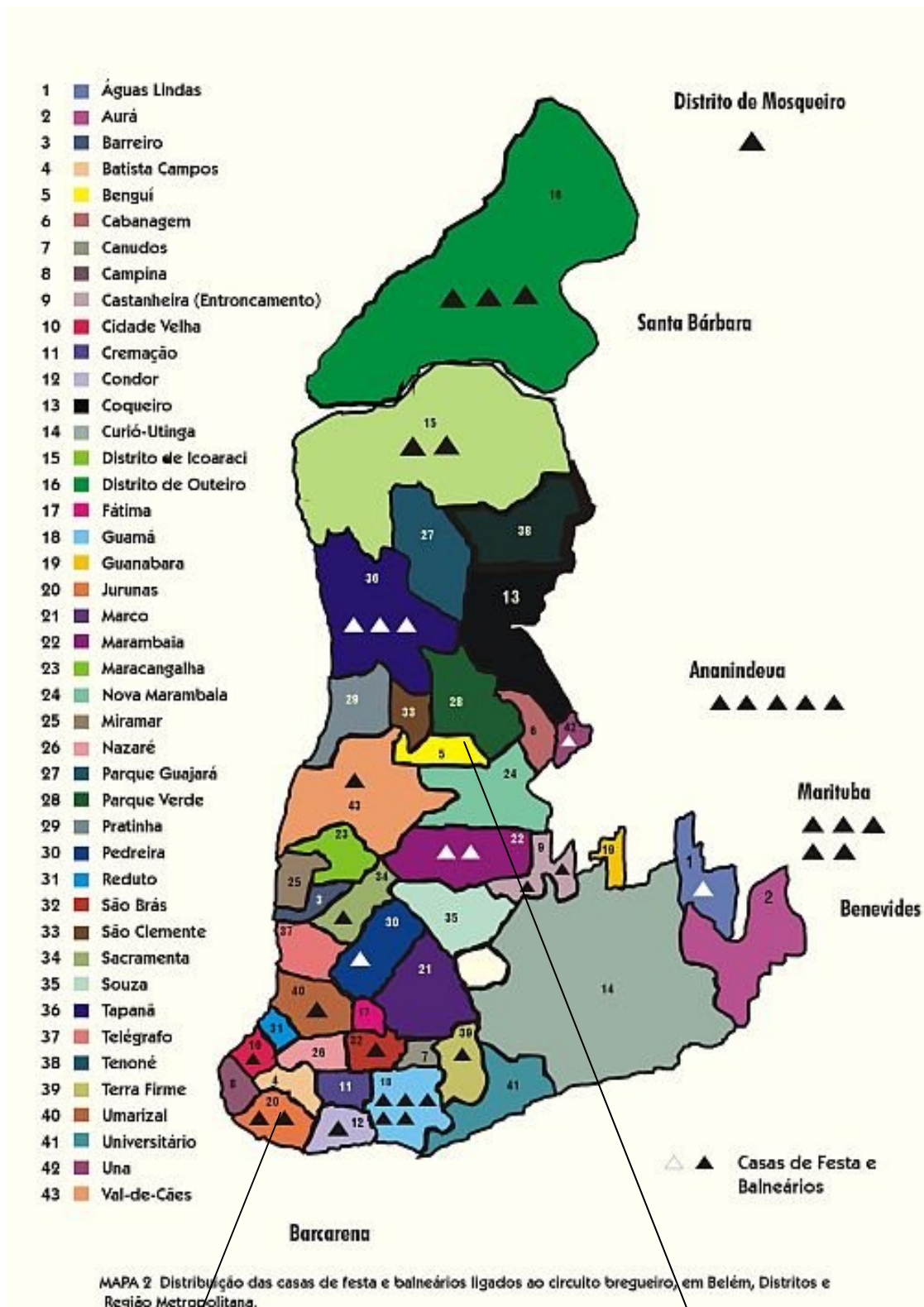
Segundo a Comissão de Bairro de Belém (Relatório 2007), o processo de migração entre as regiões Norte-Nordeste também se verifica pelo perfil dos moradores do bairro: além de belenenses, há pessoas procedentes dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Mas é exatamente a precariedade do bairro que tem estimulado a organização popular dos moradores.

O Bengui é conhecido como o bairro das lutas. Existe uma intensa mobilização social em torno de temas críticos, como segurança, saúde, educação, moradia, emprego e transporte. Uma das maiores conquistas de seus moradores é a forte organização comunitária, incentivada pelas comunidades eclesiais de base da igreja católica



Foto 5 - Visão aérea do bairro do Bengui – Foto: www.para.gog.br

É nesses dois bairros periféricos de Belém que a República do Pequeno Vendedor desenvolve suas ações, primeiramente no Bairro do Jurunas – 1971, e depois; no Bairro do Bengui – 1982. São esse dois pólos que constituem o local de coleta de dados para nossa pesquisa.



Mata 3 Cidade de Belém localizando os pólos do Jurunas e Benguí.

Jurunas (Polo 1)

Benguí (Polo 2)

Pólo I: Jurunas

Foto 6 - Pórtico de entrada do pólo Jurunas – Foto: Marisa Pinheiro



Foto 7 - Fachada do pólo jurunas – Foto: Marisa Pinheiro

Pólo II: Bengui

Foto 8 - Pórtico de entrada do pólo Bengui - Foto: Marisa Pinheiro



Foto 9 - Parte interna do pólo Bengui - Foto: Marisa Pinheiro

3

A História do Atendimento à Infância no Brasil: partindo da expressão menor até criança e adolescente

Falar sobre a história da criança no Brasil não se constitui em uma tarefa fácil, pois falar do assunto nos remete à própria história do Brasil, já que a situação da criança pobre sempre esteve presente no cotidiano da sociedade brasileira. Segundo Del Priore (2002), a história do Brasil pode dar, contudo, uma explicação para essa nossa insensibilidade com a criança. Pouca gente sabe que as crianças de rua existem desde o século XVI. Vieram de Portugal nas naus que trouxeram ao Brasil os primeiros padres jesuítas. Encontradas nos portos e mercados, onde tentavam sobreviver realizando pequenos furtos ou serviços, por isso foram arrebanhadas para ajudar na missão da catequese.

Assim como Del Priore, Costa (1985) afirma que, desde os primeiros anos de colonização brasileira, já convivíamos com crianças indígenas perambulando pelas cidades ou sob o cuidado da Igreja Católica, já que a incursão dos colonizadores fizeram com que esses sujeitos “sem alma”, saíssem do convívio com suas famílias e fossem trazidas para convívio dos colonizadores, ao qual não se adaptavam e encontravam as ruas como única forma de sobrevivência.

Podemos perceber, portanto, com Del Priore (2002) e Costa (1985), que a situação das crianças empobrecidas no Brasil data do período colonial. É nessa época larga de nossa história que o atendimento às necessidades da população carente foi uma função entregue totalmente à Igreja Católica. A instituição típica de atendimento aos doentes, aos pobres, aos idosos, às crianças órfãs, às viúvas e a outros desamparados foram as Santas Casas de Misericórdia, cuja origem remonta ao século XVI.

As Santas Casas eram auxiliadas no seu trabalho de atendimento à pobreza pelas irmandades, confrarias, ordens e outras organizações de caráter religioso que proliferavam intensamente no Brasil durante a colônia. (DEL PRIORE, 1992:17).

Refletindo sobre a política de atendimento à infância, do Brasil colônia até os dias de hoje, verifica-se na dinâmica da elaboração das chamadas políticas públicas – programas de atenção à infância e à adolescência – que elas tiveram sua gênese por iniciativa e desempenho da sociedade civil, como compromisso

das iniciativas privadas preocupadas com a criança. Pelo seu caráter de resistência, essas iniciativas foram ao longo do tempo correlacionando forças com os governos, sendo adotadas como políticas não governamentais.

Na verdade, a discussão em torno da criança data ainda da idade média; é assim que Ariès, em *História Social da Criança e da Família* (1981), fala sobre o conceito de infância e retrata a sua situação nos séculos XVI/XVII, utilizando-se de pinturas da época como fonte básica de sua pesquisa. Em seus estudos, Ariès (1981) demonstra que algumas representações de criança surgiram naqueles séculos, numa proximidade maior do sentimento que se nutre atualmente.

A representação de infância no século XIII estava distante de uma concepção concreta de criança, mas possibilitava alguns indícios da concepção da criança enquanto elemento de atenção especial da família. A partir daquele século, a criança tornou-se uma personagem constante nas pinturas, criando-se uma iconografia religiosa da infância: os anjos, o menino Jesus, a infância da virgem e outras infâncias santas (São João, São Tiago e outros santos).

Entretanto, a idéia de infância, na chamada, por Ariès, sociedade tradicional, era limitada ao período da vida em que a dependência física era grande em relação às pessoas ao seu redor. A infância era curta e o primeiro sentimento em relação à infância – o papricar – era combinado com a presença de uma indiferença com relação a ela. Após esta fase, que ia aproximadamente até aos sete anos de idade, a criança começava a participar do mundo adulto, de seus trabalhos e jogos. Sua socialização e educação não se efetivavam no interior do ambiente familiar restrito aos pais, mas com vizinhos, amigos e amos. Aliás, neste contexto, não fazia sentido um relacionamento exclusivo entre pais e filhos, o espaço familiar era mais amplo do que se pressupõe hoje a família nuclear.

No final do século XIV, surgem indícios de uma relação diferente entre os pais e a criança, diante de um novo imaginário social relacionado à vida e ao corpo. A este respeito, Gélis (1995) esclarece que, anterior àquele século, o indivíduo deveria dispor de seu corpo para perpetuar a linhagem da família. A criança, neste contexto, era considerada como um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo, pertencia à linhagem tanto quanto aos pais, já que se constituía num indivíduo com personalidade própria, que devia ser amado por si mesmo.

O importante, na análise de Gélis, está na inserção de um processo mais amplo na compreensão das relações da criança com a sociedade, definindo como trajetória da privatização, que caracteriza as sociedades ocidentais entre os séculos XVI/XVII, produzindo novas representações e práticas sociais.

Um novo sentimento da infância desenvolveu-se também entre os educadores e moralista do século XVII. É a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância, sendo que, em sentido inverso ao primeiro sentimento de “papuricação”, que nasceu no meio familiar, esta nova expressão da particularidade infantil veio de um meio exterior a família – dos eclesiásticos, homens da lei e moralistas.

Esse sentimento é resultante da nova concepção moral da infância, que impôs a noção de inocência infantil em contraponto ao despudor vivido nas relações das crianças com outros membros da família, prescrevendo, a partir de então, novos tratamentos e comportamentos para as crianças, através de manuais de civilidade. Esse novo sentimento trás dois aspectos: o da inocência, que deveria ser preservado; e da fraqueza ou ignorância, que deveria ser suprimida pela razão. As noções de inocência e razão não eram contraditórias, pois no sentimento da época, infância não tinha correspondência com racionalismo, já que a criança não era dona de sua própria razão.

Ao contrário do sentimento de mimos, nascido no meio familiar, o sentimento do século XVII prolongava a infância através de práticas escolares, orientadas por novos educadores, os quais introduziram o papel da educação como objetivo das instituições escolares.

Através do processo de escolarização, as crianças sofriam um enclausuramento semelhante ao tratamento dado aos loucos, aos pobres e às prostitutas (ARIÈS, 1981:11). Anteriormente, a criança, após os setes anos, encontrava-se na época das aprendizagens – efetivada no espaço da casa, da aldeia, das redondezas, do brinquedo, das regras de papuricos na comunidade local, das coisas da vida, em que os pais tinham um papel importante, juntamente com outros membros da comunidade. No século XVII, essa aprendizagem transfere-se para educação formal, numa relação clara de mudanças entre o público-privado, isto é, a educação passa a ser oferecida no recinto da escola, ficando a família com o papel apenas de acompanhamento. A escola, fruto do século XVII, encarregar-se-ia da formação da criança.

Na análise de Gélis, essa transferência do privado para o público não constitui numa contradição entre a privatização da criança no âmbito da família nuclear e a educação pública que lhe é dada, mas sim num atendimento às exigências de um individualismo que cresce sem cessar, expresso, no caso da educação, na transferência de uma educação com o objetivo de integrar a criança à coletividade para que incorporasse os interesses e os sistemas de representação da linhagem, para uma educação pública do tipo escolar, com o objetivo de desenvolver suas aptidões.

Essas modificações consolidaram-se no século XVII com a família moderna. A vida privada e o sentimento de união afetiva são características próprias desse período, que não ocorrem por acaso, mas são resultantes de transformações profundas nas relações econômicas e sociais. Novos padrões de vida são conformados às necessidades da classe social consolidada – a burguesia – como a família voltada para si mesma, distinta da vida privada e pública, dos papéis sexuais, valorização da educação dos filhos, do aleitamento materno, dos hábitos alimentares e higiênicos, repressão e sexualidade infantil e nas demais novas formas de relações (ARIÈS, 1988: 109-110).

Pelo exposto, vemos que é na relação com o adulto e a sociedade que a criança deve ser definida, e são a partir destas relações que são elaboradas representações da idéia de infância, que se constituem em uma noção distante do mundo de determinadas crianças.

A imagem que o adulto passa a fazer da criança é contraditória, sendo comum atribuir-lhe uma natureza infantil própria com contradições. Assim, a criança é um ser inocente ou mau, dependente ou independente, perfeito ou imperfeito, tudo encontrado no discurso sobre a criança enquanto um ser definido isoladamente. Entretanto, como um indivíduo só pode ser considerado se tiver o outro como critério de referência, a criança não é má ou boa, tendo a si mesmo como critério de apreciação. Neste sentido Charlot diz:

Que critério deve utilizar no caso da criança? Parece que a apreciação, de início, deve ser biológica. É exato que, ao nascer, a criança é fisiologicamente incapaz de bastar a si mesma, vai desenvolver-se e adquirir novos poderes. Mas a criança nasce e se desenvolve num meio social. Não é apenas biologicamente que a criança é fraca; é também socialmente, isto é, com relação ao adulto e as condições da vida em sociedade (1986:105).

A noção de inocência infantil, imposta pelos moralistas, homens da lei e eclesiásticos do século XVI, através de seus manuais de civilidades, é um conceito importante na análise da utilização ideológica da infância na questão da criança. A inocência infantil é uma característica que idealiza a criança, colocando-a num mundo à parte, distante de qualquer valor negativo, portanto, sem possibilidade de ingerência de meninos que não conservam a pureza e a ausência do mundo dos adultos. Esta característica, juntamente com outras como a essência da autenticidade, a pureza, a fraqueza e o ser livre, cristaliza a infância em uma natureza própria, a natureza infantil.

O papel desempenhado pela idéia de natureza infantil é o de obscurecer a relação da criança com a realidade social mais ampla; ela unifica todas as crianças, tornando-as iguais. Nesta perspectiva, aquelas que não apresentam em seus comportamentos, em suas relações e em seu próprio ser dubiedade intrínseca da natureza infantil, não pertencerão ao “universo criança”. Aqui estão dissimuladas as oportunidades sociais, a origem e as funções sociais distintas exercidas pela criança na sociedade atual.

Para Charlot (1986), a utilização ideológica da idéia de infância apresenta dois eixos principais: a autoridade do adulto sobre a criança enquanto fato natural e o conjunto das relações entre a criança e a sociedade. No primeiro caso, a relação social de autoridade estabelecida pelo adulto é justificada pela necessidade imperiosa de reprimir, na criança, seus impulsos. A criança, pela sua própria natureza dúbia, tenta resistir a esses impulsos, mas não consegue por ser fraca e impotente; por isso, o adulto deve “protegê-la contra si mesma, e lhe trazer o sustentáculo da vontade adulta.

A segunda forma de utilização ideológica da idéia de infância é visualizada no conjunto das relações entre criança e a sociedade, quando se considera como fato natural o papel marginal da criança nessas relações. No dizer de Charlot, ela é marginalizada econômica, social e politicamente; ela é afastada dos circuitos de produção, tendo como único papel o de consumidora. Esse segundo eixo ideológico não considera a história tomando a sociedade atual como referência básica, naturaliza uma determinada participação da criança no meio social. Porém, como foi verificado anteriormente, a criança nem sempre viveu alijada do mundo do adulto, constituindo-se tal fato um dado social contemporâneo. Naturalizou-se uma imagem de criança elaborada pelo adulto que

corresponde à própria imagem que este último tem de si mesmo, e que, pouco a pouco, é partilhada pela criança, passando a ser a sua realidade.

A criança, é assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne, isto é, do que o adulto e a sociedade querem, eles próprios, ser e temem tornar-se (CHARLOT, 1986:109).

As profundas modificações na sociedade industrial trouxeram novos papéis à criança, definidos pela sua origem social. As crianças de famílias de trabalhadores eram lançadas como força de trabalho, acompanhando todos os membros de sua família; as crianças pertencentes à família burguesa iriam freqüentar os colégios. Esses papéis sociais divergentes são encobertos por representações que utilizam uma idéia abstrata de criança, negando as condições sociais que limitam as possibilidades de desenvolvimento físico, psicológico e social de determinadas crianças.

3.1

O atendimento às crianças pobres na sociedade brasileira

Como afirmado anteriormente, a presença de crianças na rua não é um fato peculiar dos tempos atuais¹ Desde o Brasil Colônia (séc. XVI e XVII), os trabalhos com as crianças pobres eram realizados pela Companhia de Jesus, a partir de sua proposta catequética (*Rátio Studiorum*), fazendo-se reuniões com os órfãos para ensinar a ler, a escrever e a se evangelizar (aprender bons costumes), nas denominadas “Casas dos Muchachos”. Já no século XVIII, criou-se um novo sistema de atendimento, denominado “Roda dos Expostos”, que se preocupava com as crianças pobres, rejeitadas e órfãs, constituindo-se a principal política do período colonial ao período republicano;

Durante todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo Impérios, não tivemos no País Instituição Política que atendesse a chamada infância desvalida. Na divisão do Trabalho Social essa tarefa, historicamente, coube em primeiro lugar à Igreja. Santas Casas de

¹ Na análise de abandono no Brasil, Chaves, referindo-se à criança escrava no séc. XVI, mostra que a adoção dessas crianças era semelhante àquelas abandonadas, e que as crianças escravas que viviam em áreas rurais “ou ficavam reclusas no alojamento dos escravos ou em outras partes, geralmente, nas ruas” (1996:66).

Misericórdia, irmandades, congregações e confrarias formaram o conjunto de obras de benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada “questão do menor” (GRACIANI, 1998:12).

Para Del Priore (1992), o Brasil tem 500 anos de meninos de rua, por isso torna-se necessário operar uma divisão temporal dessa presença. Seguindo a mesma reflexão, direi que na primeira fase, que vai da saída de Portugal até o início do século XVIII, a grande maioria dos meninos errantes das ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife era predominantemente branca. E que a segunda fase começa no século XIX, com a predominância de crianças negras – uma realidade prevalecente até hoje. Note-se, entretanto, que Priore não foi a única pesquisadora a interessar-se por essa categoria e pelas práticas do abandono de crianças. Rizzini (1997) mostra que, no tempo do Brasil Império, devido ao sistema de escravidão, essa modalidade se perpetuou e se fortaleceu com as Leis da abolição dos escravos, particularmente com a Lei do Ventre Livre, que fazia da Casa dos Expostos seu reduto principal.

No entanto, na Primeira República (séc. XIX), a questão da criança já passa a ser entendida como problema social, dadas as circunstâncias históricas da proclamação da República, de suas causas advindas da abolição da escravatura e da imigração de mão-de-obra européia, dentre outras, que geraram um contingente significativo de crianças na rua, o que era objeto de muitas críticas em artigos de jornais e crônicas, que denunciavam acirradamente essa situação: À época da República Velha predominava no escalão dirigente a mentalidade de que problema social era caso de polícia. (DEL PRIORE, 1992: 119)

Segundo Veiga e Mendes (1999), em 1897 os jornais da capital mineira denunciavam a existência de mendigos e pobres perambulando pelas ruas, em pontos centrais como praça da estação e ferrovia. Tais fatos iriam gerar estratégias assistenciais e filantrópicas ao regulamento de mendigos (p. 30). Para esses autores é neste contexto que a capital mineira começa a conviver com as primeiras crianças indo para a rua. Mas, não é neste período que a sociedade brasileira começa a conviver com crianças na rua. Algumas pesquisas nos mostram (Rizzini, 2001, Del Priore 2002), como já assinalamos acima, que, da chegada dos colonizadores até o início do século XX, já se percebia crianças perambulando

pelas ruas, primeiramente índias e, logo em seguida, negras. Ao mesmo tempo, não se registra, no corpo do Estado brasileiro, a presença de ações que possam ser caracterizadas como política social² para atendimento deste segmento da população. Só muito mais tarde é que, para tentar resolver esse problema, o Código Penal de 1881 traz regras de inimputabilidade penal de acordo com várias faixas etárias, demonstrando certa preocupação com as crianças, principalmente as desamparadas e/ou delinquentes, por parte da sociedade. Por dó ou medo, tentava-se protegê-las, controlando socialmente a situação, por meio de inúmeras instituições de assistência social que nasciam, sempre apoiadas pelos setores privados, que iam forçando os governos a definirem medidas de proteção à infância abandonada.

O que caracterizou o início do século XX foi um enorme crescimento da criação de entidades assistenciais para o atendimento de crianças órfãs, para a atenção aos abandonados e aos delinquentes, na maioria ligada à Igreja Católica, em duas modalidades educativas fundamentais: de um lado, o ensinamento moral e, de outro, a preparação para o trabalho. Nesse sentido, passou a acontecer a mobilização dos sindicatos em torno de reivindicações vinculadas à infância e ao trabalho da mulher, em 1907, exigindo a regulamentação e denunciando a exploração da mão-de-obra infantil.

Percebe-se que a pressão exercida pelas entidades católicas que se preocupavam com a infância, assim como, os sindicatos, sempre de forma acirrada, foram influenciando o Estado a produzir políticas para a infância abandonada e pobre. Por volta de 1927, a criança se torna objeto de preocupações jurídicas no país e o Estado cria sua primeira política pública para infância pobre, com a implantação do Código Melo Mattos.

Criaram-se os instrumentos jurídicos, por meio do Código de Menores, que passaram a apoiar as instituições por intermédios do Poder Judiciário, como: Abrigo de Menores e Casa das Mãezinhas, com uma abordagem predominantemente médico-jurídica. É na virada do século que o termo *Menor* passa a ser uma nomenclatura jurídica e social, baseado na faixa etária, como

² No período da colonização as crianças indígenas foram tratadas como indigentes e sem função nenhuma pelos colonizadores; esse foi o motivo de não se ter políticas sociais de atendimentos a esse segmento.

categoria classificatória da infância pobre, diferenciando-se de outros segmentos infantis da época.

Essa distinção entre *menor* e criança perpassa praticamente todo o século XX, marcando a distinção entre infância dos vários segmentos sociais e é rompida, por força da lei, em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira.

Como afirma Santos:

Olhando toda essa trajetória – do momento em que a sociedade ganhou consciência da especificidade da infância e depois, na virada do século, quando ganha consciência da noção de infância pobre e mais tarde, na década de 20, quando se cria a especificidade da infância minorizada – percebe-se que estas concepções tem sido um peso muito forte na definição de políticas para crianças e adolescentes. (SANTOS APUD GRASCIANI, 1998:20).

Durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado dá maior espaço para regulamentação da vida social da criança e do adolescente. Uma vasta gama de instituições se constitui. A infância pobre torna-se nesta época algo de dimensão nacional e, na óptica do Estado, é um problema de envergadura social:

...o menor era visto como ameaça social e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo pela reeducação, a fim de devolve-lo ao convívio social desvestido de qualquer vestígio de periculosidade, cidadão ordeiro, respeitador da lei, da ordem, da moral e dos bons costumes (COSTA, 1985:14).

As Organizações comerciais e industriais foram surgindo na década de 1940, articuladas e vinculadas às políticas sociais do governo de Getúlio Vargas que, mesmo tendo características populistas e clientelistas, tornaram-se política pública abrangente, especificamente para a infância e adolescência, articuladas entre entidades governamentais e não-governamentais, inaugurando uma nova faceta no quadro das instituições responsáveis, naquela época.

Também no âmbito internacional percebe-se igual preocupação, quando, em 1948, se instaura o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, que foi criado em 1946 para atender crianças vitimadas na Segunda Guerra Mundial. Essa organização internacional foi muito lentamente se posicionando na defesa dos direitos da criança e do adolescente e desenvolvendo programas em

aliança com as ONGs (organizações não-governamentais), deixando as parcerias de programas com o governo brasileiro

Analisando o conteúdo e a natureza das políticas públicas desse período da história (décadas 30-40), observam-se, nas entranhas dos projetos de assistência social, algumas rupturas no campo da parceria governo e sociedade civil organizada. De um lado, uma visão de métodos sanitaristas, como é o caso de Moncorvo Filho³, que delineava um projeto de caráter filantrópico e, de outro, o projeto da igreja católica, com visão mais assistencialista, caracterizado pela natureza caritativa, religiosa e mística, próprias de congregações que dedicavam sua ação para obras assistenciais, de maneira geral, e especificamente à infância abandonada. Esses dois projetos se chocavam na concepção, na metodologia e na postura diante da infância e sofriam críticas por partes de intelectuais que, baseados nos paradigmas da racionalidade científica, tão em moda na época, nas universidades, analisavam-se as políticas públicas, principalmente às metodologias utilizadas pelas entidades assistenciais em projetos filantrópicos. Tais diretrizes, todavia, funcionaram até 1964, quando o governo militar instituiu, em âmbito nacional, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM);

O regime militar instaurado em 1964 é que vai intervir nessa realidade com a intenção de revertê-lo de forma radical. Assim, em 1^o de dezembro daquele ano é publicada a lei 4.513, contendo as diretrizes e bases para uma política nacional do Bem-Estar do Menor (GRACIANI, 1998:23).

A FUNABEM foi à entidade criada pelo governo militar em 1964 para cuidar das questões sociais referentes à infância e adolescência e tinha como metodologia o trabalho repressivo e assistencialista. Para essa entidade, a identidade do Bem-Estar do Menor sempre se caracterizou por discurso avançado, porém mantendo resquícios da mesma prática de atendimento das décadas anteriores, pautadas pelo continuísmo. O enfoque correccional-repressivo, que via o menino como ameaça social, é substituído pelo enfoque assistencialista, que passa a percebê-lo como carente. Assim, a noção de periculosidade ganha espaço central na estratégia de atendimento para a noção de privação. Em contrapartida,

³ Arthur Moncorvo Filho, médico sanitarista, que no início do Séc. XX idealizou instituições de assistência à infância e achava que o governo federal deveria ter controle de todas instituições de Assistência às crianças.

os primeiros Movimentos Sociais de defesa dos direitos das crianças empobrecidas (República do Pequeno Vendedor – Belém/Pa, Pastoral do Menor – São Paulo, Fórum dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Fórum DCA – Rio de Janeiro) iniciaram uma “prática alternativa comunitária”, que trazia em seu bojo novas perspectivas nacionais de atendimento, de maneira geral e especificamente em relação à criança de rua. Sua essência constituía-se em afirmar que “a criança deve ser sujeito do processo pedagógico e deve ser trabalhada no contexto em que está inserida (COSTA 1988), compreensão influenciada pela concepção pedagógica de Paulo Freire.

Nesse momento histórico de mudança de paradigma da sociedade brasileira, em que as práticas alternativas de atendimento aos meninos de rua passam a influenciar nas políticas públicas de atendimento do Estado, os projetos e programas de atenção à infância brasileira apresentaram mudanças significativas, não só de natureza, mas também de conteúdo. As décadas de 1970 e 1980 se caracterizaram pela criação de entidades não governamentais, que em movimentos de grande porte, criaram alternativas comunitárias de atenção à criança e adolescente de rua e na rua.

Em Belém do Pará, esse é um período de expansão das entidades no atendimento as crianças empobrecidas, tanto do poder público municipal, quanto da sociedade civil, entre as quais: Fundação Papa João XXIII, Lar de Maria, Fundação de Bem Estar Social do Pará, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Pastoral do Menor, entre outras. Cada uma dessas entidades tinha princípios e linhas de ação específicas, conforme a função para qual cada uma delas foi criada, sendo que as instituições estatais obedeciam à política de bem estar do menor; as da sociedade civil apresentavam propostas alternativas de atendimento às crianças de rua.

É neste momento que o Movimento República do Pequeno Vendedor se constitui. Timidamente, ele começa a desenvolver atendimento as crianças na década de 70, com o restaurante do pequeno vendedor, funcionando na maior feira livre da América Latina, o Ver- o – peso. Logo em seguida, na década de 80; “a República do Pequeno Vendedor se constitui o movimento mais organizado, em todo o Brasil, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (COSTA, 1999, 84).

A expressão mais nítida desse movimento se afirma como processo de autocrítica de várias congregações católicas que se definiram a partir de projetos assistenciais-filantrópicos e que efetuaram uma radical mudança de seus princípios de ação junto à criança, associados com os vários segmentos sociais, dando ênfase a redes de entidades preocupadas com o atendimento à infância.

As políticas desenvolvidas pela FUNABEM que, como vimos, já estavam implantadas no Brasil desde 1964, fizeram com que entidades da sociedade civil se manifestassem contrárias às mesmas e gerassem oposições e lutas que levaram a necessidade e conseqüente elaboração de uma outra visão sobre as crianças que se encontravam na rua.

A primeira polêmica se refere ao termo *meninos de rua*, termo *surgido* no Brasil na segunda metade da década de 1980, como alternativa ao termo *menor*, que vinha sendo usado há anos e que foi respaldado mais ainda com o Código de Menores de 1979 – Lei 6.697/79.

Durante toda década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, os termos *menor abandonado*, *menor empobrecido*, *menor trabalhador* e *menor infrator* foram os de maior uso na sociedade brasileira.

Com a justificativa de tentar solucionar a injustiça social que há anos vinha sendo praticada contra os meninos de rua, o Estado brasileiro através Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁴ criou assim novas políticas de atendimento com características mais próxima às da família. A FUNABEM tentou integrar o *menor* à comunidade, tendo como base a família ou o lar substituto. Apesar de todo esforço do poder público, essas políticas, implementadas pela FUNABEM, não se traduziram em práticas educativas condizentes com as necessidades dos *menores*. A tônica do atendimento dado tanto pela FUNABEM como por suas congêneres (FEBENS), permaneceu quase sempre no confinamento e na punição, já que essas instituições estatais tinham como princípio de sua prática a doutrina da segurança nacional surgida junto com o regime militar. Raras foram às exceções de práticas compatíveis com as necessidades dos *menores* atendidos. Em sua maioria, foram constantes as notícias de violência, fugas e até mesmo morte

⁴ A FUNABEM foi criada em 1964, em pleno Regime Militar, e ficou sob a égide do Ministério da Justiça. Tinha como objetivo no discurso de suas políticas um novo enfoque no tratamento da questão do *menor*, Sua incumbência era solucionar o problema do menor, colocando-o confiando em instituições de assistência ou internatos.

nas chamadas unidades de “recuperação” do *menor*, como se vê ainda hoje nas unidades de atendimento aos menores, principalmente no Estado de São Paulo.

A Campanha da Fraternidade de 1987 da Igreja Católica, que teve como lema: “QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE”, trouxe, ao seio da sociedade brasileira, a discussão sobre um dos maiores problemas sociais da década de 1980: a situação do então chamado *menor abandonado*.

Baseada no lema VER – JULGAR – AGIR, toda a Igreja, seguindo diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se engajou na luta pelos direitos dos *menores abandonados*. Para a Campanha da Fraternidade de 1987, *menores abandonados* eram crianças e adolescentes empobrecidos, marginalizados, oprimidos e não assistidos pelo poder público e que, por falta de assistência, “desenvolviam as mais diversas atividades para sua sobrevivência e a de suas famílias, como, por exemplo: o bóia-fria, o vendedor ambulante, o picolezeiro, o engraxate, o reparador de carros, o limpador de pára-brisas, o vendedor de santinho, o catador de papelão, o perambulante, o pedinte, o drogadito, o que faz pequenos furtos e o que vive na rua” (CNBB: 1997, p. 4).

Com a referida Campanha da Fraternidade, o governo e a sociedade começaram a adotar novos enfoques em sua preocupação com a situação dos *menores abandonados*. A partir daí, essa situação passou a ser uma constante nos debates políticos, nos livros, nas reportagens, nos jornais, nos programas de televisão e, em filmes⁵ tudo sob a óptica diversa da até então vigente.

O *menor abandonado* de há muito tempo passara a ser uma ameaça à tranquilidade social, faz com que o governo brasileiro, preocupado em garantir a segurança de quem usufrui da propriedade e do bem-estar da sociedade, até então, respaldado na Lei – Código de Menores -, viesse a considerar em situação irregular todo *menor* que se encontrasse em atitude suspeita, pedindo sua prisão sem direito à defesa e nem ao habeas corpus, conforme se lê no artigo abaixo:

Art. 2º. Para efeito deste Código, considera-se em situação irregular o menor”:

I – privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde, e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;

⁵ Um exemplo de filme que trata da situação do menor abandonado é PIXOTE, de Hector Babenco.

b) (...);

II – vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;

III – em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – (...);

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de ato infracional.

(Código de Menores – lei 6.697/79)

Na visão do texto da Campanha da Fraternidade de 1987, todavia, o *menino de rua* é visto como fruto de um estado de injustiça social crônico, que gerava e agravava o pauperismo em que sobrevivia a maior parte da população. Não é, pois, um malfeitor nato. É um ser humano carente, devendo ser assistido pelo Estado.

Segundo o texto da campanha da fraternidade, na medida em que era conseqüência da desigualdade social, econômica e da decadência moral crescentes da sociedade, o número de menores abandonados aumentava em grande índice.

É no seio destas discussões que, em junho de 1985, em Brasília, realizou-se o Encontro Nacional “Paulo Freire e Educadores de Rua”, promovido pelo Projeto de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Secretaria de Assistência Social da Presidência da República (SAS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) - no qual foi dada uma significativa contribuição para o trabalho com as *crianças abandonadas*. Entretanto, foi no 1º Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Atendimento a Meninos de Rua que se rompeu com o termo *menor* e passou-se a denominar as crianças e adolescentes que se encontravam na rua, de *menino na rua* e/ ou *menino de rua*⁶.

⁶ Os termos *meninos de rua* e *menino na rua* geraram muita polêmica, pois, conforme a interpretação de vários educadores, eles não representavam e nem caracterizam a situação das crianças e adolescentes que se encontravam na rua. Essa polêmica fez com que durante a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, denominassem os meninos de *crianças e adolescentes em situação de risco*, pois, segundo a Declaração Universal dos Direitos da Criança, qualquer criança e adolescente que esteja desenvolvendo atividades incompatíveis com sua natureza de seres em desenvolvimento está em situação de risco.

O Seminário Latino-Americano foi um evento que aconteceu em Brasília em junho de 1985, e reuniu representantes de entidades não governamentais dos países Latino-Americanos que trabalhavam, a época, com *meninos e meninas de rua*. Estiveram presentes nesse Seminário, trezentos representantes dos seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, São Salvador e Trindade e Tobago.

Após muitas discussões e debates sobre a temática no seminário, ficou definido que meninos de rua são;

Meninos e meninas entre sete e dezessete anos vivem na rua trabalhando para se sustentarem ou ajudarem no sustento de suas famílias, que são quase sempre pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. E menino na rua são aqueles que estão na rua praticando pequenos furtos, cheirando cola de sapateiro, mendigando e perambulando (PAULO FREIRE E EDUCADORES DE RUA – 1985:5).

Dado uma definição sobre meninos de rua, foi visto que essa criança, quando está na rua, se acha efetivamente desamparada da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulnerável à exploração de terceiros e à variada ordem de perigos físicos e morais. Muitas crianças passam realmente nas ruas todas as horas em que estão acordadas e, algumas até mesmo suas noites, tendo, portanto, pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos, essenciais à sua formação como cidadãos, tais como os relativos à saúde e educação.

Em decorrência disso, são poucas as perspectivas de se desenvolverem para conquistarem um futuro melhor. Assim sendo, essas crianças representam um enorme desperdício de potencial humano, tanto para elas próprias como para a sociedade brasileira.

Ainda no referido Seminário, os educadores apontaram algumas características dos *meninos* e das *meninas de rua*:

- São prematuramente adultas e buscam meios para sobreviver na rua, como consequência de um sistema social que as marginalizam;
- Atuam, permanentemente, em atitude defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que são objeto por parte do meio que as rodeia;

- Satisfazem suas necessidades básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares: dormem, comem, trabalham, usam drogas, roubam e furtam na rua;
- Enfrentam crescentes dificuldades escolares que os levam ao abandono dos estudos e à repetência contínua;
- Desenvolvem habilidades especiais que lhes permitem sobreviver na rua;
- São produto da carência familiar e social, o que influi negativamente no seu crescimento harmônico integral;
- São fortes e astutos no seu próprio meio.

Os educadores também notaram uma nítida demarcação entre o *menino de rua* e a *menina de rua*. Segundo suas observações, são duas realidades distintas, embora vítimas e produtos de uma mesma situação social.

Disseram eles, que a problemática da *menina de rua* era muito mais grave, por sua dupla condição de ser de rua e a de ser mulher. Na rua, ela estaria mais exposta, sofrendo as conseqüências de como se situa o papel da mulher na sociedade. Além disso, ela sofreria as conseqüências da maternidade prematura, do trabalho precoce e da prostituição.

Segundo Amaral (1998:38)

As pesquisas que retratam as estratégias de sobrevivência de crianças e adolescentes pobres indicam que esses contribuem no orçamento familiar, assumindo também a responsabilidade de seu sustento. A partir da segunda metade da década de 1980, os trabalhos sociais designavam genericamente de “meninos de rua” aquelas crianças e adolescentes que tinham a rua como local de sobrevivência, inclusive para obtenção de renda, através de atividades lícitas e ilícitas. Ao final dessa década, as pesquisas estabelecem uma distinção entre essa população: os que moram na rua, são denominados de meninos(as) de rua; os que passam os dias nas ruas trabalhando, são denominados de meninos(as) nas ruas. Constatou-se que a grande maioria desses meninos, apesar de ter a rua como espaço de grande freqüência durante o dia, retorna à noite para a casa.

A característica do discurso dos anos 1980 diz respeito à “imprecisão conceitual” que acompanha as estimativas em relação a esses sujeitos. Tal como foi mencionado acima, são usadas várias expressões que simplificam a realidade da criança em situação de rua, criando-se uma “folia numérico-

conceitual”(relatório anual UNICEF 2006), que apenas exprime a falta de clareza conceitual desses estudos e pesquisas. Contudo, essa impressão não é neutra, a ela subjaz a suposição de existência de relações lineares entre o fenômeno do abandono e a família na sua situação de pobreza, como destaca Rosemberg; “menores abandonados ou meninos de rua eram considerados como crianças/adolescentes pobres que viviam nas ruas porque perderam o vínculo com os pais e residiam fora do domicílio familiar.” (1994:33)

3.2

As políticas de atendimento aos meninos de rua no Brasil

A sociedade brasileira tem sido alvo de muitas críticas no que diz respeito aos cuidados e garantia dos direitos humanos, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes. As críticas são pertinentes, haja vista que nas últimas décadas houve um crescimento gradativo do índice de violência envolvendo principalmente adolescentes em situação de risco social. Trata-se de fenômeno, segundo Graciani (2005), reflexo de uma política social diferenciada, processo este que não nasceu nesta década, mas que foi historicamente construída por meio de uma distribuição de renda desigual e que forçou o poder público a implantar políticas sócias para atender as necessidades da população mais carente, porém em sua maioria, segundo Rizzini (2007), foram equivocadas e não atingiram os objetivos aos quais se destinavam, vindo a serem extintas exatamente por que se tornaram ineficazes e ineficientes.

As políticas de atendimentos traçadas pelo Estado e pelos movimentos sociais no que se refere ao atendimento a meninos de rua e à questão infanto-juvenil, em sua trajetória, não apresentam uma linearidade, pois sempre receberam influência de vários setores, sejam eles, jurídico policial, científico ou religioso numa relação que traduz a história da assistência à criança na sociedade brasileira. O que temos visto no decorrer da história, no dizer de KUHLMANN (1992), é que assistência e educação têm se polarizado, na maioria das vezes, confundindo assistencialismo, como proposta educacional dirigida à população pobre.

Antes da entrada no século XX, no Brasil, a igreja tinha um papel fundamental no atendimento aos pobres, mantendo uma grande instituição de política social, a Santa Casa de Misericórdia. Além da igreja, estavam também

envolvidos no trabalho de proteção a infância, grupos privados como higienistas e associações de damas beneficente, constituindo-se de atitudes isoladas com pouca interferência no poder público.

A casa dos expostos ou roda segundo Del Priore, (2001), que foi fundada ainda no século XVI, teve uma importância significativa como entidade de atendimento às crianças abandonadas. Para Leite (1992), os governantes à criaram com a finalidade de “salvar” a vida de recém nascidos abandonados, que mais tarde, eram encaminhados para trabalhos produtivos forçados. A assistência a filhos de pais que os abandonavam era considerada, pela maioria da população, um incentivo à irresponsabilidade desses pais, portanto, a existência da roda era, para muitos, a causadora da situação de abandono das crianças.

Kramer (1995) diz que as iniciativas do poder público eram bastante limitadas, surgindo alternativas de grupos privados no atendimento à criança pobre como o Asilo de Meninos Desvalidos (Rio de Janeiro, 1875), os Institutos de Menores Artífices (Minas Gerais, 1876) e os colégios e associações de amparo à infância (1875), entretanto, tais iniciativas constituíram-se ineficazes frente ao problema de proteção á criança.

Para Kuhlmann (1992), na perspectiva de alcançar a “civilidade” e a “modernidade” é divulgada no início do século XX, no Brasil, a puericultura, uma especialização da medicina que trouxe novas formas –“racionalis”- de cuidar da infância. Nesta influência médico-higienista, verificou-se uma concepção de criança que não considera a relação adulto-criança na sua totalidade, ou seja, esta relação assume apenas caráter instrumental, ocultando sua dimensão sócio-afetiva e resumindo-a a intervenções técnicas, Neste sentido, Charlot (1998) diz que define-se a criança isoladamente, sem dar importância às relações que a cercam.

Caracterizando o período pré-1930, no que diz respeito à assistência à criança, Kramer (1995) enfatiza três aspectos: “a medicalização da assistência à criança até seis anos (...), a psicologização do trabalho educativo - com a Escola Nova -, (...) e uma concepção abstrata de infância”. São fatores que apesar de não contribuírem para a causa da criança, demonstram que os setores públicos já reconheciam a importância do atendimento à infância. Entretanto, sem grandes ilusões, este reconhecimento evidenciava a utilização da criança no fortalecimento do Estado, já que iniciativas desse gênero eram consideradas como soluções para os problemas enfrentados pela sociedade.

No período de 1930 a 1945, assiste-se à implantação das políticas sociais do Estado no Brasil. “É na década de 30 que se inicia um tipo particular de proteção social ao trabalhador, em função do conjunto de transformações do Estado brasileiro e as formas de regulação social de corte nacional que aí têm início” (DRAIBE,1990:24). As inovações nas políticas, neste período, refletem as mudanças advindas com o processo de industrialização brasileiro, que traz novos contornos das classes sociais e outros domínios políticos.

As inovações nessas políticas concentraram-se na produção legislativa com a criação dos institutos de aposentadoria e pensões e uma nova legislação trabalhista. Outras alterações são citadas por Draibe (2007) nas áreas de política e na área de educação onde se manifestam elevados graus de nacionalização das políticas sob forma de centralização no Executivo Federal, dos recursos e de instrumentos institucionais e administrativos da organização federativa do País.

Este quadro materializa o que Poulantzas (1985) aponta sobre as transformações do Estado ao longo da existência do capitalismo. O Estado, no seu papel constitutivo das relações de produção, sofre transformações que trazem, conseqüentemente, modificações na formação e reprodução das classes sociais, de sua luta e da denominação política. É o reordenamento das relações de forças entre as classes, configurando novos domínios políticos no interior do Estado Capitalista. Segundo o autor, isso é a própria periodização do Estado segundo os estágios e fases do capitalismo, que deve ser levada em consideração quando se relaciona o Estado não somente às relações de produção mais, concomitante, à dominação e às lutas políticas.

No contexto brasileiro de 1930, conviviam, em contínuas crises, as classes médias, industrial e o setor oligárquico, já que a burguesia industrial não rompeu com os interesses agro-exportadores. Na visão de Costa (1994) o governo pretendia que a economia agrária exportadora gerasse recursos para impulsionar a indústria no país. Nenhum grupo conseguia a hegemonia política. O período que se segue à derrubada das oligarquias rurais do poder político é marcado pela incapacidade de qualquer grupo social de formular e interpretar um projeto legítimo e coerente para a Nação.

Essa organização, entre as classes dominadas e o poder público, segundo Poulantzas (1985), se realiza também pela concessão imposta pela luta dessas classes. Desse modo, o Estado de Bem-estar social implantado no Brasil atendeu

inúmeras reivindicações sociais: legislação trabalhista, sufrágio ampliado e obrigatoriedade do ensino básico, entre outras. Na área do “menor”, (criança e adolescente), objeto específico do nosso trabalho, o governo Vargas cria no período, o SAM – Serviço de Assistência ao Menor, em 1942. De caráter correccional-repressivo, este órgão, atendia crianças e jovens abandonados e infratores – os chamados “menores abandonados” -, com o objetivo de centralizar todo o amparo a essa população considerada carente e prejudicial à sociedade.

Segundo Costa (1990), o SAM foi apontando pelas famílias como o grande contribuidor de situação de abandono e delinquência das crianças e jovens, já que pelo internamento os mesmos se afastavam da convivência familiar e se submetiam a um “regime disciplinar e educativo” dos internatos, sendo os internos conduzidos para obediência das normas, pois só assim estariam a serviço da nação.

O esquema de atendimento centralizado reforça a idéia das características do sistema de proteção social, que instrui uma dinâmica de centralização excessiva na organização de sua máquina social, e provoca efeitos já previstos, como a ineficácia e ineficiência dos programas sociais que acompanham o atendimento de crianças carentes. Desse modo, o governo, assumindo o atendimento às crianças e jovens em “circunstâncias especialmente difíceis”, não cumpre totalmente seu papel, diz costa (1998).

Com este quadro, entram em cena as já conhecidas intervenções de entidade filantrópica e outras colaborações particulares, mantendo a tradição do assistencialismo de pessoas do círculo econômico dominante e de instituições como a igreja.

A igreja concebia essas crianças como merecedoras de “piedade”, realizando um trabalho que podia ser caracterizado no “mudar para não mudar nada”, manifestando a sua missão (sendo a única capaz para tanto) de “salvar” o povo de sua situação de “infelicidade” e miséria, sem, contudo, mexer ou admitir a luta de classes, considerada uma “invenção de comunistas”.(Graciani 1998), desvelando-se a igreja como parceira do governo no desempenho do papel de agencia controladora de comportamento para manutenção do modelo vigente.

Para Costa (1990), o serviço público brasileiro, não tendo uma cultura de internato, chamava os padres para trabalharem nessas instituições, já que a igreja, além de ter experiência em regime de internatos (“patronatos”) comandava,

anteriormente, os trabalhos de atendimento aos pobres. Entretanto, o governo, com a instalação dos reformatórios e casas de correção, contrata funcionários de baixa qualificação e baixos salários (monitores e inspetores) que não utilizam a violência simbólica dos padres, mas preponderantemente a violência física.

Nesses primeiros programas de atendimento aos meninos de rua, baseado na educação e trabalho com geração de renda, pode-se verificar uma nova política instalada pelo Estado, cuja prática de oferecer uma aprendizagem (e sem qualidade) escamoteava o dever do poder público de universalizar o ensino. Observa-se aqui uma proposta pedagógica dirigida exclusivamente para a população pobre: o assistencialismo.

As políticas públicas implementadas pelo Estado para com essas crianças concentravam-se no nível de assistência, o que demonstra o que era o sistema de proteção social como um todo. A ação estatal delineava um tipo de educação (única possível) dirigida àquele segmento – educação não formal, sem qualidade, com o objetivo de aprender um ofício. É a elaboração de um discurso que é “declarado, catalogado”, sem, contudo, ser compreendido pela massa devido às “razões infinitamente mais complexas”, diz Poulantzas, (1985:39).

Já no período do governo provisório, o governo de Getúlio Vargas cria outras entidades de atendimento à criança e adolescente pobres, norteadas pelos princípios de educação e trabalho com geração de renda. São exemplos: Legião Brasileira de Assistência (LBA), Casa do Pequeno Trabalhador e Casa das Meninas.

Para Mendez e Costa (2004), na década de 40, o fato mais importante na questão das crianças empobrecidas é a internacionalização e “socialização” do tema “menores”. Tal fato é manifesto, na década de 60, em teorias sociológicas norte-americanas que depois se consolidam nos discursos e práticas latino-americanas.

A segregação de menores é legitimada não mais por anormalidades físicas ou decadência de raça, como nas décadas de 1920, mas por desajustes emocionais, falhas de personalidade e pais divorciados.

Na década de 1960, as políticas sociais brasileiras sofrem restrições diante da crise fiscal do Estado, a rede de serviços é reduzida já que os recursos para este setor são quase inexistentes. As políticas sociais públicas restringiram-se a função meramente simbólica, É quando o Estado transfere para o mundo jurídico suas

competências no setor da infanto- adolescência. É o processo de “judicialização” dessa política, ma qual “os juizes, forçados pela competência tutelar, transformam-se em ilusionistas assistenciais, estreitando, com isso, uma identificação com as políticas em crise”. (MENDEZ e COSTA, 2004:55).

Essa crise de natureza financeira-fiscal, traduzida em permanente desequilíbrio entre o dispêndio social e as receitas do Estado, não se apresenta como resultado de um processo autônomo de crescimento exorbitante com gastos públicos e suas formas de financiamento dado a elevada demanda da população carente; consequência da crise mais ampla do Estado capitalista que tem, em sua dinâmica contraditória, a sua própria superação.

No que se refere aos movimentos sociais, na década de 60, constatam-se outros padrões de luta, ganhando diretrizes político-ideológicas opostas aos dos reformadores da década de 20, que eram caracterizadas por atitudes isoladas de filantropos privados que “protegiam” as crianças e os jovens pobres. A luta era, agora, pelos direitos da infanto-adolescência, preterida pelas políticas públicas sociais.

No plano de atendimento às crianças e aos adolescentes, o SAM, por questões políticas, é substituído pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão responsável pela formação e implantação de uma nova política de atendimento aos jovens infratores em todo o território nacional. É o período autoritário de caráter fortemente repressor, mas que a partir de 1975 ampliou grandemente alguns serviços. “A merenda escolar, por exemplo, com toda s sua conotação paliativa, passou a ser o maior programa de alimentação da América Latina”.(Draibe, 1989: 16).

De 1964 a 1985, denominado por Draibe (1989), em sua periodização do processo de constituição do *Welfare State* brasileiro, de “consolidação institucional e reestruturação conservadora”, na qual a “expansão massiva” não representava a universalização dos programas, é que se constitui “a face mais completa do seu sistema de proteção social sob a égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo concentrado e socialmente excludente de desenvolvimento econômico” (1989:17).

A política Nacional de Bem-Estar do Menor e o Programa da Merenda Escolar são materialização de políticas que revelam as contradições, as fissuras e divisões internas do Estado, resultante da condensação de forças constitutivas de

sua estrutura. Poulantzas enfatiza a política do Estado mais “como resultante de uma coordenação conflitual de micropolíticas, táticas explícitas e divergentes do que como formulação racional de um projeto global e coerente” (1985:157).

Além dessa Política de Bem Estar do Menor, o Estado, através de seu aparelho jurídico, apresenta em 1979 o Código de menores, que considerava em “situação irregular” as crianças e os jovens pobres que se encontravam em estado de necessidade e com famílias incapazes de mantê-los. Sua competência estava em proteger e vigiar esses menores nessa situação. A terminologia “menor infrator” é uma categoria jurídica prevista na doutrina da “situação irregular” emitida pelo próprio código de menores.

Coerente com o código penal, o código de menores reforça o recolhimento e tutela do “menor” através de medidas educativas e disciplinares, determinados em leis especiais. Retira-se das mãos da família o papel de seu acompanhamento e formação, já que ela não apresenta condições adequadas para isso, assumindo este papel o Estado. Assegura-se assim, definitivamente, que o “problema do menor” é uma questão de segurança nacional – é uma questão do Estado.

A doutrina da “situação irregular” subordina a proteção da infância à ideologia de segurança nacional, daí serem legítimas as práticas de recolhimento desses “menores”, chamado de privação da liberdade. Esta doutrina reforça que a situação irregular não é a do Estado, que neste período age de forma autoritária, mas dos próprios sujeitos criados em famílias desestruturadas.

Observa-se que o atendimento era para quem, na concepção das políticas, encontrava-se em situação de risco pessoal e social: as pessoas pobres.

Neste contexto, surgem instituições e entidades, ligadas a movimentos sociais, a igrejas e a sindicatos para fazerem um atendimento diferente às crianças carentes. A forma de atendimento dado por essas entidades vai pressionar o poder público, que passará a rever sua forma de atendimento. Por isso, os trabalhos desenvolvidos nas instituições de atendimento estatal começam a ser publicamente questionadas diante de seus efeitos nem eficazes. Com isso surgem os trabalhadores sociais na área infanto-juvenil que trazem uma nova concepção destes sujeitos, agora como donos de sua história, de possibilidades que precisam ser garantidas. Entretanto, o novo não se instala no abandono do velho. Ambos convivem naquelas realidades institucionais e nas suas políticas definidoras, enfoques assistencialistas, e educativos.

3.3 A recorrência ao termo menor no Brasil

Acompanhando historicamente a situação da criança pode-se perceber que, de um anonimato ou de uma situação que não a distinguiu significativamente do adulto, ela passou a merecer cuidados especiais, como elemento de características peculiares, até chegar a exercer o papel social de trabalhadora, sob condições penosas de trabalho no contexto capitalista mais solidificado. Ressalta-se que a criança já participava do trabalho do adulto, nos séculos XVIII e XIX, quando, após o desmame, sua participação pública era ampliada. Entretanto, as relações sociais de produção eram outras.

As condições objetivas impostas pelo capitalismo trazem mudanças nas condições de vida do indivíduo. É junto à maioria daqueles que detêm apenas a sua força de trabalho, a qual se submete às relações penosas de trabalho, que surge, com maior frequência, uma categoria jurídico-institucional específica que vai ser objeto de controle sócio-penal: a criança delinqüente (MARTINS, 1993: 11).

Na visão de Mendes e Costa (2004), a categoria infanto-juvenil ganha especificidade a partir do controle social formal efetuado pelo Estado, através de instituições de atendimento as crianças e adolescentes em situação de marginalidade, cujo objetivo não se concentrava na proteção desses sujeitos, mas da própria sociedade. Os tribunais de menores são institucionalizados em 1923 e, na concepção dos autores acima, serão, juntamente com instâncias afins, os locais de socialização dos menores, reservando-se à família e à escola a socialização dos que desfrutam de uma “infância”. Para os primeiros o sentimento de compaixão e a necessidade de repressão e, para os segundos, detentores de direitos, o sentimento de solicitude (MENDEZ E COSTA, 2004).

No entanto, o termo menor, no Brasil, nem sempre apresentou o mesmo significado, ou seja, seu percurso foi modificando em função das novas atitudes que a sociedade estabelecia em relação à criança. Assim, anteriormente ao século XIX, o termo não tinha qualquer conotação particularizada de uma dada situação social da criança.

No final do século XVIII e início do XIX, a organização urbana da sociedade traz novos contornos ao já caracterizado problema da criança,

objetivado em abandonos ocorridos nas diversas classes sociais. Nesse contexto, o termo “exposto” era utilizado para identificar a criança que se encontrava em situação de abandono. Os “expostos” eram tratados pelas ordens religiosas presentes na sociedade da época, não havendo intervenção do poder público.

O termo menor, no século XIX, aparece no vocabulário jurídico brasileiro associado à idade, sendo sinônimo de criança, adolescente ou jovem, e definindo a responsabilidade de uma pessoa perante a lei. Entretanto, no início do século XX, o problema da criança se acirra, despontando como um problema social grave, em função da modernização social vigente que alargou o processo de segregação social na sociedade brasileira. Neste sentido, redefine-se o significado da palavra menor, agora associada ao vocabulário judicial, reforçado pelos jornais e discursos jurídicos, como algo diretamente ligado à marginalidade e criminalidade.

É consolidada uma nova imagem do menor, sendo agora caracterizado como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade (COSTA E LONDOÑO, 2002:135). Associado à criança pobre, o termo menor passa a designar também aquele que comete delito. A noção de periculosidade vincula-se ao menor, sendo caracterizada, então, como uma ameaça a sociedade. Por isso, para o Estado, esse menor era uma questão de polícia, devendo ser regenerado por instituições de caráter correccional-repressivo, a fim de tornar possível seu convívio no meio social.

A partir dos anos 20, uma nova concepção em relação ao menor vigora na sociedade, de forma que ele agora não é mais tido como um caso de polícia, mas como um indivíduo que necessita de assistência e proteção. A noção de periculosidade é substituída pela noção de privação e o menor passa a ser visto como um ser carente, ou seja, um indivíduo pobre, marginalizado e carente bio-psico-socio-culturalmente. Estava caracterizado o que COSTA (1990) denominou de “um indivíduo feixe de carências”, o que sugeriu, pelo Estado, um distanciamento do tratamento correccional-repressivo para um enfoque assistencialista, conforme previa o Serviço de Assistência e Proteção à Infância abandonada e aos delinquentes (1923), que regulamentou instituições e patronatos no atendimento a esse segmento da população.

Mas a formalidade da lei não garante a presença de estruturas institucionais e jurídicas não repressivas. Ao menor é dispensado um tratamento que o separa definitivamente da condição de criança. Generaliza-se assim, na sociedade, uma oposição entre crianças e menores. Crianças são as das classes dominantes; para elas, direitos constitucionais específicos, pois é a criança que tem infância. Para as outras crianças, os menores; sem infância, é dispensado outro tratamento. Essa idéia foi sendo disseminada pela sociedade, contribuindo, assim, para a consolidação da imagem equivocada da criança pobre que é abandonada pela família desestruturada e que se torna marginal pelo seu habitar na rua.

Discutir as circunstâncias históricas da criação da categoria menor permite desmistificar a idéia de criança universal e compreender as práticas institucionais com suas concepções subjacentes de infância.

4

O Atendimento às Crianças Pobres em Belém do Pará

O capítulo que ora iniciamos tem como finalidade mostrar como tem se dado o atendimento aos meninos de rua em Belém, tendo como foco de discussão as entidades que sempre estiveram envolvidas com esse segmento social. Porém, achamos por bem, antes de apresentar as entidades de atendimento, mostrar dados referentes as políticas sociais no Município de Belém.

O município de Belém, fundado em 12 de janeiro de 1616, possui uma área territorial, dividida em duas diferentes regiões geográficas, uma continental e outra insular composta por 55 ilhas¹, que totalizam 332.036 Km². Belém está dividida em 71 bairros e 8 distritos administrativos.

Sua população estimada pelo IBGE/2007 é de 1.428.368 habitantes, sendo 678.432 do sexo masculino e 749.936660 do sexo feminino, com maior densidade demográfica na área urbana 99,36%, contra 0,64% na área rural, registrando um crescimento populacional entre 2000 (último censo demográfico) e 2007 na ordem de 13,28%.

Pela existência dos municípios que compõem a região metropolitana: Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, o município de Belém, via de regra – direta ou indiretamente- acaba se responsabilizando pelo atendimento de mais 658.538 pessoas que, pela insuficiência em seus municípios de origem, no que diz respeito a infra-estrutura básica relativa aos equipamentos urbanos de ordem econômico e social e pelo atrativo que a capital exerce, utilizam os recursos de Belém que são insuficientes ao atendimento da própria população local.

Por sua vez, na condição de MetrÓpole da Amazônia, o processo de urbanização do município de Belém, diferentemente de outras metrÓpoles brasileiras cuja concentração populacional se deu em função do desenvolvimento industrial, obedeceu ao modelo imposto à região amazônica através da implantação de uma economia de enclaves instalados por grandes projetos que, aliados a um processo de concentração fundiária e a conseqüente expulsão do homem do campo, acarretou para este município - considerado a “Porta de Entrada da Amazônia”, sérios e graves problemas sociais.

¹ Fonte: Anuário Estatístico 2006 – SEGEP.

Esse cenário tem sido historicamente determinado por um processo de exploração desenfreada, tangida pela avidez do sistema capitalista que, orientado pela lógica da acumulação, impôs e impõe a implantação de projetos econômicos que articulam, predominantemente, interesses externos, em especial, das grandes indústrias transnacionais.

Na verdade, o município de Belém apresenta índice de pobreza bem agravado dentre as regiões metropolitanas do Brasil, dado confirmado pelo relatório do ano de 2005, “Análise das Regiões Metropolitanas do País”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que caracterizou a condição sócio-econômica da população residente na região metropolitana de Belém como média baixa.

Por outro lado, o Índice do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que organiza a partilha dos recursos da Proteção Social Básica, tendo por critério técnico maior proporção de população vulnerável (taxa de pobreza), menor capacidade de investimento (receita corrente líquida municipal per capita) e menor investimento do governo federal na Proteção Social Básica (recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para Proteção Social Básica per capita), registra dentre as metrópoles, que Belém ocupa a 6ª pior posição com índice SUAS equivalente a 26.057, estando na frente apenas de Manaus e das metrópoles nordestinas, Salvador, São Luís, Fortaleza e Maceió.

Neste contexto, a cidade de Belém se apresenta como pólo de atração populacional, para o qual convergem todas as formas de problemas sociais, haja vista que esta condição de cidade metropolitana absorve em diferentes proporções, recursos e demandas sociais, sendo que as demandas sociais ocorrem em escala crescente diferentemente dos recursos. Em decorrência, sua periferia está composta por grandes aglomerados humanos, com precária infra-estrutura básica, onde proliferam todas as formas de violência, dentre as quais, o desemprego, o analfabetismo, a mortalidade infantil, a violência urbana, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, a violência doméstica e um grande número de meninos de rua, entre outras.

As informações acima relatadas mostram que a realidade do dia-a-dia não tem causas atuais, é construído de uma história de exploração fortemente arraigada na estrutura da região e, por conseguinte, do município de Belém.

Os dados publicados na 4ª edição do Georeferenciamento e Geoprocessamento do Sistema Único de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social - GeoSUAS/MDS 2006, ilustram essa realidade. Por exemplo, mostram que o perfil sócio-econômico do município de Belém, no item vulnerabilidade Familiar compõe-se de 6,67% de pessoas com 60 anos ou mais que vivem sozinhas; 7,03% das mulheres são chefes de família, sem cônjuges e com filhos menores de 15 anos; 2,94% das crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil; 30,02% da população possuem renda per capita abaixo de ½ salário mínimo; 17,56% das crianças são indigentes, com renda familiar per capita de ¼ do salário mínimo.

No que concerne à Política de Educação que, segundo a Constituição Federal é direito universal, em Belém significativo número de crianças, adolescentes e adultos são analfabetos, como se observa no quadro abaixo:

Percentual de Analfabetos no Município de Belém

Faixa etária	%	Total de pessoas
07 a 14 anos	11,40	162.833
10 a 14 anos	04,11	58.705
15 a 17 anos	01,86	1.543
18 a 24 anos	01,86	3.779
15 ou mais anos	05,04	46.109
25 ou mais anos	05,99	37.522
TOTAL	30,26	88.953

Fonte: GeoSUAS 2006

Com relação ao ensino fundamental, a taxa de rendimento escolar é a seguinte: 9,6 % de abandono, 76,7% de aprovação e 13,7 % de reprovação. Quanto às crianças de 4 a 5 anos de idade, o Plano Plurianual 2006 – 2009 da Prefeitura Municipal de Belém diz que 20.386 estão fora da pré-escola.

Nos indicadores de Mortalidade, ainda segundo o GeoSUAS 2006, a perspectiva de vida ao nascer é de 70,5 %, sendo a taxa de mortalidade até 1 ano de idade de 26,45 % e até 5 anos de idade 28,58 %. Esses índices nos mostram a precariedade das políticas sociais em Belém.

Como pudemos observar no capítulo anterior, o trabalho com crianças e adolescente no Brasil já existe há muito tempo. Particularmente nas décadas de cinquenta e sessenta, as escolas ou entidades religiosas já atendiam, de forma

assistencialista, as crianças carentes das grandes cidades brasileiras. Belém foi uma das cidades pioneiras a se preocupar com as crianças de rua empobrecidas.

Segundo Gonçalves (1979);

Os bairros periféricos de Belém apresentavam um grande índice de marginalidade infanto-juvenil provocado pelo êxodo rural muito comum nos anos setenta, dada a política rural do governo militar (1979:110).

Para a pesquisadora, esse grande índice de marginalidade era fruto do inchaço urbano provocado pelo êxodo rural. Como a maioria das famílias era oriunda do interior, sem nenhuma qualificação profissional, viviam de atividades informais, os pais desempregados eram obrigados a sustentar suas famílias com trabalho informal. As crianças, na maioria das vezes, acompanhavam seus pais nessas atividades e acabavam ficando nas ruas. Apesar de existirem entidades do Poder Público - Municipal e Estadual-, responsáveis pela política de atendimento às crianças empobrecidas, esse serviço passou, nas décadas subseqüentes, também a ser feito pelas entidades da sociedade civil, principalmente, as vinculadas às Igrejas Católica, protestante e espírita.

No decorrer da história, o discurso do Estado, sobre a presença da criança na rua é caracterizada enquanto uma condição ou um atributo pessoal do próprio sujeito. A situação de rua da criança é temporária e diversificada e/ou são previstas as inúmeras condições e possibilidades do uso da rua. A fala do Estado se apóia, na elaboração de seus programas e projetos de intervenção, com possíveis estimativas de crianças em situação de rua, ou mantém-se omissa no dimensionamento da realidade desses sujeitos.

O Estado, em sua retórica sobre crianças em situação de rua, mantém a tradição assistencialista, reformulando cenários e atores, trazendo no bojo uma concepção de natureza infantil que o leva a caracterizar a criança que está em situação de rua enquanto menor, sem infância, porque é desprovido da natureza específica que o separa do adulto.

É nesse contexto, o da política de Bem Estar do Menor, entre as décadas de 1970 e 1980, que se expande o atendimento as crianças carentes e de rua na cidade de Belém.

4.1

As políticas para as crianças socialmente abandonadas

Segundo Costa (1998), no período que antecede a ditadura militar, as décadas de 40 e 50, as políticas sociais do Estado estavam baseadas na suposição de que as crianças abandonadas representavam uma grande ameaça para a sociedade. A assistência social, muitas vezes mal dirigida e irregular, dispensadas à suas famílias era acompanhada de tratamentos severos e punitivos contra qualquer pessoa, inclusive crianças, de quem se suspeitasse qualquer incursão na criminalidade. Assim, em princípio, a política nacional para o bem estar do menor, introduzida inicialmente pelo regime militar e o subsequente Código de Menores constituíram a guinada de um modelo correccional para um modelo assistencial. As crianças foram redefinidas, como estando em situações irregulares circunstâncias, atribuídas à falha dos pais. Tais políticas foram formuladas pelo governo federal de maneira centralizadas, através da FUNABEM (Fundação do Bem-Estar do Menor), logo após sua criação, em pleno regime militar. Essas políticas eram executadas pelos órgãos estaduais afiliados a FUNABEM, geralmente denominados FEBEM - no caso de Belém chamava-se FBESP.

A FEBEM instalava centros, considerados de referência, nas capitais dos Estados e casas fechadas, conhecidas como internatos. Tudo isso com o objetivo de atendimento aos menores. Porém, este atendimento reestruturado, em relação ao antigo SAM, herdou os prédios, os equipamentos e o pessoal e, junto com eles, a cultura institucional repressiva do Serviço de Assistência ao Menor - SAM. O modelo correccional nunca foi, de fato, desarticulado e reestruturado e a prática do bem estar do menor continuou a ser realizada com abusos, repressão, corrupções e punições (COSTA, 1998).

Qualquer criança pega pela policia, ou entregue por uma pessoa da sociedade, como estando em circunstancia irregulares, deveria ser levada ao juiz de menores. As crianças pobres não tinham representação legal e, sendo assim, os juízes converteram-se nos únicos árbitros de seu destino e, efetivamente, os únicos formuladores de políticas sociais.

O confinamento em instituições do estilo reformatório tornou-se rotina. Muitas destas instituições eram enormes e ficavam isoladas – uma delas, em Belém, ficava na realidade, em uma ilha, conhecida como Ilha do Cotijuba.

Uma das principais falhas foi que a lei não conseguiu distinguir entre crianças trabalhadoras, pobres, abandonadas ou criminalizadas. Muitas crianças caíram sob o poder dos juízes simplesmente por serem pobres. Além disso, a maioria dos jovens que ia para essas instituições era colocada ali, não pelas autoridades, mas a pedido de pais desesperados que não conseguiam mais controlá-los ou sustentá-los.

4.2

As entidades de atendimento ao menor do Estado do Pará

No período que vai da década de 1940 até a década de 1980, foram criadas em Belém instituições para atendimento as crianças, entre elas: Lar de Maria (1947), Fundação Papa João XXIII (1964), Fundação do Bem-Estar Social do Pará – FBESP (1967), República do Pequeno Vendedor – RPV (1970), Centro de Valorização da Criança (1980), Pastoral do Menor – (1980), Movimento Nacional de meninos e Meninas de rua (1987).

4.2.1

Lar de Maria

O Lar de Maria é uma sociedade civil de caráter filantrópico, educacional e cultural, de assistência social, sem fins lucrativos, de assistência espírita, ligada a União Espírita Paraense e foi fundada em 1947.

O envolvimento do Lar de Maria com crianças de rua dá-se somente na segunda metade da década de 1980, quando um de seus diretores assumiu a presidência da Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP, e através de convênios, passou a atender crianças em creche, no ensino fundamental e a fazer trabalho com meninos de rua, através da educação de rua com projetos e programas de profissionalização, recuperação de usuários de drogas, serviço de assistência espiritual, almoço e inserção na sociedade.

O trabalho com os meninos de rua só foi possível dado o convênio com a FBESP e a contratação de estagiários de serviço social da Universidade Federal do Pará, que passaram a fazer contatos diretamente na rua com os meninos que se encontravam, primeiramente, próximo ao terminal rodoviário de Belém no bairro de São Braz – bairro onde está instalada a entidade - e depois, no centro da

cidade: perambulando, esmolando e fazendo furtos. Esse contato possibilitou que os meninos se aproximassem da entidade, desta feita, eles passaram a frequentar diariamente as atividades de caráter educativo desenvolvido na sede da entidade.

Podemos dizer que o atendimento a meninos de rua feito pelo Lar de Maria foi passageiro, já que parou em 1995 após o término do convênio com o governo do Estado.

O Lar de Maria sempre viveu de colaborações de seus beneméritos, doações de empresas e pessoas, ajuda voluntária nas atividades espíritas e dos convênios e financiamento de projetos mantidos pelo governo do Estado, empresas estatais e doadores anônimos.

O Lar de Maria começa suas atividades de atendimento à população carente como uma instituição asilar, abrigando crianças e idosos abandonados. Desde sua fundação sempre trabalhou com orientação espiritual com as crianças e idosos que viviam em seu internato e asilo.

O surgimento do Lar de Maria como uma obra assistencial se dá logo após a segunda guerra mundial, quando a Psicologia, o Serviço Social e a Sociologia avançaram criando uma teoria da assistência, que tinha como pré-suposto dá assistência a pessoas pobres, carentes e abandonadas, principalmente, as vitimadas pela guerra. A idéia desse modelo assistencial foi colocar as pessoas necessitadas em instituições fechadas para dá a elas assistência. As instituições, em sua maioria, estavam ligadas à igreja católica, única instituição com tradição no atendimento aos necessitados da sociedade

Esse paradigma de assistência que surge pós segunda guerra, se manteve ainda nas décadas de 50 e 60, vindo sofrer modificações a partir da década de 70, quando emerge um novo paradigma assistencial, impulsionado pelas mudanças político econômicas que aconteceram no mundo.

É com a emergência deste novo paradigma da assistência social que o Lar de Maria vai rever sua forma de fazer atendimento as pessoas necessitadas, optando por fechar seu asilo e interno, passando o atendimento a ser feito na forma de externato, ou seja, os assistidos passaram ficar o dia na instituição indo para suas casas no final da tarde. Essa nova forma de atendimento possibilitou, na compreensão de seus diretores, a integração da criança e do idoso às suas famílias e permitiu que o Lar de Maria atendesse um número maior de crianças e idosos, dando mais condições para que as famílias assumissem suas responsabilidades.

Após essas modificações provocadas por uma nova forma de fazer assistência, o Lar de Maria cria creche, pré-escola e programas voltados a outros segmentos sociais. Isso se dá na segunda metade da década de 80, quando, como já nos referimos antes, a instituição passa a atender meninos, primeiramente trabalhadores de rua: engraxates, vendedores ambulantes, reparadores de carros, sacoleiros e posteriormente, meninos que viviam nas ruas de Belém.

Esta entidade, segundo seus diretores, contribuiu significativamente, para e evolução no atendimento aos meninos de rua em Belém, já que sua ação na década de 1980, fez o poder público – Municipal e Estadual -, assumir suas responsabilidades com as questões sociais no Município de Belém, criando novos projetos e programas para atendimento a essa população, assim como, criar novas formas e metodologias de atendimento.

4.2.2

Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP

No Estado do Pará, A Fundação de Bem Estar Social do Pará –FBESP (congênere da FUNANBEM) foi uma das primeiras instituições públicas a atender a população carente do Estado, porém sua ação não estava diretamente, nem exclusivamente, voltada para as crianças de rua, já que, desde a sua criação, em 1967, se destinava a ser a formuladora e executora da política de Assistência Social no Estado à população carente em geral, embora seus objetivos explícitos sempre priorizem a questão da criança e do adolescente no conjunto de suas ações.

A FBESP surge como uma entidade de cooperação paraestatal, vinculada à Secretaria de Justiça, com personalidade Jurídica de direito privado, criada pela Lei n° 3.853, de 30 de março de 1967.

Em outubro de 1972, é quando a FBESP, juntamente com as Secretarias de Saúde, Educação, Segurança Pública, Delegacias Regionais do MEC e do Trabalho, começa a articular uma ação conjunta e Integrada, organizada a parti do consenso de vários órgãos governamentais - em favor do menor carente, até então chamado menor abandonado.

A ação visava atingir inicialmente o pré-escolar, menores de 03 a 06 anos, não atendidos pela Secretaria de Educação, estendendo a programação aos

familiares, na criação de possibilidades de uma participação organizada de indivíduos, grupos e entidades comunitárias (ZORAIA, 2001:52). Buscava prevenir a marginalização social do menor, através do atendimento direto nas áreas de saúde, educação, recreação, segurança social e orientação de seus familiares. Foram implantados dois núcleos em um dos Bairros mais periféricos de Belém – Jurunas -, através de sensibilização da Sociedade Beneficente e Esportiva Imperial e Paróquia da Conceição, que cederam parte de suas áreas físicas para a instalação desses núcleos de trabalho, que iniciou em março de 1973. (RELATÓRIO/FBESP, 1973,p. 46)

Ainda em 1973, a FBESP inaugurou o Centro de Recepção e Tiragem – CRT, com o objetivo de receber menores em situação irregular e com desvio de conduta, procedentes de Belém, Municípios do interior do Pará ou de outros Estados, encaminhados pela Clínica de Casos Específicos da FBESP ou pelo Juizado de Menores da Comarca de Belém. Essa Unidade visava proceder ao estudo de casos desses menores nos aspectos bio-psico-pedagógicos, social e jurídico, através de uma equipe interprofissional, com vistas a um diagnóstico das situações e posteriores indicações terapêuticas e sociais para cada caso.

A Clínica de Casos do Juizado foi instalada em 1973, com o propósito de estabelecer diretrizes básicas para um trabalho conjugado entre FBESP e Juizado de Menores.

Em 1975, foi instalado pela FBESP, o Centro de Reeducação Masculino – CRM, destinado a menores autores de infração penal e com desvio de conduta, com o objetivo de prestar assistência e tratamento bio-psico-social, em regime de internato, as crianças e adolescentes entre 12 a 18 anos encaminhados pelo Juizado de Menores, para fazer a reintegração social-familiar dos menores, através de seu trabalho de acompanhamento.

Em março de 1974, a FBESP passa a desenvolver outras atividades voltadas para o atendimento das crianças de rua, com a implantação do plantão permanente, que se destinava a abrigar temporariamente o menor de rua, estudar os casos para posteriores encaminhamentos e providencias, sob a tônica da importância da reintegração familiar.

Nesse mesmo ano, a assinatura de convênios entre a FBESP e FUNABEM possibilitou a instituição, a implantação em Belém e em Santarém - segunda maior cidade do Estado-, do Centro de Estudos do Menor e Integração da

Comunidade – CEMIC. Esse Centro teve como preocupação inicial a montagem e execução de programações que buscassem o desenvolvimento familiar e comunitário, de modo organizado e sistemático para permanência da criança na família. Para tanto, a FBESP foi buscar união de esforços entre os órgãos conveniados e a Universidade Federal do Pará. Foram implantados dois núcleos de plano de Prevenção e Integração do Menor na Comunidade – PLIMEC no Estado, sendo um na Capital e outro no interior.

Ainda em 1975, houve a inauguração da “Escola FBESP”, destinada a atender menores de 0 a 18 anos, abandonados e semi-abandonados, ou ainda oriundos do Centro de Recuperação e Triagem, que tinha como objetivo fundamental promover a assistência educacional integral, em regime de internato.

Em 1976, o trabalho com creches na FBESP tem seu início, quando o governo destinou uma área pertencente à Polícia Militar para construção de uma creche, na periférica de Belém. O atendimento às crianças de 0 / 06 anos passa a ser prestado através de convênio com a Fundação do Bem estar do Menor - FUNABEM.

É também nesse ano que a “Agência da Família”, órgão da FBESP, redimensiona suas atividades, implantando o Plano de Integração ao Menor na Comunidade / PLIMEC e desenvolvendo programas nas áreas de produção social, através de cursos, artesanato, alfabetização e educação integrada.

Em 1976, há a implantação dos primeiros núcleos preventivos, destinados a crianças de 07 a 18 anos, através de convênio com a FUNABEM.

Em 1979, em conjunto com a LBA, a FBESP implanta (doze) creches “casulos” atendendo as crianças de 03 a 06 anos, procedentes de famílias de baixa renda, e ainda 10 (dez) clubes de idosos, articulados na própria FBESP e em obras sociais das diversas comunidades de Belém.

Neste período, a FBESP passa a manter o Asilo de idosos Dom Macedo Costa que foi subordinado à instituição pelo Decreto Lei nº 59 de 1969. Foi um asilo que, no passado, era mantido pela Igreja católica e visava prestar gratuitamente assistência integral à velhice desamparada, em regime de internato, objetivo que foi mantido pela FBESP.

No período de 1979 a 1982, como não há incorporação de novas ações por parte da FBESP, a instituição vai buscar o fortalecimento das atividades existentes voltando sua preocupação para definição de sua clientela e seu campo

de ação. Define-se então, que a Política de Bem Estar do Estado é destinada a população de baixa renda, e deve a ela proporcionar assistência que atenda a sua necessidade de subsistência: alimentação, saúde (medicamentos), educação (alfabetização e educação integral) e lazer. A prática passa a ser efetivada através de ajuda material da assistência suplementar e desenvolvimento das comunidades. Para tanto, foram ampliadas e implantadas unidades operacionais, como: Lar da Providencia, reforma e adaptação do Centro de Reeducação para funcionamento integrado CTR / CRM, recuperação e ampliação da divisão de segurança ao menor,- implantação do Centro integrado de Assistência Social do Pará – CIASPA (em articulação com a Secretaria de Saúde e Prefeitura Municipal de Belém, para atendimento a doentes mentais crônicos), inauguração do Centro de Reeducação Feminina “Maria Bernadeth” (para atender menores do sexo feminino de conduta anti-social e autores de infração penal na faixa etária de 07 a 18 anos), - inaugurações das Creches “Marilda Nunes” e “Alacid Nunes”, e da Sede Administrativa da FBESP.

Todas essas ações visavam o melhoramento e a ampliação do atendimento da população carente de Belém, principalmente, das envolvidas com a rua, com ato infracional e problemas mentais, além das crianças pequenas.

No período de 1979 a 1982, com as ações acima referenciadas, percebe-se que houve um aumento significativo no atendimento à população carente, concentrada na periferia da capital, isso graças a celebração de convênios com a fundação do Bem Estar do Menor - FUNABEM e a Legião Brasileira der Assistência - LBA.

Vale ressaltar que a maiorias das obras sociais, por iniciativa da sociedade cível, no atendimento ao menor, funcionavam em regime de convênio com a FBESP. Embora ela não intervisse diretamente nessa prática de assistência, sua presença se dava através de repasse de verbas, quer própria ou de convênio e/ou supervisão técnica.

É só na década de 1980 que FBESP passou a ter como eixo da assistência pública, entre outros, o atendimento a meninos e meninas de rua, ao migrante, ao adulto de rua e aos meninos e meninas autores da infração penal.

A operacionalização destes novos eixos de atendimento deu-se através da ampliação da prestação de serviços e a desistitucionalização de menores, quando

foram criadas alternativas de atendimento no contexto da própria comunidade e não somente nas instituições públicas.

Outro serviço criado pela FBESP foi Centro de Convivência – CECON. O CECON foi um espaço físico destinado a trabalhar com meninos de rua, menor infrator e abandonado, funcionando em tempo integral, inclusive nos finais de semana, tendo como aspecto fundamental: trabalho, educação, alimentação, cultura e lazer.

Na realidade, a intenção da FBESP era colocar o CECON como vanguarda no atendimento aos meninos de rua, no momento em que trabalhava questões do seu cotidiano, como roubo, violência, droga, prostituição e sexo, o que não acabou acontecendo dada a prática repressiva de seu atendimento (RENDEIROS, 1982).

Na segunda metade da década de 80, a FBESP transforma o Centro de Reeducação Masculino – CRM, o Centro de Reeducação Feminino – CEF e a Escola FBESP, em Centro de Permanência Temporária, visando a desinstitucionalização do menor, através da liberdade assistida. No que se refere aos menores em situação de abandono e/ou semi-abandono, o caminho tomado foi colocá-los em casas lares - dando bolsa às famílias que se comprometessem a ficar com um menor sobre sua responsabilidade- e disponibilizá-los para adoção e/ou guarda.

Ao longo desse período, a FBESP regionalizou suas ações, criando pólos de atendimento em cada meso região do Estado, em articulação com órgãos públicos e privados locais, para que o Município e as entidades privadas atendessem seus próprios rebentos, com serviços de assistência cidadão.

Essa regionalização do atendimento se fortaleceu com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, já que o ECA estabeleceu a obrigatoriedade do Município criar sua política de atendimento às crianças e adolescentes. Com isso, a FBESP promoveu a desinternação de crianças e adolescentes que estavam sobre sua responsabilidade, passando-as para o Município conforme dita o ECA e ficando sobre sua responsabilidade apenas o que determina o Estatuto da criança e do Adolescente.

Com a promulgação do ECA, a instituição deixa de se chamar FBESP e passa a ser denominada de Fundação da Criança e do Adolescente do Pará –

FUNCAP. É neste momento que entra em cena outra instituição pública municipal para o atendimento aos meninos de rua em Belém: a FUNPAPA.

4. 2.3 Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA

A Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA - surgiu em 1964, constituída inicialmente como uma prática filantrópica de um grupo de senhoras voluntárias, cuja finalidade básica, se limitava “ajudar a resolver os problemas de desajuste social do Município de Belém”, trabalhando inicialmente com assistencialismo no Platão social. Essas voluntárias distribuíaam cestas básicas, remédios e auxílio funeral as pessoas carentes que procuravam assistência na instituição.

Como o Município não contava e ainda não conta, com uma Secretaria de Assistência Social, coube a FUNPAPA a prerrogativa de coordenar todos os programas assistências da Cidade de Belém. Segundo Chaves (2006), quando a FUNPAPA foi criada sua função foi administrar abrigos e registrar viajantes e imigrantes em transito pelo município de Belém. Com uma visão bastante policialesca, a FUNPAPA se dedicava a impedir a instalação dos imigrantes, providenciando sua volta a cidade de origem. Com a democratização do País em 1985 e a promulgação da constituição de 1988, a FUNPAPA ganhou novas funções, perdendo seu poder policialesco sobre o cidadão. Sua nova função passou a ser de coordenação e execução da política de assistência social do Município de Belém, ganhando assim *status* de secretária (CHAVES, 2006:p.23).Seguindo uma tradição assistencialista, ou seja, aquela que entende assistência não como política baseada na garantia do direito de cidadania, mas como ação caritativa e que envolve o estabelecimento de uma relação de troca entre o agente da ação e a pessoa que recebe o benefício, Chaves (2006), diz que a FUNPAPA sempre foi entregue às primeiras damas do Município para assumirem a tarefa, como sua presidente. Tal posicionamento apóia-se em inspiração político-ideológica que embasa as ações desenvolvidas ainda hoje pela instituição.

Por ser uma fundação, a FUNPAPA não possui a mesma natureza jurídica das secretarias do Município, apesar das competências, responsabilidades e poderes assumidos, já que não faz parte da administração direta. Por seu intermédio, são mantidos convênios e contratos com entidades privadas e

organizações da sociedade civil para execução da política de assistência social do Município de Belém, entre as quais, entidades que trabalham na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Isso fez com a FUNPAPA, no decorrer de sua ação, perdesse seu *status* de responsável pela política de assistência social do Município de Belém, já que ela repassa sua responsabilidade para entidades da sociedade civil, em sua maioria ligadas as igrejas, o que faz a política de assistência do Município ter caráter apenas caritativo, já que é desenvolvida por instituições com esta finalidade.

A FUNPAPA vem tentando trilhar o caminho da assistência social no município de Belém, desde sua fundação e, até agora, segundo Chaves (2006) não tem conseguido. Apesar de 45 anos de trabalho de atendimento à população carente do município, somente nos últimos vinte anos é que FUNPAPA passou a direcionar sua ação a idosos, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Neste percurso, sua natureza social de atendimento altera-se conforme os momentos conjunturais, local e nacional, apesar do seu estatuto dizer que ela é um órgão viabilizador de criação e implementação de política do Bem-Estar do Município de Belém.

O trabalho, especificamente com meninos de rua, teve início na FUNPAPA, a partir da descentralização trazida pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, quando o poder público estadual foi obrigado a regionalizar e a descentralizar as políticas de atendimentos a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Com a implantação da política de atendimento às crianças e adolescentes trazidas pelo Estatuto, o objetivo da FUNPAPA passou a ser o de atender crianças e adolescentes que encontram-se em situação de risco pessoal e social, ou seja, vítimas de maus tratos; exploração sexual; usuários de drogas, em conflitos com a Lei, abandonados e com vivência nas ruas (CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA 1/FUNPAPA 1997:13). Para alcançar seu o objetivo a FUNPAPA passou desenvolver ações que embasaram o desenvolvimento de seus projetos voltados para o atendimento a meninos de rua, tais como: assistência à criança e ao adolescente em situação de rua, projeto educação de rua, arte e cidadania, proteção especial a crianças e adolescente vitimizados,

Durante todo o seu tempo de existência, segundo Chaves (2006), a ação mais significativa realizada pela FUNPAPA, no que diz respeito aos meninos de

rua, foi a pesquisa realizada em 2001, na qual pode-se quantificar e ao mesmo tempo qualificar o meninos de rua existentes em Belém. Foi mapeada a cidade por áreas, bairros e local de maior concentração de crianças perambulando pelas ruas. Essa pesquisa quebrou alguns mitos sobre os meninos de rua, tais como:

1 – os meninos de rua têm famílias, não são abandonados como muitas vezes acreditou-se;

2 – boa parte deles não tem envolvimento com drogas, e

3 – a causa principal de sua ida a rua estar relacionada às condições sócio-econômicas de suas famílias.

Com a pesquisa foi possível mostrar os locais de maior concentração de meninos de rua em Belém: Entroncamento, Praça da República, Praça Batista Campos, Complexo de São Brás, Dr. Freitas, Complexo do Ver-o- Peso, Rua 1º de Março, Av. Pedro A. Cabral c / Júlio César, Tavares Bastos e Av. Nazaré, locais de grande movimentação de pessoas por serem áreas de lazer e /ou comercialização.

O projeto de trabalho com meninos de rua da FUNPAPA, segundo sua política de ação, visa, dentro de suas possibilidades e limites, promover o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social ao mesmo tempo procurar assegurar a promoção e defesa dos seus direitos, subsidiando, dessa forma, a construção de um novo projeto de vida que propicie o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, oportunizando, assim, sua saída da rua, de acordo com as diretrizes do Estatuo da Criança e do Adolescente. (ECA), já que os mesmos fazem do espaço de rua seu local de sobrevivência, e às vezes de moraria.

4.2.4 Pastoral do Menor

A Pastoral do Menor começou em São Paulo em 1977 e integra hoje, a Comissão Episcopal para a Caridade, a Justiça e a Paz - Setor de Pastoral Social da CNBB- da Igreja Católica. No Estado do Pará, a Patoral do Menor surge com a campanha da fraternidade de 1987, que teve como tema: “Quem acolhe o menor amim acolhe”. É a partir dessa campanha que começam as primeiras iniciativas da Pastoral do Menor no Estado do Pará. É importante salientar que padre Bruno

Secch, fundador da República do Pequeno, quando secretário geral da CNBB na região Norte, foi quem implantou a Pastoral do Menor, primeiramente no Estado do Pará, e posteriormente em toda a Região Norte, porém, é na Arquidiocese de São Paulo em 1977, que a Pastoral do Menor começa toda sua história, sobre a responsabilidade de seu criador, Dom Evaristo Hans o qual, com visibilidade social voltada para os problemas dos mais pobres e carentes passa a se preocupar com a situação das crianças e adolescentes em situação de rua, já que são vítimas, segundo Dom Evaristo (1987), de um sistema excludente que se expandiu no Brasil durante e após a ditadura militar.

Por ser um programa da igreja católica, colocado em prática pelas diversas paróquias do Brasil afora, a pastoral tem como missão: reafirmar a fé nos verdadeiros valores humanos e por conseguinte, o valor da solidariedade e da fraternidade, que outra coisa não é senão a concretização do reconhecimento do valor de toda pessoa humana.

Como se pode notar, o que norteia toda a ação da pastoral é um ideal salvacionista fundamentado em um projeto maior que é a salvação do povo de Deus. Neste sentido, o trabalho da Pastoral em Belém está voltado mais para campanhas do que de ações concretizadas diretamente relacionadas a vida das crianças e adolescentes de rua. A Pastoral não desenvolve trabalho diretamente de rua em Belém, sua prática está centrada para as várias comunidades católicas, não fazendo atendimento direto na rua com crianças, seu trabalho é de evangelização e de caráter preventivo, principalmente, no que diz respeito ao ensinamento da palavra de Deus. A coordenadora da Pastoral do Menor em Belém, irmã Soraia, disse-me, em conversa informal na sede da pastoral do Menor, que o trabalho desenvolvido é todo preventivo.

4.2.5

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR é uma entidade civil, autônoma, composta basicamente por educadores, ativistas e colaboradores voluntários que busca, através da participação das próprias crianças e adolescentes, a conquista e defesa de seus direitos de cidadania. Tendo um

caráter exclusivamente não governamental e autônomo, foi criado em 1985, após o seminário latino-americano de atendimentos comunitários a meninos e meninas de rua, que aconteceu em Brasília, naquele ano. Está estruturado nos 24 estados brasileiros, e sua organização ocorre através de Conselhos e Comissões Locais, divididos em: Conselho Nacional, Coordenação Nacional, Comissão Estadual, Conselho Fiscal, Comissão Local e Núcleos de Base – formados pelos próprios meninos atendidos.

A criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi uma resposta da sociedade civil organizada que há muito vinha se encontrando em vários eventos nacionais para discutir a problemáticas dos meninos e das meninas de rua, para os descasos das políticas estatal de atendimento a essas crianças. Ele é resultado da articulação através do Projeto de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, financiado pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social - SAS, da Fundação Nacional do Bem estar do Menor- FUNABEM e do Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF . Seu primeiro coordenador foi o Pe.Bruno Secch, mesmo fundador da República do Pequeno Vendedor e teve, como sua primeira sede nacional, Belém. Logo após a fundação do MNMMR, começaram a surgir as comissões locais do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, as quais passaram a executar atividade direta com crianças de rua nas várias capitais do País. Como Belém foi a primeira sede nacional do MNMMR, começou, então, através de convênio e articulação com várias entidades a desenvolver trabalho de atendimento direto com meninos e meninas de rua.

A proposta pedagógica do MNMMR é norteada pela educação popular, trabalhada pelos educadores sociais de rua ou ativistas dos direitos sociais, e se objetiva contribuir para a mobilização, organização e capacitação das forças vivas que compõem a sociedade civil e denunciar as omissões, transgressões e violações aos direitos de meninos e meninas de rua (Diretrizes de Ação/MNMMR, 1995).

A ação do MNMMR baseia-se no princípio de que crianças e adolescente são sujeitos de direitos legítimos, que devem participar de decisões sobre sua vida e ser tratados como cidadãos.

O MNMMR é uma organização que luta pelos direitos de crianças e adolescentes das camadas populares, com o propósito de transformá-los em agentes da defesa de seus próprios direitos como cidadãos.

O movimento busca criar na sociedade, através de suas várias campanhas e mobilizações, as condições para que crianças e adolescentes possam se expressar e exercer seus direitos. Parte do pressuposto que a cidadania deve ser dada para todos e não para uma minoria e que sua conquista passa, prioritariamente, pela luta por direito à saúde, educação, moradia, lazer, transporte, alimentação e trabalho com salários dignos para os adultos, terra para quem nela trabalha, e pelo combate à exploração do trabalho infantil, aos maus tratos, a prostituição infantil e aos grupos de extermínio.

Seu princípio fundamental de atuação é considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, cidadãos e sujeitos de direitos legítimos, que devem participar das decisões sobre suas vidas, de sua comunidade e da sociedade em geral. Sua principal linha de ação é formar e organizar meninos e meninas em situação de rua para o debate sobre sua condição social de excluídos.

O movimento luta pelo direito à vida e à dignidade das crianças e adolescentes e da maior parte da população que se encontra excluída de qualquer possibilidade de cidadania”.

É um movimento que trabalha com projetos que constitui a base de suas ações, entre eles:

Projeto I - Conquista e Defesa de Direitos

Segundo o estatuto do MNMMR, são três as áreas de atuação: panorama legal, políticas públicas e a defesa contra as violações.

- Procura propor leis em todos os níveis para aperfeiçoar a legislação; exercendo vigilância sobre o poder legislativo a fim de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;
- Atua em conselhos, fóruns e frentes elaborando políticas públicas e buscando o reordenamento e a adequação dos programas governamentais e não governamentais ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Combate as várias formas de violência contra crianças e adolescentes: desde a falta de vagas em creches ou de atendimento de saúde até maus tratos, prisões ilegais, trabalho escravo e precoce, prostituição infantil e prioritariamente o extermínio.

Projeto II - Organização e Formação de Meninos e Meninas

Esta é a principal linha de ação do movimento que tem duas finalidades: *a educação para a cidadania e o desenvolvimento de formas coletivas de solidariedade*. Tem uma proposta pedagógica embasada nos princípios da educação popular, que pressupõe o protagonismo das crianças e dos adolescentes. Defende a organização dos meninos e meninas através de núcleos de base, já que eles são capazes de debater sua condição social de excluídos, adquirir conhecimentos, consciência de seus direitos e de como exercê-los, sugerindo e elaborando soluções alternativas para suas vidas.

Projeto III - Formação e Organização de Militantes e Educadores

Um dos pressupostos fundamentais do movimento é a formação como uma atividade que combina teoria e prática, necessária à formulação de propostas pedagógicas adequadas às necessidades das crianças e adolescentes das camadas populares com as quais está comprometido. Por isso, o movimento mantém 4 centros de formação de educadores e de meninos rua funcionando nas regiões: Sul/ Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste, com a finalidade de qualificar e instrumentalizar os educadores e os meninos, prepará-los em atividades de planejamento, elaboração e execução de projetos, assim como, a capacitação de recursos para o movimento, além da preparação e formação dos conselheiros tutelares e de direitos das crianças e adolescentes, em todas as regiões do Brasil.

Projeto IV - Fortalecimento e Interiorização do Movimento

Para atingir seus objetivos, o movimento luta por seu próprio crescimento e fortalecimento, buscando ampliar o número de comissões locais e expandindo-se rumo ao interior, em especial nas cidades de médio porte e áreas rurais onde há maior tensão pela questão agrária. Busca articular-se com outras organizações de caráter popular que tenham princípios filosóficos idênticos aos seus. Quer se tornar referência nacional, no que diz respeito, a situação das crianças e dos adolescentes em situação de risco pessoal e social, fortalecendo-se a partir da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados.

Hoje, como dissemos no início, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), estar organizado nacionalmente e em Belém, atua

desde se sua fundação em 1985, colocando em prática os seus princípios norteadores.

4.2.6 Centro de Valorização da Criança – CVC

O Centro de Valorização da Criança – CVC é uma instituição não governamental, de caráter assistencial, para fins não lucrativos, fundada em 1989, especializada no atendimento de criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social assim como, à família e comunidade através dos programas e projetos nas áreas da educação, meio ambiente, esporte, cultura e lazer. Tem como missão, promover a reintegração social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, afim de que possam conseguir através do exercício da cidadania, uma melhor qualidade de vida, devolvendo-lhes os direitos que lhes são inerentes e contribuindo para que alcancem um futuro melhor, compreendendo também a inserção e a valorização da família e da comunidade em projetos sociais no âmbito das políticas públicas, educação, cultura, esporte, lazer, renda e trabalho.

O trabalho que o CVC desenvolve está voltado para crianças e adolescentes de ambos os sexos que vivem nos espaços das ruas de Belém, que fazem uso freqüente e excessivo de drogas lícitas e ilícitas e sem vínculos familiares.

As primeiras intervenções do CVC foram feitas nos próprios espaços das ruas, passando posteriormente, a uma sistematização na Casa de Triagem denominada Centro de Valorização do Menor, a partir das ações de profissionais voluntários das diversas áreas: psicologia, pedagogia, direito, serviço social, medicina, entre outras.

A partir da observância da necessidade de um acompanhamento diferenciado em algumas situações, em 1993, o CVC já como associação civil regulamentada, passou a acolher 20 crianças e adolescentes do sexo masculino, de 07 à 17 anos, assegurando aos mesmos abrigo conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1996, o CVC criou o espaço de acolhimento feminino e a partir de 1998, inicia o atendimento no programa sócio-educativo em meio aberto a 144 crianças e adolescentes, com atividades esportivas e de arte educação.

Em 2005, o CVC passou a atender adolescentes moradores de rua, dependentes químicos, dentro do modelo de comunidade terapêutica visando a reintegração sócio-familiar por meio de intervenções psicológicas, sociais e pedagógicas, incluindo suas famílias.

As ações do CVC estruturam-se em várias frentes de trabalho:

1 - Abrigo

O abrigo, desenvolvido por meio do projeto "Convivendo com as Diferenças", direcionado para atividades de integração e inclusão social atende crianças na faixa etária de 7 a 12 anos incompletos, do sexo feminino, buscando reinserir a criança ao convívio familiar quer seja na família biológica ou substituta, quer seja no convívio comunitário.

2 - Sócio-Educativo em Meio Aberto

Desenvolvido por meio do "Projeto Esportivo Sócio- Ambiental e Cultural - PROSAC", com atividades dirigidas às crianças e adolescentes na faixa - etária de 7 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, estende-se às famílias, tratando a relação de interatividade com o meio ambiente, esporte, cultura, lazer, oportunizando-os a inserção no mercado de trabalho.

3 - Comunidade Terapêutica

Este programa, realizado através do "Projeto Reviver", objetiva o atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos incompletos, através de uma vivência grupal voltada para própria história do residente drogadito (morador de rua), perpassando fundamentalmente pelo aspecto do tratamento e recuperação, subsidiando a construção de um novo projeto de vida.

Além das frentes de trabalho, o CVC realiza atividades, tais como: capoeira, oficina de dança, oficina de artesanato, oficina de música, assistência médica e colônias de férias com crianças de rua e demais crianças que o procuram.

O trabalho do CVC é realizado com ajuda de voluntários, colaboradores, padrinhos solidários e doações. Não tem nenhuma ajuda do poder público. O CVC é ligado a igreja de confissão evangélica Assembléia de Deus, que tem sua sede mundial em Belém

4.2.7 A República do Pequeno Vendedor

A República o Pequeno Vendedor, segundo seu estatuto, é uma associação, de fins não econômicos, fundada em 10 de setembro de 1970, sob a denominação de Movimento República do Pequeno Vendedor, com sede e foro na cidade de Belém, estado do Pará, Bairro do Benguí. É uma associação inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social pelo processo 220.582/73 e declarada de utilidade pública estadual e de utilidade pública federal, pela lei nº 4.543 /1974. Seu nome popular é Movimento de Emaús ou, simplesmente, Emaús, como é chamado por todos.

Tem como princípios norteadores de sua ação contribuir na construção de uma sociedade justa e solidária a partir da realidade concreta da classe popular; ser presença concreta em constante construção, na conquista de garantias dos direitos de crianças e adolescentes socialmente empobrecidos e excluídos; estabelecer processo pedagógico que reconheça nas crianças e adolescentes seus valores, potencialidades e capacidades concreta de participação, a partir de sua visão de mundo, seus interesses, problemas e dificuldades, tornando a relação educador/educando uma relação de partilha e valorização mútua; estar articulada com movimentos sociais para que os direitos de crianças e adolescentes sejam reconhecidos e assumidos no processo amplo de construção de uma nova sociedade; construir uma experiência de vida, marcada pelo constante exercício participativo e democrático, alimentada por uma espiritualidade libertadora.

É um movimento que tem por finalidade atuar diretamente, através de um processo de educação informal no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social na cidade de Belém. Sendo a República do Pequeno Vendedor nosso objeto de estudo, aprofundaremos mais a análise a respeito de sua atuação, respectivamente, nos quinto e sexto capítulos desta tese.

5

O Movimento República do Pequeno Vendedor: História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

Neste capítulo, usando a fala dos entrevistados, analisamos as condições de surgimento, a estrutura e organização do Movimento República do Pequeno Vendedor, evidenciando sua natureza como movimento social, suas diretrizes e suas linhas de ação no trabalho com meninos de rua. Para evidenciar porque a República se enquadra na categoria movimento social, achamos por bem apresentar o que são os movimentos sociais, assim como, abordar a história do surgimento da República.

5.1

A trajetória do Movimento República do Pequeno Vendedor

O Movimento República de Pequeno Vendedor surgiu na sociedade paraense na década de 1970 em Belém do Pará, mas precisamente no Ver-o-Peso, que é considerado o maior cartão postal de Belém, inicialmente ligado à Igreja Católica - congregação Salesiana – que, no início, dava apoio a um grupo de meninos que vendia sacolas no Mercado do Ver-o-Peso e suas famílias.

É um movimento que já atua a 40 anos, desenvolvendo atividades com crianças, adolescentes e famílias pobres marginalizadas da Cidade de Belém, atingindo indiretamente outros grupos sociais. Nos seus quarenta anos de existência, a República do Pequeno Vendedor, popularmente conhecida na cidade de Belém por Movimento de Emaús, se expandiu de tal forma que passou a promover quatro importantes frentes de trabalhos, denominadas “expressões”: a República do Pequeno Vendedor – célula mãe -, a Campanha de Emaús, a Cidade de Emaús e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA).

“Cada frente de trabalho possui projetos próprios, com ações específicas. No começo do movimento, em 1970, eram atendidos 100 jovens. Hoje esse número se expandiu bastante, passando a receber apoio de organismos internacionais e dos governos Federal e Estadual para poder dar conta da demanda de atendimento” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Ao longo desse tempo de atuação, o Movimento República do Pequeno Vendedor, como um movimento da sociedade civil, vem consolidando suas ações articuladas com o poder público, com organismos nacionais e internacionais, com a finalidade de dá possíveis resposta às necessidades vivenciada pelas crianças e adolescente de rua em Belém.

As pesquisas sobre a atuação da sociedade civil organizada (ALVARENGA, 1991; GOHN 1995 e COSTA, 1997) dizem que as décadas de 60 e 70 constituíram-se em um momento difícil da organização da sociedade brasileira, já que o regime militar, que vigorava naquele momento, abafou práticas da sociedade civil. Mesmo assim, diante desse contexto, grupos de pessoas organizam-se em movimentos sociais com objetivo de lutar contra a ditadura militar e pela defesa dos direitos humanos e a busca da cidadania das pessoas violentadas e desassistidas pelo regime. É neste momento que surgem na década de 70, as primeiras entidades de atendimento a população carente, criadas por organizações da sociedade civil que desenvolvem ações e serviços nas áreas de saúde, educação, trabalho e lazer. Apresentando um caráter muitas vezes considerado supletivo ou de critica as políticas de atendimento do Estado, essas entidades representaram e representam um marco na trajetória da luta em defesa da garantia dos direitos humanos, em particular de crianças e adolescentes.

Em Belém, nesta década, surgiu o trabalho do Movimento República do Pequeno Vendedor a partir de uma perspectiva de trabalho eclesial. Suas atividades tiveram início através de um grupo de jovens ligados a Escola Salesiana do Trabalho, que partindo de reflexões sobre a população carente de Belém, passaram a desenvolver atividades com crianças e adolescentes trabalhadores de rua, inspirando-se na doutrina salesiana criada por D. Bosco.

A ação do movimento buscou a partir da situação vivenciada pelos pequenos trabalhadores de rua, constituir-se em um espaço onde todos deveriam participar. Assim, o movimento, através de uma pratica social inovadora para época e procurando dar respostas a situação de carência das crianças e adolescentes trabalhadores de rua, organizou projetos e ações que se mostraram, naquele momento e ainda hoje, bastante representativo para vida dos meninos de rua.

Segundo Britto e Lamarão (2005), ao introduzir a problemática dos “meninos de Rua”, o MRPV deu “partida” para a transição ideológica dos

chamados “menores” enquadrados em “situação irregular”, destinatários passivos das medidas assistencialistas e repressoras do Estado, para a condição do “pequenos cidadãos”, o que foi o reconhecimento expresso da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

Buscando uma ação direta e regular com esse segmento da população, a primeira ação da República foi criar um restaurante que serviu de elemento de atração para aproximação dos meninos de rua. Passou-se a promover a partir desse atrativo, atividades e discussões sobre os problemas vivenciados pelos meninos no cotidiano da rua, desenvolvendo um espaço onde os próprios meninos podiam discutir problemas de seus interesses e do segmento social a qual faziam parte;

“Com a aproximação fortalecida e a identificação dos problemas, interesses e necessidades que faziam parte da vida desses pequenos trabalhadores, o MRPV passou a congregiar suas atividades em duas: o restaurante e a formação de grupos de base” (Maria dos Reis- educadora/coordenadora pedagógica-, na RPV desde 1984).

Tendo como base o restaurante, no qual o contato direto com as crianças e adolescentes possibilitava encontros e reuniões em que se discutiam os problemas do grupo, a República do Pequeno Vendedor, sempre buscou dar sentido de que ela havia sido criada para que os meninos de rua, que dela participavam, para que se sentissem co-participante de todas as suas ações, o que contribuiu para o sentimento de co-responsabilidade de todos os meninos envolvidos.

Através dessas ações, o trabalho desenvolvido pelo MRPV converteu-se de uma crítica em ato, uma vez que a filosofia implícita na ação sempre foi construir junto com os meninos e não somente para os meninos, estabelecendo uma relação de envolvimento do educador no espaço onde os meninos estavam, qual seja, a rua com todos os seus aspectos contraditórios.

A República tornou-se um espaço difusor dos problemas enfrentados pelos meninos na sociedade paraense, assim como, um espaço de organização dos mesmos, passando a estruturar “núcleos de trabalho”, cuja metodologia priorizava a participação de todos, de modo a conduzi-los a um processo de visão crítica de seu trabalho cotidiano e de sua vida na rua. Tal atividade possibilitou novas formas de atração que propiciaram a colocação dos meninos no mercado de trabalho, assim como, a criação do Projeto Operário Autônomo- POA, hoje

chamado Centro de Promoção para o Trabalho, que “objetivava naquela época e ainda hoje, a formação profissional dos meninos de rua que apresentassem potenciais para assumir seu próprio negócio, através do trabalho especializado em oficinas de eletroeletrônica, refrigeração, eletrodoméstico, entre outras. A filosofia dos “núcleos de trabalho” consistia na estruturação de um trabalho cooperativo, na construção de consciência de sua situação de rua e formação profissional do grupo.

O trabalho expandiu-se bastante na década de 1980 e o MRPV ganhou através da convivência e do trabalho com esse segmento da população, uma rica experiência no trato dos problemas sociais que envolviam meninos de rua, o que o tornou conhecido no Brasil todo. Primeiramente, através do Programa Fantástico (03/04/1982), Globo Reporter (07/09/1984) e Criança Esperança (1986) todos da Rede Globo de Televisão, e depois através da troca de experiências com as várias instituições, entidades, ONGs, movimentos sociais e casas de recuperação de menores do Brasil todo que mandavam seus educadores e técnicos para virem conhecer e fazer estágio na República do Pequeno Vendedor, além dos inúmeros semitágios que aconteceram em Belém, financiados pelo UNICEF, pela FUNABEM e pela Secretária de Assistência Social da Presidência da República.

Por isso, a década de 1980 é marcada por mudanças significativas em vários âmbitos dos movimentos sociais que trabalhavam em defesa da criança marginalizada e dos demais movimentos sociais e de trabalhadores, acirrando-se assim, as reivindicações pela “abertura política” já que a realidade brasileira apontava para uma dura constatação: milhares de crianças e adolescentes vivenciavam uma situação em que a rua tornava-se seu espaço de sobrevivência e até mesmo de moradia. Tal situação mostrou uma flagrante negação dos direitos das crianças pobres em nosso país. Portanto, era preciso fazer alguma coisa no sentido de rever as práticas de atendimento até então desenvolvidas pelo Estado brasileiro, começando-se assim a discussão a respeito da mudança na legislação vigente sobre o menor e um processo de difusão em defesa, do mais tarde se constituiria, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Concomitantemente a esse processo de discussão, foi criado, sobre a coordenação da República do pequeno Vendedor, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, movimento esse que consolidou a discussão em defesa de uma nova lei para as crianças e adolescente do Brasil.

“então na década de 70 nós já tínhamos um projeto político pedagógico mais estruturado, mais refletido, a luz de Paulo Freire, a luz dos novos movimentos que inseriam-nos no processo de mudança social de todos os segmentos da sociedade inclusive as crianças, nesse sentido a República foi a pioneira. Na década de 80 a República vai expandindo, surgiu novas políticas de trabalho, novas expressões e também ela começa ser conhecida nacionalmente o projeto de alternativa comunitária inclusive vai usar muito da experiência da República. Eram 5 entidades, foram 5 entidades chamadas para desenvolver esse projeto e a idéia dos organizadores desse evento era uma e nós acabamos virando a mesa, nós queríamos que esse projeto tivesse como foco a possibilidade de estabelecer um intercambio entre todos aqueles que trabalhavam pelo Brasil a fora com crianças e adolescente, daí criamos o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV);

“foi uns dos primeiros movimentos que se preocupou com as crianças de rua, por isso ficou conhecido nacionalmente e essa caminhada do movimento levou a criar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que levou a discussão do ECA, então o estatuto da criança e adolescente em grande parte teve a experiência da República do Pequeno Vendedor” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Percebendo os vários aspectos que envolviam as práticas de atendimento aos meninos de rua e a necessidade de modificação no aparato legal institucional baseado na categoria estigmatizante do Código de Menores, o MRPV a partir de 1983 passou a preocupar-se com a garantia dos direitos e a promoção e defesa do direito de criança e adolescente, compreendidos no sentido da lei. Em sendo assim, o Movimento República do Pequeno Vendedor assumiu o protagonismo da defesa dos direitos dos meninos de rua articulando uma rede nacional através do Fórum Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescente – FÓRUM DCA.

5.2

A República como Movimento Social

Movimento social é uma expressão usada para denominar tecnicamente a organização e movimentos feitos por pessoas e pela sociedade (SANTOS, 2004: 17). A categoria é ampla e pode congrega, dependendo dos critérios de análise empregados, organizações voltadas para a promoção de interesses morais, éticos, políticos, ideológicos, entre outros. A realidade dos movimentos sociais é

bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo dos diversos movimentos sociais: associação de demoradores, movimentos em defesa da vida, em defesa dos direitos humanos e no caso da República do Pequeno Vendedor, em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Apesar dos movimentos sociais serem frutos de determinados contextos históricos e sociais, duas definições conceituais clássicas são as mais comumente aceitas. A primeira delas (1974) é a de controle de ação histórica de Alain Touraine, ou seja, para ele, os movimentos sociais são as ações conflitantes dos agentes das classes sociais ou da luta de classes. A segunda, de Manuel Castells(1977), diz que movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contraditórios de acordo com a ordem social urbana/rural, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não.

A República do Pequeno Vendedor, por sua vez, enquadra-se na *definição* de Castells, já que sua ação está voltada, segundo seu estatuto, Art. 3º, item I, para *“atuar diretamente, através de um processo de educação informal, junto a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, particularmente às que vivem na rua e as que sofrem qualquer tipo de violência decorrente da ação ou omissão da sociedade, do Estado ou da família” para transformação de sua vida e da sociedade”(p.1)*.

Gohn (1995, p. 44) vai além das duas definições acima apresentadas,

dizendo que movimentos sociais;

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Neste sentido, os movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas se diferenciam das

relações sociais capitalistas. Ou seja, se voltam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de uma sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

Segundo Scherer-Warren (1996), os “novos” movimentos sociais almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (entendido como o governo) e sociedade civil (campo da organização social) bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Na óptica de Touraine (1977; 1989), movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Na compreensão de Gohn (1997) e Touraine (1989), movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva; eles falam de si próprio como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios. Suas lutas não são elementos de recusa marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem.

Para Gohn (1995, p. 42), movimentos sociais constituem-se em “*ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade*”.

Tarrow (1994) diz que os movimentos sociais surgem como expansão da atividade política a partir do século XIX, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais;

Observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SANTOS, 2004:27).

Os Movimentos Sociais, em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação que, no caso da República do Pequeno Vendedor, são as crianças e os adolescentes em situação de risco, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou programa, num contínuo processo em construção e resulta de múltiplas articulações, tais como: a formação de redes, a luta por igualdade social, por direitos humanos e por melhoria na qualidade de vida. São essas referências que buscam apreender com os sujeitos/ atores coletivos que fazem parte dos movimentos sociais, possibilitando suas múltiplas formas de atuação em termos de participação para a elaboração de políticas públicas, principalmente para atender os segmentos que defendem.

Neste sentido, todo movimento social tem duas vertentes: a vertente utópica onde o ator se identifica com os direitos do sujeito e a vertente ideológica onde ele se concentra na luta contra um adversário social. A República do Pequeno Vendedor, desde seu surgimento, sempre assumiu as duas vertentes, a utópica e a ideológica. A utópica, porque acredita que é possível políticas públicas que eliminem com a condição de pobreza da população e, conseqüentemente, com a situação das crianças de rua. A ideológica, por que seus educadores defendem uma postura mais crítica em relação ao papel que o Estado brasileiro desempenha ou não desempenha em relação á saída das crianças das ruas, observamos isso na fala dos nossos entrevistados;

“O outro principio fundamental além de ele se perceber como sujeito de direitos, é ele se organizar, participar da organização, ter grupos organizados para ver formas alternativas de intervenção na sua própria comunidade para mudança da própria vida, da sua própria qualidade de vida ”(. Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“Acho que até hoje a Republica continua sendo uma experiência crítica com relação ao que deveria ser feito de fato com essas crianças” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV);

“É basicamente uma ação de intervenção para a mudança social, então o principio é da dignidade humana, da valorização da pessoa humana em uma relação a igualdade, São os princípios que dizem que nós todos somos iguais e que precisamos ter as mesmas oportunidades” (Maria dos Reis-educadora/coordenadora pedagógica, entrou na RPV em 1984);

Podemos dizer que a República é um movimento social urbano, já que luta por uma questão que tem sido um dos grandes problemas urbanos nos últimos vinte anos, a crianças de rua.

“O movimento faz o trabalho que o governo deveria fazer, por que essas crianças muitas vezes estão à deriva por falta de condições materiais e não tem quem as acolha, então elas ficam o dia inteiro na rua e quem vai, pelo menos, saber o que está acontecendo. Eu acho fundamental um projeto educativo de maior relevância e que ele realmente conceda as políticas públicas para todas as crianças que estão em situação de risco como as crianças atendidas pelo movimento”
(Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Essa característica da República é reforçada por Castells (1974) quando diz que movimentos sociais urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana. Sendo que a problemática urbana abrange as questões de moradia, saúde, cultura e menos de rua, entre outras. A transformação estrutural dos sistemas não é, para ele, uma condição para que um movimento social se caracterize como tal, mais sim, sua prática de transformação das condições sociais em que vivem os diversos sujeitos sociais marginalizados, criando ações para que essas transformações de fato se efetivem como sempre fez a República, já que;

“foi uns dos primeiros movimentos que se preocupou com as crianças de rua, por isso ficou conhecido nacionalmente e essa caminhada do movimento levou a criar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que levou a discussão do ECA, então o estatuto da criança e adolescente em grande parte teve a experiência da República do Pequeno Vendedor” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

Por isso, podemos entender a República como um movimento social que cria redes de articulação e práticas que resultam em suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado."

Já para Alain Touraine, os "movimentos sociais são as ações conflitantes de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica". Sendo ação histórica um conceito que representa o conjunto de influências da história sobre a prática social, sobre a produção da sociedade por si mesma. Para um movimento se caracterizar como social é necessário que ele esteja identificado com os problemas sociais e lute para dar solução aos mesmos.

A sociedade hoje está organizada em redes: redes inter-organizacionais e redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de gestão com o crescimento da participação cidadã. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade.

No Brasil, a partir do processo de abertura política, as ONGs e os movimentos sociais se viram num impasse, já que muitas delas serviam de apoio, ou mesmo sustentação formal, para a continuidade da ação política durante a ditadura militar. Começa então a abertura de caminhos para a afirmação de sua identidade, concebida como um fenômeno institucional específico, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais. Ressaltam sua condição à serviço dos movimentos populares, portanto, com um papel historicamente dado desde o início de sua atuação, mudando ou não conforme a dinâmica social e a dos próprios movimentos.

A contribuição da República do Pequeno Vendedor para a democratização do atendimento aos meninos de rua certamente não será aquela que cabe a atores como sindicatos ou partidos políticos ou como fazem as ONGs. A República apresenta outro perfil organizativo com uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional. Como movimento social, ela aborda as questões de liberdade, de projeto de vida, de luta pelo respeito aos direitos fundamentais que não podem ser reduzidos a ganhos materiais e políticos, por isso ela se insere neste contexto à medida que suas reivindicações e lutas são pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social:

“começamos a ter relações estreitas com outros movimentos da sociedade civil de uma forma não muito tênue por que também os outros movimentos não olhavam com muito interesse o trabalho com as crianças e isso veio ocorrer mais tarde no final da década de 70

quando começamos estabelecer relações mais próximas com o movimento negro, com outros movimentos e procuramos contribuir com todo o movimento que se iniciava, colocando para os mesmos, que a criança é trabalhador, que criança que trabalha na rua é fruto de toda uma realidade social de exclusão e aí começaram a se estabelecer relações mais próximas” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Hoje é conhecido que, ao longo dos séculos, os sistemas sociais e econômicos caracterizaram-se por forte concentração de renda e desigualdades sociais na maior parte das regiões do planeta, mesmo em países considerados potências econômicas. As promessas do capitalismo, de crescimento, pleno emprego, estabilidade financeira e salários reais em ascensão, obrigaram a uma busca por alternativas de inclusão sócio-econômica. A alternativa que mais impacto vem causando em várias partes do mundo é o investimento em iniciativas que, dentro do sistema capitalista, estimulem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.

Este tem sido um dos papéis implícito na prática pedagógica da República do Pequeno Vendedor junto às crianças e os adolescentes que vivem em situação de risco, criar condições de sociabilidade para melhoria da vida das mesmas.

5.3 História, estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

Como já dissemos anteriormente, a República do Pequeno Vendedor, ao ser criada, na década de 1970, estava ligada à Congregação Salesiana, por sua vez, ligada à igreja católica e tendo como fundamento de seu trabalho os princípios educativos de Dom Bosco¹ padre fundador da congregação Salesiana (1859) em Turim na Itália. Por isso, o referencial conceitual do grupo que a criou foi os ensinamentos de Dom Bosco².

Os princípios e ensinamentos educativos de dom Bosco baseiam-se na escuta, na valorização do outro, na partilha e na possibilidade do desenvolvimento

¹- Padre fundador da congregação Salesiana do Trabalho, nasceu em 1815 na Itália, Ordenado Sacerdote a 5 de junho de 1841 bairro de Turim, onde fundou o Oratório de São Francisco de Sales. Ao Oratório juntou uma escola profissional, depois um ginásio, um internato etc. Em 1855 deu o nome de Salesianos aos seus colaboradores. Em 1859 fundou com seus jovens salesianos a Sociedade ou Congregação Salesiana.

²- Dom Bosco – o fundador dos Salesianos – dedicara sua vida às crianças pobres de Turim (Itália), no Século XVIII. Fundara uma escola em forma de comunidade, enfatizando o desenvolvimento de cada individuo dentro da comunidade.

da criança impossibilitada de estar no seio da família, para que possa promover a construção de sua identidade e sua ascensão social e o conduza a elevação de sua auto-estima, formação cristã e construção de uma cultura baseada na aceitação dos menos favorecidos.

Dom Bosco foi sacerdote em Turim, ainda muito novo, aos vinte e seis anos. E a partir da sua ordenação passou a trabalhar com jovens pobres que estavam em busca de trabalho e com crianças órfãs abandonadas que estavam institucionalizadas expostas a muitos perigos³. Começou a reuni-las aos domingos na igreja e em praças públicas para fazê-las brincar e instruí-las no catecismo e na fé cristã, até que, cinco anos depois, após ter passado por grandes dificuldades, conseguiu estabelecer-se em um bairro periférico de Turim e fundar o oratório de Dom Bosco.

No oratório era oferecido a crianças e jovens alimento, moradia, estudo e o aprendizado de uma profissão. Durante toda sua vida, por causa da obra desenvolvida, Dom Bosco foi muito amado pelos seus “molequinhos” (como os chamava). A quem lhe perguntava o segredo de tanta ascendência, respondia: “Com a bondade e o amor, eu procuro ganhar estes meus amigos para o Senhor” (COSTA, 2000: 23).

Pelas crianças e jovens Dom Bosco sacrificou seu tempo, o pouco dinheiro que havia economizado, o engenho que havia recebido de um benemérito e até sua saúde, já que viveu e morreu em função dos “pobrezinhos”. Foi com a finalidade de atendê-los melhor que fundou a Congregação Salesiana.

Além de atender meninos, Dom Bosco se dedicou também às meninas, fundando, com Santa Maria Domingas Mazzarello, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. Segundo Costa (2000), os Salesianos e as Filhas de Maria Auxiliadora multiplicaram-se pelo mundo todo a serviço dos jovens, dos pobres e dos que sofrem, com escolas de todos os tipos e graus, institutos técnicos e profissionais, hospitais, dispensários, oratórios e paróquias.

A presença dos educadores da República na vida das crianças de rua, tem haver com a forma como Dom Bosco acompanhava os jovens que atendia, vejamos o diz um dos nossos entrevistados;

³ - Entre os jovens assistidos por Dom Bosco, citamos o caso do jovem Sávio, abandonado pela família nas ruas de Turim, que mais tarde torna-se o conhecido São Domingos Sávio.

“na rua colocávamos tudo quanto era tipo de jogo e brinquedos, sempre inspirado na figura de Dom Bosco, por que ficava no meio das crianças, no meio dos meninos e dos jogos. Por que Dom Bosco foi o fundador da Escola Salesiana, então esse trabalho era inspirado em Dom Bosco, por isso se começou a fazer aquilo que se considerava periferia da Sacramenta e Pedreira” (Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora).

Diariamente, Dom Bosco, saía pelas ruas de Turim conversando e ensinando aos jovens que encontrava. É por isso que a qualidade das relações construídas entre os educadores da República do Pequeno Vendedor e as crianças de rua, são vistas como o alicerce do processo educativo. Há também um elemento de co-responsabilidade, segundo o qual as crianças mais velhas apóiam ativamente o processo, ajudando no atendimento das crianças menores e participando das decisões do movimento.

5.4 Descobrimo as crianças na rua

O trabalho da República começou nas ruas. Ao investigar o centro da cidade de Belém, o grupo que criou a República do Pequeno Vendedor encontrou mendigos dormindo e vivendo nas ruas e começou a fazer rondas mais regulares à noite. Desta maneira, descobriu também crianças nas ruas. Não eram crianças de rua, no sentido de terem abandonado suas famílias ou terem sido abandonados por elas, já que a população tendia a considerar as crianças de ruas como pivetes e ladrões, mas eram crianças trabalhadoras, que ajudavam a manter suas famílias, foi por isso que;

“(…) surgiu, assim, a necessidade de sair do bairro, de ter um olhar maior, foi quando se começou a sair para o centro da cidade, para verificar outra forma de atuação no centro da cidade, já na cidade. Aí, tivemos contato com mendigos, com pessoas que viviam na rua, moradores de rua adultos e tudo mais. Mas houve uma especial chamada para os meninos trabalhadores, que até então agente não sabia por que no bairro efetivamente não existiam”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Após varias visitas, o grupo identificou um ponto de concentração de crianças trabalhadoras, em torno da área do mercado de produtos agrícolas, hortaliças e peixes frescos, no ver-o-peso, perto do movimentado ancoradouro de

barcos pesqueiros e do centro comercial da cidade. O grupo decidiu focalizar sua atenção nessas crianças, por que elas tinham a vida toda pela frente e, no entendimento do grupo, se poderia fazer mais por elas;

“foi a partir desse conhecimento de verificar que existiam meninos que estavam o dia inteiro na rua trabalhando, vendendo chopp, vendendo picolé, vendendo jornal e que esses meninos sofriam uma grande violência, que começou o trabalho da República”(José Carlos da Silva Cruz (educador/funcionário desde de 1971).

Os jovens educadores do grupo aprenderam um pouco sobre as crianças que viviam na rua, através das próprias crianças que conheceram nas ruas e com as crianças que freqüentavam a Escola Salesiana do Trabalho que, no período, já mantinha um convênio com o Estado para atendimento de crianças pobres do bairro da Sacramento. Para o grupo, estava claro que a rua não era lugar para criança, mas não havia alternativas prontas, para evitar que elas não estivessem ali. Além do mais, como trabalhadores essas crianças estavam contribuindo para a sobrevivência de suas famílias. Tirá-las da rua não era uma opção imediata. Distribuir alguma coisa para assisti-las não seria sustentável e também poderia enfraquecer a sua independência, criando falsas expectativas de que alguém sempre estaria pronto para resolver seus problemas. Isto tampouco ajudaria a enfrentar as causas latentes que as levaram para as ruas. Diante da situação, o grupo resolveu abandonar qualquer iniciativa de caridade e, em lugar disto, partir para a criação de uma verdadeira amizade com as crianças, com o intento de descobrir novas maneiras de ajudá-las, assim;

“os educadores iam para rua, lá aonde o menino vendia, lá onde o menino estava. Lá começava a fazer o contato inicial com os meninos e convidava o menino para ir para o espaço do restaurante, para almoçar, para brincar um pouco, antes de voltar para o segundo turno de trabalho. ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Havia outra idéia fundamental, de que, ao fazer uma aliança com os meninos, para os quais a sociedade dera as costas, os membros do grupo de jovens estariam estabelecendo uma relação social com os que eram rejeitados pela sociedade.

Nessa época, as crianças que trabalhavam no ver-o-peso tinham dificuldades em conseguir comida. O grupo enviou dois de seus membros para conhecer uma cozinha onde se distribuía sopa para crianças trabalhadoras em Recife, no Nordeste do Brasil;

“isso foi em 69, quando nos deparamos com meninos que trabalhavam na feira do ver-o-peso e houve um momento em que nós tivemos que fazer uma escolha aonde nós vamos centrar o nosso trabalho, tivemos notícias de uma experiência que tinha em Recife com meninos trabalhadores, foi ai que um grupo nosso, uma equipe nossa, foi até lá conhecer a experiência em Recife e veio empolgada dizendo que deveríamos desenvolver um trabalho com meninos trabalhadores de rua” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

Conhecendo esta experiência, o grupo tomou a decisão de abrir um espaço para acolher pequenos vendedores, numa área perto do mercado de ferro do Ver-o-peso. Naquele tempo, a idéia atraiu consideravelmente a atenção da mídia que passou a divulgar o trabalho, ai;

“se pensou em abrir o restaurante bem perto de onde eles estavam trabalhando, usamos as dependências dos acebispado onde tinha sido o antigo seminário dos padres, na ladeira do castelo, já que o espaço estava desocupado, tudo em ruínas. O padre Bruno foi conversar com o Dom Alberto, que era o arcebispo, para pedir a área, que foi cedida para poder fazer o ponto de encontro com os meninos”(Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora);

“e assim que criou o Restaurante do Pequeno Vendedor. Não surgiu como República mais sim, como restaurante do pequeno vendedor. Por que a idéia era exatamente essa, perceber qual era a necessidade imediata daqueles meninos. E vimos que era o almoço, por que eles ficavam comendo “besteira” nas ruas, então passamos a convidá-los para que eles fossem almoçar com a gente, dissemos que tinha um lugar onde eles poderiam almoçar e brincar depois que terminassem de vender o saco, sacola”(José Carlos da Silva Cruz - educador/funcionário desde de 1971).

Um depósito de sal abandonado - bem perto da área do mercado – foi cedido por intermédio do Bispo de Belém à época. O grupo o limpou, fazendo alguns concertos e convertendo-o num restaurante. Uma fundação existente na cidade, ligada aos salesianos, doou o equipamento necessário e, em seguida, contratou uma cozinheira. O restaurante foi oficialmente aberto em 12 de outubro de 1971;

“E o padre Bruno começou a articular com a arquidiocese e conseguiu uma área, uma casa que estava abandonada pela arquidiocese, foram os jovens quem reformaram essa casa, os jovens pintaram, lavaram, limpavam, ajustaram o telhado, com apoio, as vezes, de algum adulto que se prontificaram ajudar, mas basicamente eram os jovens que faziam tudo, para gente ter um espaço para levar os meninos no horário do almoço. Os jovens voluntários faziam tudo: limpeza e serviço em geral ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“havia discussão mais ampla de cidadania que ficava mais a cargo do padre Bruno. Isso acontecia no Forte do Castelo na casa que foi cedida pela arquidiocese, foi lá que surgiu o restaurante do Pequeno Vendedor. Foi o restaurante que deu origem a República do Pequeno Vendedor” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV);

“no primeiro dia da inauguração foram 20 meninos que chegaram e qual era o jeito de estabelecer a confiança, era almoçar junto com eles a mesma comida, aí eles perceberam que não tinha veneno, aquilo não era armadilha para prender, levar para FIBESP”(Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora).

Padre Bruno lançou uma campanha na igreja e na comunidade de Belém para obter alimentos. Com esta iniciativa, baseada no trabalho de rua e provavelmente a primeira deste tipo no Brasil, os jovens do grupo iam diariamente para as ruas, contatar as crianças de rua e convidá-las para almoçarem no restaurante.

O grupo, assim como Padre Bruno, decidiu que deveriam sentar-se sempre junto aos meninos, comendo com eles enquanto houvesse comida suficiente e ficando sem almoço quando a comida fosse pouca. Um dos princípios assumidos por todos que faziam parte do grupo era prioritariamente alimentar as crianças, já que as mesmas trabalhavam o dia todo e não tinham onde se alimentar;

“um outra discussão foi se a comida deveria ser cobrada já tinha financiamento. então se decidiu que não poderia ser dada até por que na realidade você ganha nada dado, seria um preço simbólico de 20 centavos mas para eles valorizarem e também aprenderem essa relação de conseguir as coisas através de seu suor e dá valorização em seu trabalho, então eles chegavam, almoçavam e brincavam, o restaurante funcionava de 11:30h as 14h por que os voluntários todos eram pessoas que estudavam ou que trabalhavam no comércio, então o que acontecia era que só tinha gente disponível para trabalhar nesse horário”(Georgina Negrão Kalif/ ex-coordenadora/ fundadora).

Um princípio fundamental, defendido pelo movimento, era a construção de uma nova pedagogia, baseada em princípios de Paulo Freire, por isso, o grupo de jovens educadores, mergulhou na nova experiência com muita determinação;

“Começávamos também a discutir um pouco mais a educação, fazendo a ligação com Marx e Paulo. Então, foi assim que foi surgindo e esse grupo foi criando alternativas de intervenção na comunidade, uma delas foi formar uma escola de jovem e adultos à noite para atender adultos baseada do Paulo Freire” ”(Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora);

“o padre Bruno tinha conseguido um terreno na área do Benguí, e para lá agente ia fazer essa experiência tipo um “quibtz israelense”, onde se morava, então era um projeto integrado de educação popular, então precisava de alguém para iniciar a escola, então essa minha aluna me convida para eu participar de uma reunião na república do pequeno vendedor, e eu fui, e nessa reunião eu coloquei a metodologia de trabalho que existia, que era a pedagogia que eu estava trabalhando, que era tanto a pedagogia “montessoriana” quanto a pedagogia de Paulo Freire” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho (Sócio colaboradora desde 1980).

A primeira barreira a ser vencida era a desconfiança dos meninos, mais acostumados à indiferença, à suspeita ou à agressão dos adultos, do que qualquer consideração. A primeira experiência dos educadores voluntários com meninos empobrecidos foi no oratório que acontecia aos domingos na escola Salesiana do trabalho;

“eu fiz parte do grupo de jovens que antecedeu a criação da república, começou com o oratório festivo na escola salesiana do trabalho quando o padre Bruno começou a reunir através de encontro de jovens todos os jovens que frequentavam a missa, aos domingos, teve convite para fazer esse encontro e foi uma série de encontros”(Georgina Negrão Kalif (ex- coordenadora/ fundadora);

“então começou com esses encontros, no domingo o oratório se estendia o dia todo, de manhã e de tarde e esses jovens ficavam fazendo o trabalho de catequese com as crianças do bairro, então primeiro se formava os jovens e depois no oratório ‘agente fazia a catequese das crianças, todo mundo fazia as turmas de catequese, primeira comunhão, formação” (Georgina Negrão Kalif ex- coordenadora/ fundadora).

Se, por um lado, os jovens educadores ganharam alguma experiência trabalhando com as crianças no oratório – o evento de domingo dos Salesianos – por outro lado, não tinham recebido nenhuma formação para trabalhar com crianças de rua, e nem havia livros explicando o que fazer e como fazer em seu trabalho com os meninos;

“Éramos todos jovens, que tínhamos mais escolaridade, muitos estavam fazendo último ano do segundo grau, estavam se preparando para entrar na universidade, entre nós, organizamos e mobilizamos pessoas para serem professores de português, de matemática, de alfabetização, de história, de geografia, para trazer as pessoas para aprenderem, para estudarem que a escola era muito distante. Ai entramos na universidade para fazer cursos da área social” (Graça Trapasso - (fundadora / atual coordenadora).

Mas, o ensino dessas disciplinas não incluía em sua estrutura o conceito de direitos humanos e nem como trabalhar com meninos de rua. Até então, as experiências de trabalho com essa clientela estavam tão atadas às práticas governamentais e o processo social de confinamento e institucionalização era tão pouco crítico do contexto social e desconectado da mudança social, que pouco adiantava, já que estava baseado na política de segurança nacional e ligada a Política Nacional de Bem - Estar do Menor (PNBM).

Os educadores da República do Pequeno Vendedor, então, foram inovadores, criaram uma prática social em um terreno que, até o momento, não havia sido experienciado, a saber, a prática social de rua. O progresso nessa nova prática não foi linear, inclui numerosos desvios, círculos viciosos, repetições, perdas e reencontro do caminho. Havia desequilíbrios a serem corrigidos. Num certo ponto, eles pensaram idealisticamente que tudo que os meninos quisessem estaria certo. Através de tentativas e erros, práticas e avaliações, eles aprenderam a negociar uma relação mais envolvida e respeitosa com os meninos, assim;

“criou-se toda uma metodologia que eu acho que é reconhecida hoje: trabalho de convivência, socialização através da arte-educação, do esporte, favorece uma convivência mais saudável em espaços que agente procura cada vez mais que seja mais adequado dentro das nossas limitações financeiras mas procura cada vez ser mais coerente, mais adequado pedagogicamente falando” (Maria dos Reis- educadora/coordenadora pedagógica, entrou na RPV em 1984).

Os jovens do grupo também eram auxiliados pelos próprios meninos, cuja maioria recebeu bem a relação oferecida e a convivência no restaurante. À medida que se aprofundavam mais na realidade dos meninos, os jovens educadores sociais perceberam que a violência que eles demonstravam havia sido imposta a eles ao longo de suas vidas e, portanto, poderia dar lugar a uma experiência diferente, assim como, algumas das reações dos meninos de rua também podiam ser mudadas. Esse não era um processo meramente teórico, havia uma base real para se amar e respeitar os meninos, pois segundo Amaral (1997), o desprezo do poder público que não oferecia aos meninos as condições necessárias para não estarem na rua e dos próprios perigos da rua, fazia com que os jovens educadores da República trabalhassem voluntariamente e fielmente pelo compromisso social que tinham com a causa dos meninos de rua e até com um senso de missão para ajudar as crianças sobreviverem no espaço violento do rua.

Com o tempo e em níveis diferentes, os voluntários começam a perceber que os motivos que levavam as crianças à rua tinham causas maiores. Perceberam que, à medida que as questões econômicas se agravavam, o número de crianças na rua aumentava, perceberam também que não bastava agirem com benevolência em relação aos meninos, mais discutir com eles sobre as causas que faziam com eles estivesse ali, assim como, sobre seus verdadeiros papéis na sociedade. O tempo passou e os educadores sociais ganharam mais experiência com o trabalho e respeito da parte dos meninos. A nova experiência começava a dar certo.

Através do relacionamento com os meninos, os jovens voluntários compreenderam mais claramente que a pobreza não era um acidente, mas um produto social engendrado pela negação sistemática de oportunidades e recursos a uma subclasse. Cada um poderia escolher: ignorar este processo de exclusão, ou trabalhar para mudá-lo, ou experimentar as oportunidades que esta situação oferecia para seu próprio desenvolvimento. Porém, não se poderia abandonar as pessoas à pobreza, sem abandonar alguma coisa de nossa própria humanidade, compreendiam os jovens voluntários. A marginalização não era apenas algo imposto às pessoas condenadas a viver na pobreza, era algo que também acontecia dentro delas e dentro das pessoas cujas escolhas provocavam a exclusão das outras.

5.5 Estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua

A República de Emaús expandiu seu atendimento à crianças e adolescentes de rua a partir da década de 1980, criando frentes de trabalho ou expressões como é denominada pelo seu estatuto; República do Pequeno Vendedor, Campanha de Emaús, Cidade de Emaús e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), conforme demonstra o gráfico abaixo.

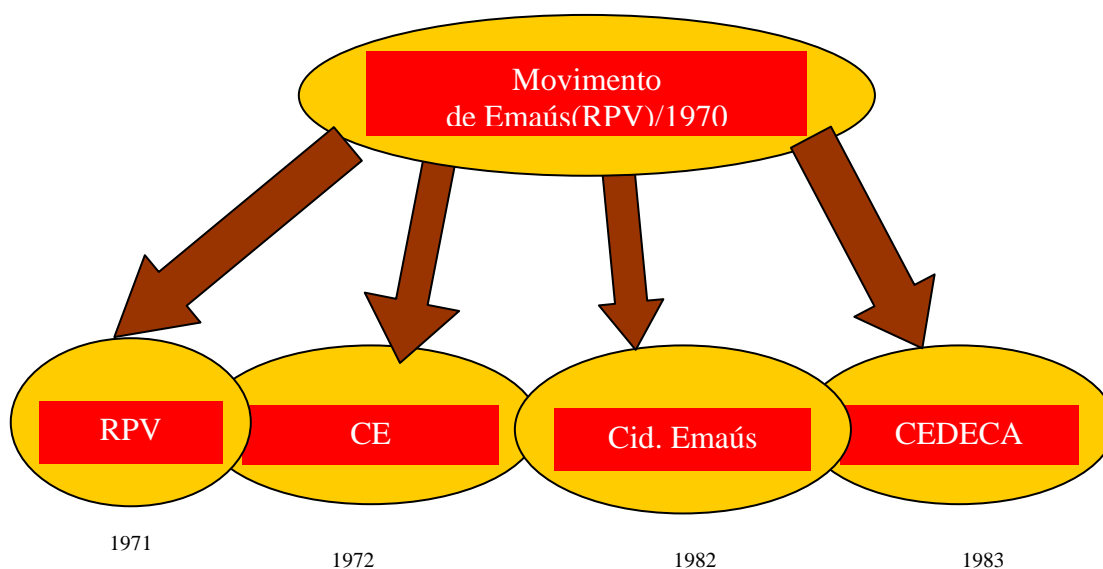


Gráfico 01 - CEDECA

A República do Pequeno Vendedor (RPV) tornou-se, assim, a expressão do movimento para educar na rua e a partir da rua, a Cidade de Emaús, movimento qualificado para atuar na educação formal, ambas responsabilizando-se pela inserção dos jovens no mundo do trabalho. O centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA) tornou-se a expressão qualificada para a proteção aos direitos das Crianças e Adolescentes e a Campanha de Emaús tornou-se a expressão do movimento qualificada na ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento.

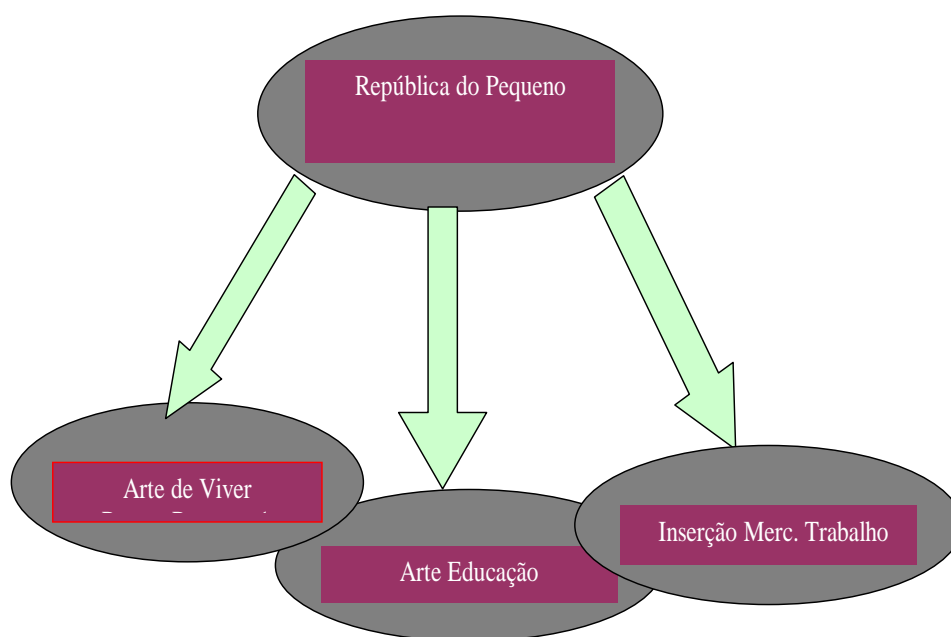
Neste sentido, cada frente de trabalho do movimento República do Pequeno Vendedor, desenvolve uma ação específica voltada para o atendimento das crianças e dos adolescentes em situação de risco.

1- A República do Pequeno Vendedor - RPV – embrião do movimento, atualmente atende não apenas aos meninos trabalhadores de rua, mas também crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Entre as atividades desenvolvidas estão oficinas profissionalizantes, educação de rua, inserção no mercado formal de trabalho e atividades de cultura, esporte e lazer.

Das quatro frentes de trabalho que foram criadas, a República do Pequeno Vendedor é o projeto mais ligado a sua missão original: serviços diretos para meninos de rua. O trabalho da República do Pequeno Vendedor começa na rua e nas praças. A abordagem se realiza através de jogos interativos e pedagógicos e um tratamento mais humano, assim como, passeios e atividades educativas no campo não-formal., feita por educadores de rua em horários diferentes, possibilitando a construção de laços afetivos que melhorem as possibilidades de conquista e confiança dos meninos à pessoa do educador.

Os educadores de rua, por sua vez, ao encontrarem os meninos de rua, os encaminham para um dos projetos desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor, que servem de retaguarda, formando uma rede de sustentação do trabalho do movimento.

Na República desenvolvem-se três grandes programas para atender as diferentes necessidades das crianças e adolescentes, conforme destacamos a seguir.



1.1 - **Arte de Viver:** que trabalha com meninas e adolescentes vítimas de exploração sexual ou que estão em alto risco de prostituição. Há oficinas de artesanato, beleza e auto-estima;

1.2 - **Arte-Educação:** é o trabalho de rua desenvolvido pelo educador a partir da arte;

1.3 - **Centro de Produção e Trabalho:** processo de profissionalização, capacitação e inserção no mercado de trabalho e produção.

Os projetos de profissionalização, capacitação e inserção do jovem no mercado de trabalho são as principais atividades da República, pois assim, os educadores que trabalham na rua têm para onde encaminhar os meninos e meninas marginalizados que encontram na rua, o que serve de apoio para o trabalho que desenvolvem na rua.

2- Campanha de Emaús - criada em 1972, trabalha com sensibilização e mobilização social. Envolve cerca de 2.000 voluntários que, todos os anos, no segundo semestre, saem às ruas arrecadando materiais usados. Parte desse material é recuperado nas oficinas pelos próprios adolescentes, e depois vendido à população carente a preços populares. A Campanha de Emaús tornou-se a expressão do movimento qualificada na ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento.

3 - Cidade de Emaús - Criada em 1982, a Escola Cidade de Emaús originou-se de uma articulação entre a comunidade organizada do bairro do Benguí e o Movimento República de Emaús, no propósito de minimizar o processo de exclusão escolar e de desafiar as condições adversas que enfrentam as crianças trabalhadoras com relação ao processo de escolarização.

A Escola Cidade de Emaús encontra-se localizada na periferia urbana de Belém, mais precisamente no bairro do Benguí, aglomerado urbano onde habitam cerca de 150 mil pessoas, na sua maioria posseiros, trabalhadores, cidadãos, em sua maior parte desassistidos pelo poder público e expropriados das condições de vida necessárias para construção de sua cidadania.

A escola é terceira frente de trabalho do Movimento de Emaús e apresenta grande relevância em nível local pelas atividades de defesa – organização – educação efetivada com crianças trabalhadoras e empobrecidas da cidade de Belém, sendo, portanto uma escola particular que funciona como uma Escola-produção. Logo no início de seu surgimento, as atividades desenvolvidas pela escola foram à criação de aves e porcos, cultivo de horta, fitoterapia, fábrica de ração e farmácia comunitária, além da educação formal;

“e dentro da cidade de Emaus tinha a escola de Emaús, a produção de aves e porcos, a horta só de plantas medicinais, a parte de medicina alternativa isso tudo no bairro Bengui” (Ana Maria Orlandina Tancredi de Carvalho / Sócio colaboradora desde 1980).

A escola funciona em regime de convênio com a secretária de Estado de Educação e possui autonomia didático-administrativa, face aos princípios constitutivos de seu estatuto;

O primeiro convênio que nós tivemos com o Estado foi quando surge a cidade de Emaus Nos discutimos o método que iríamos trabalhar: um pouco do sistema preventivo de Dom Bosco, o método Montessoriano e o método Paulo Freire. Foi uma mistura de métodos muito bem pensada. Ai nós buscamos a Secretária de educação do Estado para estabelecer esse apoio, foi o primeiro convenio que nós tivemos com o poder público, isso em 81/82” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

4 - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA: Criado em 1983 para garantir e defender direitos de crianças e adolescentes, propõe o exercício efetivo do Estatuto da Criança e Adolescente e a implantação dos Conselhos Tutelares no Estado. O Centro atua na área jurídica e social e conta com biblioteca que possui o maior banco de dados do Brasil sobre a situação da infância e adolescência na Região Norte. Desenvolve serviços voltados para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, além de manter a Agência de Notícias Emaús, criada para inserir informações na imprensa nacional sobre a realidade da criança e do adolescente da Amazônia.

Cada expressão do Movimento de Emaús recorre à intervenção das outras sempre que, na sua ação específica, torna-se necessária à ação qualificada das demais e conta com um instrumento permanente de formação e aperfeiçoamento – O Núcleo de Formação -, que atua na formação político-pedagógica de todos os

agentes envolvidos nas várias expressões, com o intuito de adequar, cada vez mais, suas ações às novas exigências e desafios vivenciados pelas crianças e adolescentes, desafios esses que podem ter causas muito variadas. Elas podem se expressar desde o fato da criança passar muito tempo fora de casa até o de não haver mais espaços apropriados que oportunizem a convivência e a prática de esportes ao ar livre, como por exemplo, nas ruas e nos quintais, que antes se constituíam lugares de expressão coletiva dos jogos e hoje estão sempre ocupadas pelo trânsito de veículos e de pessoas anônimas e indiferentes, ou por casas e prédios sem espaço para que as crianças e os adolescentes possam extravasar seu potencial de forma saudável, longe de situações de exploração e degradação humana.

A restrição do acesso aos espaços descritos também tem influenciado para que crianças e adolescentes enveredem pelos caminhos da delinqüência. Na verdade, essa situação se agrava ainda mais quando se trata daqueles economicamente mais desprovidos de condições financeiras, e que os impedem do acesso ao entretenimento e lazer, influenciando também no processo educacional promovido pelos projetos sócio-educativos, pois é mais fácil ceder aos apelos da mídia do que às tentativas de persuasão dos educadores.

Nessa análise é possível perceber que os adolescentes tornam-se alvo do grande apelo cultural, nem sempre explícito, dos meios de comunicação de massa e de agentes formadores de opiniões e comportamentos, em convencer crianças e adolescentes de que, para não estarem excluídos e marginalizados, é preciso que se tornem rapidamente adultos esbeltos, ricos, famosos, na moda e plenamente sexualizados. Para as crianças e adolescentes em situação de exclusão, esses apelos, aliados ao fato de seus familiares estarem diuturnamente ocupados com suas próprias vidas, sem poderem se dedicar com a formação dos menores de idade, tem possibilitado que esse grupo social se envolva cada vez mais precocemente com a marginalidade.

Por essa razão, as estratégias pedagógicas, a relação estabelecida entre educando e educador e a infra-estrutura dos projetos têm que ser, cada vez mais, atrativas para as crianças e os adolescentes no sentido que eles se sintam convencidos de que existem outras possibilidades, que não precisam fugir às convenções legais e sociais e nem tampouco precise de todo o aparato que a mídia divulga como essencial para se viver bem. Desse modo, a mediação educativa

desenvolvida nos projetos pode incluir, em seu programa de atividades, momentos que proporcionem ao adolescente infrator a possibilidade de problematizar, através de exemplos do cotidiano, a diferença entre inclusão e exclusão, pois, segundo Graciani (2005, p.195), essa dinâmica ajuda o grupo ou pessoa na “[...] construção de regras geradas e gestadas pelos próprios participantes e que, portanto, deverão ser assumidas conscientemente por todos.”

A meu ver, essa prática consegue superar o autoritarismo praticado no passado, já que contribui para a emancipação e engajamento dos adolescentes, além de possibilitar a eles, cada vez mais, a construção de um novo projeto de vida como sujeito de direito, que o faz se sentir mais seguro e responsável nas tomadas de decisão sobre sua vida e sobre o papel que deseja desempenhar na sociedade.

Tem-se a impressão de que, o compromisso e o investimento nas relações interpessoais entre educador e educando, na qual o primeiro incentiva positivamente o segundo a reconstruir sua identidade como cidadão são contribuições preciosas que justificam o mérito dado aos orientadores, educadores e técnicos que atuam em projetos sócio-educativos e que fazem a diferença na vida educacional dos protagonistas do processo que são as crianças e os adolescentes.

Enquanto estava sendo travada a luta pelos direitos legais, o esforço para modificar as atitudes oficiais e para estabelecer a cidadania da criança na realidade social das favelas e das ruas continuava em curso, embora com dificuldade cada vez maiores. A pobreza crescente gerava níveis cada vez mais altos de insegurança social e de violência. Aumentava a exploração de menores por quadrilhas de bandidos, que utilizavam como olheiros para conseguirem entrar em edifícios e para distribuírem drogas por toda a cidade. Em vários centros importantes, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, o assassinato de crianças pelos esquadrões da morte, com total impunidade, atingiu proporções de aspectos crônicos.

A República, sendo uma das entidades pioneira no trabalho com crianças de rua no Brasil, parece ter conquistado importância, por denunciar os maus tratos e violências contra as crianças de rua. As denúncias ganharam contorno nacional e provocaram o poder público e entidades associativas, como ABRINQ, a começar uma campanha nacional em defesa dos direitos das crianças e

adolescentes, contra a violência e os maus tratos de crianças de rua. Um exemplo significativo foi à denúncia do trabalho de crianças das carvoarias e das olarias do interior na Amazônia.

Neste sentido, cada frente de trabalho do movimento República de Emaús desenvolve uma ação específica voltada para o atendimento das crianças e dos adolescentes, como veremos a seguir:

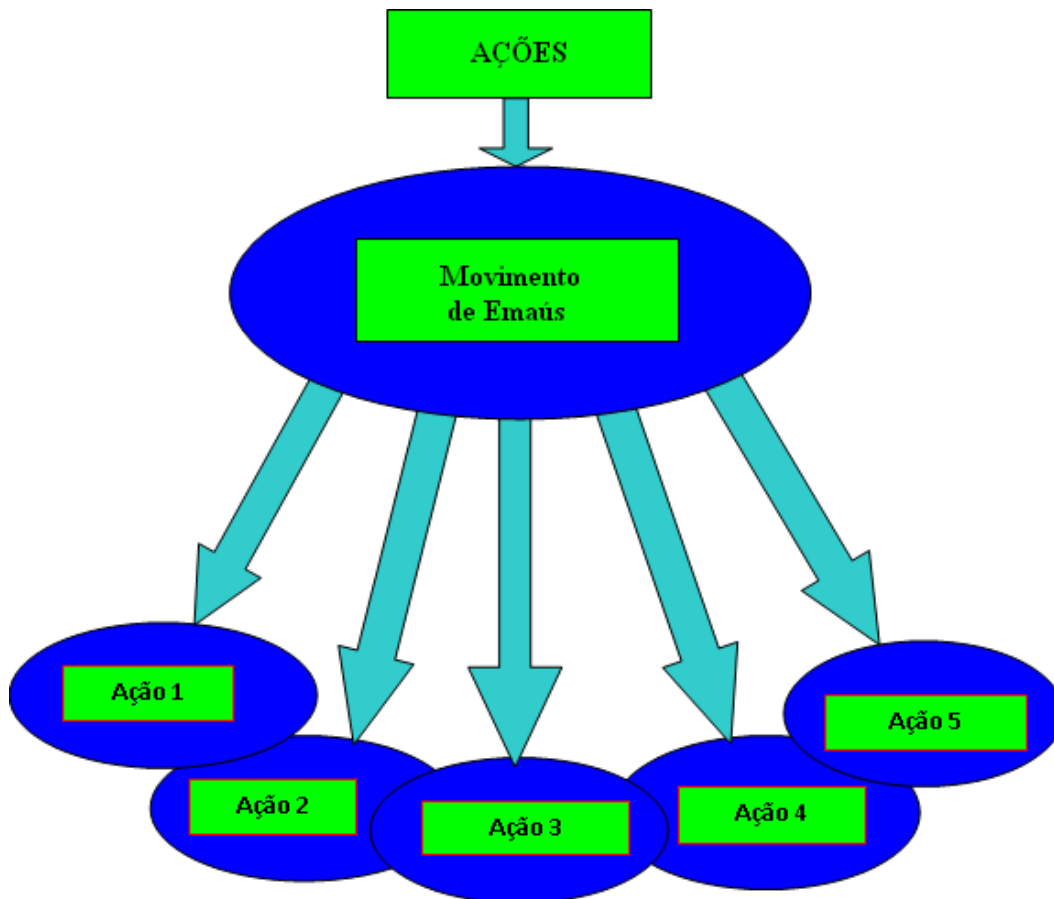


Gráfico 03 – Ações do Movimento

1 – Educar na rua a partir da rua: é a presença solidária dos educadores de rua para atendimento às crianças e adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e social nas ruas da cidade;

2 – Inserção no mundo do trabalho: é a ação de profissionalização oferecendo um conjunto de possibilidades que vão desde a organização dos meninos em suas atividades desenvolvidas na rua, à descoberta e capacitação de novas possibilidades, tanto no mercado de trabalho, como nos diversos cursos ofertados aos meninos;

3 – Educação formal: esta ação é desenvolvida pela Escola Cidade de Emaús, com a finalidade de possibilitar a formação profissional e posterior inserção no mercado de trabalho, através de convênios com diversas empresas Belém, sejam elas estatais ou privadas;

4 – A defesa e a garantia dos direitos: É desenvolvida pelo Centro de Defesa das crianças e do adolescente, por causa do abuso de pais ou responsáveis, assim com, por ação ou omissão do próprio Estado;

5 – Famílias e Comunidades: Essa ação se propõe a assessorar e acompanhar as famílias e as comunidades subsidiando-as para trabalharem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, tais como: centros comunitários, associação de moradores, paróquias, escolas, igrejas e clubes de mães. O objetivo dessa ação é estabelecer uma ação multiplicadora da proposta pedagógica do movimento junto à sociedade, particularmente nas comunidades e famílias das baixadas de Belém.

O atendimento aos meninos meninas de rua feito pela República do Pequeno Vendedor, acontece nos dois pólos : Jurunas e Bengui. Cada pólo tem estrutura e equipe própria para fazer os atendimentos. São 14 profissionais que trabalham diretamente como os meninos nos dois polos.

5.6

Estrutura Física da República para atendimento aos meninos rua

A equipe de trabalho da RPV é formada por: 6 artes educadores, 8 educadores de rua, 4 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 pedagogos, mais os profissionais de apoio: cozinheiras, motoristas, agentes administrativos, secretários, coordenadores e vigias.

Complementa esta equipe os profissionais contratados para ministrarem os cursos e oficinas, tais como: instrutor de capoeira, de artes plásticas, de desenho, de estética, de produtos regionais, de movelaria, de encanação, de informática, de refrigeração, de estética, entre noutros.

Para manter-se financeiramente a República do Pequeno Vendedor, recebe apoio da PETROBRAS, INFRAERO, CAIXA ECONÔMICA, Organismos

internacionais e, principalmente, da venda de produtos doados anualmente pela população, através de uma campanha anual de arrecadação de objetos usados que são reformados pelos meninos nas diversas oficinas dos cursos profissionalizantes.

No pólo Jurunas, a República possui uma área grande para desenvolver o trabalho com os meninos, neste, além de cinco prédios construídos: auditório, oficinas, casa de apoio administrativo, barracão e um pequeno restaurante, existe área para futebol e para prática da capoeira, conforme podemos visualizar nas fotos abaixo:



Foto 10 - Fachada do pólo Jurunas / foto Marisa Pinheiro



Foto 11 - Auditório do pólo Jurunas / foto: Marisa Pinheiro



Foto 12 - Entrada do centro de formação do pólo Jurunas / foto: Marisa Pinheiro

No pólo Benguí, a República tem uma área que equivale a 20 campos de futebol e possui a maior estrutura de atendimento aos meninos. É nesta área que se concentra a maior parte das atividades desenvolvidas pela República e um maior número de prédios construídos: uma escola com 20 salas que atende aproximadamente 1500 alunos do bairro do Benguí, nos três turnos manhã, tarde e noite; quatro prédios administrativos; a casa onde mora o Pe. Bruno Sechh, um restaurante grande, dois imensos galpões, um igarapé, dois campos de futebol, quadra, e muita área verde.

As fotografias a seguir ilustram um pouco do que foi apontado neste capítulo:



Foto 13 - Galpão onde se guarda materiais doados pela população pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 14 - Prédios administrativos do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 15 - Refeitório do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 16 - Prédio das oficinas do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 17 - Prédios das oficinas do pólo Benguí / foto Marisa Pinheiro



Foto 18 - Campo de futebol, ao fundo prédios administrativos do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 19 - Galpão de armazenamento do do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 20 - Primeiro portão de entrada do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 21 - Área livre do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 22 - Frente do terreno do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 23 - Primeiro portão de entrada do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 24 - Campo de futebol do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 25 - Entrada do refeitório do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro



Foto 26 - Área verde do pólo Benguí / foto: Marisa Pinheiro

6

O Trabalho de Socialização de Meninos de rua Desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor

O capítulo falará sobre os programas, projetos e linhas de ação da República do Pequeno Vendedor no atendimento e na socialização dos meninos de rua, contextualizando o trabalho da República, seus programas, projetos e ações, tentando compreender por que, apesar de existirem outros órgãos e entidades de atendimento aos meninos de rua em Belém, a República se tornou popular, conhecida e com maior inserção na sociedade Belenense.

6.1

O Processo de Socialização na República do Pequeno Vendedor

Como dissemos no capítulo anterior, a realidade de um grande número de crianças e adolescente destituído do convívio da família e da sociedade, vivendo perambulando pelas ruas de Belém, umas, como vendedores ambulantes, outras, totalmente abandonadas e esquecidas, fez com que um grupo de jovens da Escola Salesiana do Trabalho, tendo à frente o padre Bruno Secchi, preocupado com a situação problemática dessas crianças e adolescentes, iniciassem um trabalho de ronda, nas ruas de Belém, com o objetivo de identificar as crianças e adolescentes que ali se encontravam.

Buscaram fazer uma cooperativa do grupo de crianças e adolescentes contactados pelo grupo de jovens envolvidos no trabalho, no intuito de aproximarem-se ainda mais deste segmento, que exercia algumas atividades nas ruas. Criou-se o Restaurante do Pequeno Vendedor, no Ver-o-Peso, onde havia maior concentração de crianças e adolescentes. O trabalho desenvolvido no Restaurante foi inicialmente oferecer alimentação e organização de suas atividades através de cooperativas. Assim, começa o trabalho de socialização dos meninos na República.

Primeiramente, os educadores da República saem a rua, detectam os meninos nos locais de trabalho e/ ou de convivência, aproximam-se, apresentam-se, conversam, brincam e, posteriormente, apresentam a República para os meninos e convidam os mesmos à participarem das atividades recreativas e de lazer oferecidas pela RPV. Num primeiro momento, dado a desconfiança dos

meninos de rua, os educadores não são bem aceitos, mas, posteriormente, “como num namoro pedagógico” (PAULO FREIRE, 1986:14) as relações entre educadores e meninos começam a se aprofundar e a aproximação acontece.

Conquistado os meninos, o próximo passo é fazer com que eles conheçam um dos espaços de apoio da República do Pequeno Vendedor no Jurunas e/ou no Bengui. Nestes espaços, estruturados para receber essas crianças, se encontram educadores sociais, técnicos (psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos, médicos) que passam a acompanhá-los, conforme as necessidades que apresentam.

Uma das primeiras atividades técnicas, após o contato com os meninos, é identificar sua família, trabalho que cabe ao assistente sócia e que, posteriormente, vai visitá-la para conhecer o ambiente de moradia dos meninos, ou o porquê de eles terem saído do ambiente de casa para rua. O trabalho com as famílias dos meninos se constitui o principal elemento da possibilidade da saída da criança da rua.

A segunda etapa da socialização dos meninos na República é engajá-los em uma das atividades profissionalizantes e de lazer que acontecem diariamente. Esse é o primeiro passo socializador que objetiva tirar o menino da rua. Posteriormente, após sua formação profissional através dos cursos profissionalizantes, os meninos são inseridos no mercado de trabalho, com seus direitos garantidos. Para efetivação desse segundo momento na vida dos meninos, a República do Pequeno Vendedor veio a dispor de convênios com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Centrais Elétricas do Pará, SEBRAE, INFRAERO e outros órgãos públicos como prestadores de serviço. *“Eu comecei como off boy na caixa econômica federal, estudei, entrei na universidade, me formei em economista, prestei concurso público e hoje sou gerente na Caixa Econômica federa” (J.P.S –depoimento extraído do relatório de 2004 de resultados na PRPV).*

Como vimos acima, o processo socializador do menino de rua na República do Pequeno Vendedor teve, e tem até hoje, como eixo central a valorização do menino, seu resgate da rua, o trabalho com sua família, sua profissionalização e sua inserção no mundo trabalho, “o que faz todo esse processo acontecer com sucesso é o movimento ter um carisma e uma mística que

atrai as pessoas a quererem ajudar em suas ações” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

6.2

A educação informal como eixo da socialização dos meninos de rua na República do Pequeno Vendedor

Sabemos que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano, como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática, principalmente, quando nos referimos a meninos de rua. Para esse segmento, o direito à educação tem sido negado, restando apenas a atenção dada pela educação informal oferecida pelas entidades e movimentos sociais que atendem essas crianças.

Usualmente, define-se a educação informal por uma ausência de sistematização, em comparação com a educação oferecida pela escola, tomando a educação formal como único paradigma, como se a educação formal escolar também não pudesse aceitar a não-formalidade.

A educação informal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação informal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

São múltiplos os espaços da educação informal. Além das próprias escolas, onde também pode ser oferecida educação informal, temos as organizações não-governamentais, as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, os sindicatos, os movimentos sociais e as comunidades.

O tempo da aprendizagem na educação informal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada sujeito que dela participa. Daí ela estar ligada fortemente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais.

Segundo Gohn (1999), a educação informal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes

diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A educação informal é uma educação popular e emancipadora, intensamente democrática, por isso tem mostrado inúmeros exemplos de solidariedade, de vida dedicada à ética e à educação política. Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos e a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Gohn (2003) diz que a educação informal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas cotidianas. Nela, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, os colegas, a igreja, os meios de comunicação de massa, as associações, os sindicatos, grupo político e os movimentos sociais.

A educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade: da localidade, da idade, do sexo, religião e da etnia. *“A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o movimento que participa, o local onde se nasceu são locais onde acontece educação informal”*c. (GOHN, 1999: 2)

Brandão (1986) diz que a educação informal ocorre em ambientes e situações interativas construídas coletivamente. Usualmente, a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação informal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Ela opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.

O objetivo da educação informal é, pois, a socialização dos indivíduos, o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se

expressar, segundo valores e crenças do grupo que frequenta. Sua finalidade é abrir “janelas” de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, a construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalecendo o exercício da cidadania, a transmissão de informação, a formação política e sociocultural. *“Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo” (BRANDÃO, 1988, 23)*

Seus principais atributos são ensinar os conhecimentos não organizados e não sistematizados que são repassados a partir das práticas e experiências anteriores. Usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado, mas que busca a construção da identidade coletiva do grupo para colaborar no desenvolvimento da auto-estima e do empoderamento. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública.

Na educação informal, os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente. A educação informal, ainda segundo Gohn (1999), poderá desenvolver, como resultado, uma série de processos, tais como:

- consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo;
- contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- formação do indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho);
- resgata, quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, o sentimento de valorização de si próprio (a auto-estima), ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição aos preconceitos que lhes são dirigidos e o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças;
- possibilidade dos indivíduos adquirirem conhecimento de sua própria prática, aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca e;
- construção da identidade coletiva de um grupo.

Observa-se que a educação informal vem das práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação Estado-Sociedade ao longo do tempo e constroem novas formas políticas de agir, especialmente diante da esfera pública não estatal.

Por tudo que consideramos acima, entendemos, portanto, a educação informal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres, que buscam sempre:

- Educação para cidadania;
- Educação para justiça social;
- Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.);
- Educação para liberdade;
- Educação para igualdade;
- Educação para democracia;
- Educação contra discriminação;
- Educação para a manifestação das diferenças culturais.

6.3

Os Projetos e Programas desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor e suas linhas de ação

O Pará passa, hoje, por um contexto de grandes contradições que demonstram o Estado com um projeto de desenvolvimento com pouca atenção as violações dos direitos humanos. Com a vinda de família do interior para a cidade de Belém, mais de 50% das populações passa por grave impacto nos centros urbanos sem garantias de uma sobrevivência digna, principalmente, pela falta de trabalho e moradia (ANUÁRIO BELÉM, 2009: 23).

Ao mesmo tempo em que milhões de reais são investidos em obras de infra-estrutura, ainda é insuficiente a melhoria nas políticas públicas básica de direitos de crianças e adolescentes. Segundo o Relatório sobre a Violação do Direito à Vida, divulgado em julho de 2009 pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a previsão é de que, de 2006 a 2012, aproximadamente 13 jovens morrerão por dia no Brasil. Os índices de analfabetismo divulgados em setembro de 2009 pelo IBGE/PNAD¹,

¹ Cf-Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios /2008/ IBGE

mostram que enquanto na região sul, em 2008, foi detectado um índice de analfabetismo de 5%, nas regiões norte/ nordeste esse mesmo índice salta para 17,7% da população, sendo que 5,3% são crianças na faixa etária de 10 a 14 anos. Isso aponta que a desigualdade social, o acesso a direitos e a justa distribuição de renda ainda é um dos grandes problemas a afetar a população brasileira.

Apesar deste grave contexto social, há cortes feitos no orçamento do Estado em investimento de políticas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Por exemplo, se pode citar o corte feito em recursos para o enfrentamento do trabalho infantil, o quase esquecimento dos conselhos dos direitos de crianças que vivem hoje uma situação de penúria na luta para funcionar em condições mínimas. Há também a desmobilização de programas construídos pela sociedade com grande legitimidade e que deixaram de existir por falta de recursos e compreensão de sua importância como prioridade de garantia de direitos.

É neste contexto de embate e luta por uma vida digna, que está inserida as intervenções do Movimento República do Pequeno Vendedor, que concretiza sua missão na defesa e garantia de direitos para crianças e adolescentes através do Centro de Defesa – Cedeca/Emaús, República do Pequeno Vendedor, Cidade de Emaús e Campanha de Emaús

São linhas de ação do Movimento: educação informal, formação profissional, proteção jurídica e promoção social. Essas linhas de ação são desenvolvidas através dos projetos e ações executados pela República do Pequeno Vendedor, como apresentaremos abaixo: Conquistando a vida, Mercado formal de trabalho, Oficina de capoeira, Terapia com família, Fazer o outro bonito, projeto medicina popular/alternativa e cursos profissionalizantes.

Atualmente, a RPV concretiza sua proposta de trabalho na forma de projetos e ações articulados entre si, criados a partir do surgimento de necessidades decorrentes da amplitude de seu desenvolvimento enquanto movimento da sociedade civil. Para tanto, reuni os grupos das diversas atividades que formam projetos e programas que veremos abaixo:

No período de 2007 a 2009, a articulação entre as várias entidades de atendimento as crianças de rua de Belém, resolveu, após o incentivo da República do Pequeno Vendedor, criar o Programa “Conquistando a Vida” proposta de atuação conjunta da sociedade civil, governo municipal e estadual, para propor

soluções a problemática dos meninos e meninas de rua, porém, mesmo o programa atingindo os objetivos e resultados desejados, ele foi abandonado no início de 2009, inicialmente pelo governo municipal e, logo em seguida, pelo governo estadual, poucos meses depois pela iniciativa privada (CDL – clube dos diretores lojistas de Belém – e (FIEPA – Federações das indústria do Pará), baseado na justificativa de falta de recursos para continuidade do programa. Após o fim do programa, o poder público passou a oferecer projetos pontuais e isolados que não se apresentam como um programa articulado e efetivo que concretize ações eficazes de superação da problemáticas das crianças e adolescentes de rua em Belém.

Com base nesta realidade é que a República do Pequeno Vendedor continuou e vem desenvolvendo seus projetos, no sentido de contribuir para formação cidadã de crianças e adolescentes dos dois bairros periféricos de Belém: Benguí e Jurunas.

São três os principais projetos educativos desenvolvidos: ARTE EDUCAÇÃO, ARTE DE VIVER e PROFISSIONALIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO que, por sua vez, estão vinculados a projetos maiores..²

• **Projeto Arte Educação**

É o projeto principal da República do Pequeno Vendedor, já que é através dele que os educadores de rua desenvolvem as atividades com as crianças e adolescentes de rua, ele é o elo de entrada dos meninos de rua as demais atividades da República. É o trabalho de rua desenvolvido pelo educador a partir da arte. Dentro deste grande Programa podemos encontrar diversos projetos:

• **Projeto educar na rua**

Este projeto assiste crianças e adolescentes nos dois pólos de atendimento da República do Pequeno Vendedor:. Porém, sua atuação abrange outros bairros, tais como: Batista Campos, Condor, Cremação, Tapanã e áreas próximas. Em

² Podemos encontrar também outros projetos sendo executados pelas expressões do Movimento de Emaús: **CEDECA/ EMAÚS – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente**: Projeto de enfrentamento à violência Institucional, Programa de Proteção as Crianças e adolescentes ameaçados de morte, Programa de enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil Doméstico e Programa de enfrentamento à violência e Exploração sexual e Tráfico de seres humanos; pela **Cidade de Emaús**: programa de Profissionalização e Trabalho; **Campanha de Emaús**: Programa Grande coleta. Cada um destes programas e projetos, objetivos específicos, conforme a área de atuação de cada expressão.

cada área, ou Pólo de atuação, existe um espaço de referência, onde são desenvolvidas as atividades com as crianças e adolescentes.

O trabalho neste projeto começa inicialmente com a abordagem de rua que objetiva identificar as crianças e adolescentes nas ruas, mapeando o local onde elas se encontram e posteriormente a mobilização dos mesmos para se engajarem nos vários projetos e atividades oferecidas pela RPV. Esse projeto tem o apoio financeiro do PROCON e da Secretária de Desenvolvimento Social do Estado Pará, que possibilita com o repasse de recursos a contratação dos profissionais que atuam no projeto. Os arte-educadores e os educadores sociais percorrem 13 áreas de concentração de crianças e adolescentes, dentro da área de abrangência dos dois pólos de atendimento, tais; bairros do Jurunas, Condor, Batista Campos e Cremação.

Após o contato inicial, as crianças e adolescentes vão chegando às atividades; e agrupando-se nos projetos/ oficinas de interesse. Com isso, os arte-educadores concentram-se nas atividades de recepção, entrosamento com o público e apresentação das propostas de trabalho em cada projeto/oficina – dando início às mesmas.

O objetivo do projeto é criar condições para a saída de crianças e adolescentes das situações de risco nas ruas; através da inserção em atividades Sócio-educativas e da Educação Profissional; bem como através do Trabalho com as Famílias; no Fomento à Geração de Renda e Formação Social para Cidadania. O público atingido por esse projeto são crianças e adolescentes em situação de rua, particularmente no trabalho e exploração sexual; e em situações de vulnerabilidade social na comunidade, além de oportunizar as famílias formação profissional, fomento à geração de renda e formação social para cidadania. A partir deste projeto, os meninos são encaminhados para os demais projetos/atividades desenvolvidos: Artes Plásticas, Capoeira, Percussão, Teatro e Musicalização. Todos eles acontecem em parceria com instituições públicas que os financiam. No período de agosto de 2009 a março de 2010, período em que estivemos observando as atividades da República, foram atendidos nos vários projetos do ARTE EDUCAÇÃO, 248 crianças e adolescentes, nos dois pólos de atendimento

• Projeto Artes plásticas:

No projeto arte plásticas são desenvolvidas as habilidades naturais das crianças e adolescentes, tais como, Coordenação motora; Reprodução de desenhos (objetos e formas); Pintura com giz de cera e guache; Expressões e personagens; Criação de bonecos de papel; Perspectivas de cubo; Estudo de movimento; Memorização; Recortes; Pintura por contraste; Importância dos desenhos nas Profissões; História em quadrinhos; entre outros. Um das marcas deste projeto são as atividade de Criação livre; Pesquisa de produtos; Exercícios em casa (desenhar produtos de sua cozinha); Criação de personagens com marcas conhecidas (como roupas e acessórios); Vivendo Linguagem Artística (teatro e desenho); Criação de produto imaginário; Conversas, Jogos e Brincadeiras; Execução de desenhos coletivos; Construção de jogos e mitos da Amazônia. Ensina-se a construção de cenários de espetáculos teatrais, Construção de painéis, confecções de cartazes, entre outras atividades. Esses produtos realizados pelas crianças, são mostrados em exposições.

• Projeto Capoeira

O projeto capoeira é o mais atrativo para os meninos. Nele são trabalhados, além do corpo, respeito pelo outro, a noção de espaço, a história da capoeira; Instrumentos; Movimentos na capoeira; Cantigas; formação da Roda; Cultura Paraense (Xote, Ciriá, Carimbó); Costumes e hábitos saudáveis. São trabalhados também temas como Drogas, Violência; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Meio Ambiente; Juventude e Consumo de droga; Direito do Consumidor; Musicalidade; Mostra e toques de instrumentos; Exercício de movimentos; Comportamento e disciplina; Importância da capoeira na vida do praticante; Capoeira de Angola; Regional; e Maculelê; Batizado de Capoeira e suas graduações

As aulas acontecem em local aberto e suas apresentações se dão semanalmente nas praças de Belém, nas escolas do bairro para divulgação do trabalho desenvolvido com os meninos à população em geral, além das apresentações em eventos e Mostra Cultural.

- **Projeto Percussão**

Este projeto tem como finalidade a formação musical percussionista dos meninos de rua que procuram a República. Nele, os meninos aprendem a história da percussão, Instrumentos: Teoria e Prática; Estudos sobre música e ritmos; Operação de instrumentos em conjunto; Técnicas de baquetas e dependência motora; Técnicas de rudimentos de baqueta para caixa; Xote e o Cabula Afro Brasileiro; Estudo e exercícios de Rítmica; Técnicas de rudimentos de toque duplo (PARADIDÓ); Técnicas de toques de Congas e Tubadoras. Também analisam temas como: ECA; Meio Ambiente; Juventude e drogas; etc.. Entre os objetivos do projeto está a integração dos meninos com músicos profissionais, composição de músicas instrumental, apresentação musical em eventos e intercâmbio com outras escolas de música para estágio dos meninos.

- **Projeto Teatro**

Projeto teatro procura formar atores em conjunto com a escola de teatro da Universidade Federal do Pará. Os professores do projeto são da UFPA que se dispõem a trabalhar com os meninos. Nas aulas, que acontecem duas vezes por semana, são ensinados: História do teatro; Estratégias de raciocínio lógico com jogos dinâmicos; Construção de cenas e personagens; Relaxamento e aquecimento corporal; Construção de bonecos de garrafa Peti; Manipulação de bonecos e Expressão corporal, Leitura de textos; Dicção; Percepção; Expressão de sentimentos em desenhos; Preparação de performances. Esse projeto faz apresentações em eventos e mostras culturais, além da montagem de espetáculos como: monólogos (construção de personagens; ensaios individuais, preparação de atores); espetáculo de Natal e temas Formativos como: Meio Ambiente; Sexualidade; DST/ Drogas; Direitos Humanos e do Consumido.

No período em que passamos no movimento, constatamos a construção das seguintes peças teatrais, com 14 meninos/atores em cena: “O Menino seu Avô e a Árvore da vida” (José Bertoline), “O Besouro da Morte” ; “ Leônidas da Silva” (Paula Marcondes e Lenira Buscato), “ Dom Casmurro” (Machado de Assis); “Hary Potter” ; “Cinco Minutos” (José de Alencar), “O Poço da Roda” (Afonso Felix); “A Moreninha” (Joaquim Manoel de Macedo), “Um Sonho Dentro de Mim”; “Metade” (Oswaldo Montenegro), “Poema Mais ou Menos de

Amor” (Fernando Veríssimo); “O Cortiço” (Aluísio de Azevedo), “Amor de Perdição” (Camilo Castelo Branco); “Helena” (Machado de Assis)

A atividade desenvolve nas crianças e adolescentes, habilidades como a prática de leitura; memorização de texto; desenvoltura da dicção e postura de palco, entre outras. È um projeto que permite às crianças e aos adolescentes revelarem seus talentos de artista

- **Projeto Musicalização**

O projeto musicalização trabalha com oficinas de Flauta, Canto Coral, Viola e Violino em parceria com a Escola de Música da UFPA e a Fundação Carlos Gomes. Seu objetivo é a formação de músicos e instrumentistas. Nele são trabalhados os conteúdos, tais como: Trabalho com reciclagem para a confecção de instrumentos musicais; como acessórios de Percussão; Educação auditiva (solfejo); Canto coral; Conjunto de flautas; Música de roda; Escala diatônica; Métrica – aplicada com prática de acessórios de percussão reciclável; Flauta doce; Músicas em geral e Figuras musicais: Tercinas, Colcheias, Semicolcheias; Legado; Contratempo e A prática aplicada no conjunto de flauta doce; entre outros.

- **Projeto de trabalho com famílias**

O projeto Trabalho com Famílias tem como objetivo o acompanhamento das famílias dos meninos atendidos pela República, com visitas domiciliares, formação de grupo e profissionalização das famílias. As famílias são acompanhadas pelos técnicos da república: Assistente Social e psicólogo. No período em que acompanhamos o trabalho, foram realizadas em torno de **57** visitas domiciliares, envolvendo os Assistentes Sociais, o Psicólogo (enquanto este compunha a equipe nos Pólos) e os Educadores, dos projetos Educação A partir da Rua e Arte de Viver.

A equipe técnica desenvolve atividades formativas, trabalhando temas e questões como: Dinâmica Familiar na Modernidade; Violência intra e extra familiar; Direito do Consumidor; Oficinas para a melhoria da auto-estima; do sentimento de pertencimento ao grupo; Relações interpessoais e grupais; Conhecimento da Rede de Serviços Públicos para a busca por soluções de problemas pessoais ou familiares; Estimulo á autonomia e empoderamento de

seus papéis como mulheres, mães e como empreendedoras no campo da geração de renda.

Este programa mantém parceria com outros programas públicos, tais como: PROPAZ, CRAS, PROJovem, FUNPAPA, SEBRAE entre outros, para o aperfeiçoamento profissional na área de : embelezamento/ estética e bijóias das famílias dos meninos atendidos.

A República vem realizando esta estratégia, na perspectiva de criar condições concretas de geração de renda às famílias; que proporcione a saída ou a sustentação da saída das crianças e adolescentes das situações de risco nas ruas; oferecendo capacitação profissional em áreas que possam dar retorno mais imediato a partir de habilidades ou práticas, que, principalmente as mulheres, como chefes de família, já desenvolvem, como: costura, artesanato, culinária, entre outras. Assim, agregam valores e técnicas ao que já possuem; e são apresentadas a outras propostas de qualificação, que ampliem suas perspectivas de profissionalização.

Esta iniciativa tem como objetivo fortalecimento do trabalho com as famílias que, desde a década de 1980, por entender que investir nas famílias estará investindo no menino de rua, isso conta com a parceria da PETROBRAS. Primeiramente realizam-se cursos de capacitação profissional em várias áreas; visando a constituição de grupos de produção, posteriormente são realizados cursos de aperfeiçoamento para o fortalecimento dos grupos já constituídos.

• **Projeto Mercado de Trabalho**

O projeto Mercado de Trabalho é uma atividade de profissionalização dos meninos, desenvolvido dentro do Centro de Formação Profissional, criado pela República do Pequeno Vendedor, com o objetivo de oportunizar aos adolescentes e jovens formação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho através de parcerias com a iniciativa pública e privada. O projeto tem como objetivo possibilitar a vivência da cidadania, o resgate da auto-estima, a auto-crítica e sociabilidade, constituindo-se em um grande diferenciador do processo educativo dos meninos atendidos, conscientizando-os de seu papel na sociedade. Tem como público, adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 21 anos. Os cursos oferecidos dentro do programa são: informática, pedreiro, pintor predial,

eletricista predial, manutenção de áudio e vídeo, administração básica e serviços bancários, além do programa adolescente-aprendiz, em convênio com o ministério do trabalho, no qual os adolescentes são encaminhados para trabalhar na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INFRAERO e órgãos públicos estadual. Boa parte dos cursos ofertados são em parceria com o SESI e SENAI.

- **Curso de acessórios regionais**

O curso tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto-estima das crianças e adolescentes atendidas, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O grupo produz: anéis, cordões, pulseiras, brincos, colares. É um curso que acontece dentro do projeto mercado de trabalho e tem como financiadores o FOME ZERO e PETROBRÁS. Ele recebe crianças vindo diretamente dos demais programas, principalmente do Arte de viver e do Arte educação.

- **Curso produção de costura industrial**

O curso tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto-estima das famílias das crianças e adolescentes atendidos, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O projeto oferece serviços uniformes escolares, bolsas, roupas, reparos. Os recursos vêm do FOME ZERO e da PETOBRAS. Os instrutores realizam reuniões sistemáticas com os grupos, com a finalidade de fortalecer os mesmos como empreendedores; trabalhando questões como: a gestão de negócios (aspectos administrativos e operacionais); organização no trabalho; busca de informação e participação em eventos externos para divulgação e comercialização dos produtos; articulação e intercâmbio com outros grupos e redes de empreendedores, entre outros. A chegada dos meninos e meninas na república para participar deste curso se dá do trabalho desenvolvido na rua pelos educadores através do Arte de Viver e do Arte Educação. Constatmos pela observação e pelo que nos foi dito que os resultados do curso são muito positivos, já que contribuem para formação profissional na área da geração de renda, através da comercialização dos produtos produzidos

A atividade tem um forte cunho formativo; de intercâmbio e troca de experiências, pois reúne representantes dos grupos de produção das 04 entidades, e também: do Fórum de Empreendedores; da Associação de Artesãos da Praça da

República e de Icoaraci; do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB) e representante da Rede de Economia Solidária que contribuíram com suas experiências e conhecimentos.. Houve um evento que, segundo informações colhidas por nós, teve a presença de mais de 200 pessoas, e reuniu em torno de 20 grupos de empreendedores nas áreas de Costura e Customização; Produtos com Papel Reciclado; Embelezamento e Estética; Panificação; Artesanato; Pintura em Camisas; Biojóias, entre outros. Possibilitou aos participantes novas aprendizagens sobre o Empreendedorismo e Economia Solidária; o conhecimento das redes e articulações existentes; despertando “novos horizontes” e perspectivas; como o interesse pela legalização de seus grupos.

- **Projeto de produção e Embelezamento**

O projeto de produção e embelezamento tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto estima das famílias das crianças e adolescentes atendidas, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O projeto oferece serviços de corte, cauterização, hidratação, penteado, relaxamento, maquiagem, coloração, escova. Os recursos vêm do FOME ZERO e da PETROBRÁS.

- **Projeto Arte de Semear a paz**

O projeto tem como objetivo promover a articulação das crianças e adolescentes e suas famílias, como sujeitos na promoção de seus direitos. Tem como linha de ação a abordagem de rua, a socialização através da arte educação e através do projeto arte de viver. Atividade de tetro, cultura popular, capoeira, musicalização, pintura, percussão. O público alvo são crianças e adolescentes entre e 17 anos e suas famílias. É mais um projeto financiado pelo programa FOME ZERO do governo federal e pela PETROBRAS.

- **Programa Arte de Viver**

O arte de viver é um programa desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor que iniciou suas atividades desde 1993 com um grupo de meninas moradoras de rua que a partir da reciclagem de bonecas e brinquedos de pelúcia puderam ter a dignidade resgatada. Refazer brinquedos e bonecos destruídos pelo

tempo e pela falta de cuidado, foi o recurso didático utilizado para trabalhar questões vivenciadas no dia-a-dia por essas meninas.

Este trabalho tem caráter lúdico e é a porta de entrada das meninas no na RPV e permite que seja discutido com elas, questões como racismo, trabalho infantil, exploração sexual, prostituição, violência doméstica e questão de gênero. É um programa financiado por instituições internacionais: Terre des Homme (Suíça) MISSERIOR (Alemanha). Ele é de abrangência Regional, pois atende meninas dos sete Estados da Região Norte. Seu público alvo são crianças 12 a 17 anos prostituídas e violentadas sexualmente, seja na família ou na rua.

6.4 Outras atividades desenvolvidas

Alem dos projetos e programas apresentados, outras atividades são desenvolvidas pela República do Pequeno Vendedor conjuntamente com Centro de Defesa da Criança e Adolescente- CEDECA/EMAÚS, quais sejam:

• Programa de enfrentamento a violência Institucional.

O programa tem como objetivo desenvolver ações articuladas no enfrentamento da violência estrutural provocada por ações ou omissões do Estado que causam violações nos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Para execução do programa são desenvolvidas diversas ações, tais como;

- Monitoramento da Implementação do SINASE, verificando o respeito aos direitos humanos de adolescentes internados;
- Ações de Responsabilização do Estado e de defesa dos adolescentes que sofrerem violação de seus direitos no sistema carcerário, nos centros de internação ou em situações de fragilização em sua capacidade de Defesa;
- Articulação com a Defensoria Pública e comissões de direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) , da Câmara de vereadores e da Câmara Federal como estratégia para garantir um suporte jurídico para as ações do projeto;

• **Proteção a Crianças e adolescentes ameaçados de morte**

Com o grave contexto de violações do direito à vida de adolescentes no Estado do Pará, o Movimento República de Emaús passou a atuar na proteção de meninos e meninas vítimas de ameaças de morte no Estado do Pará, como uma estratégia de intervenção junto a políticas públicas para defesa da proteção do direito de viver com dignidade. É uma ação que o vem desenvolvendo em parceria com o governo Federal e o governo do Estado, porém com autonomia de gestão.

No ano de 2009, período em que estivemos mais presente na coleta de dados para nossa pesquisa, descobrimos nos arquivos do CEDECA- EMAÚS, um relatório o qual constava que das 70 pessoas protegidas pelo Estado, 24 eram crianças e adolescentes que estavam sendo acompanhadas pela República, fato que acaba colocando em risco a vidas dos técnicos e educadores que fazem o devido acompanhamento, das crianças e adolescente e de seus familiares.

• **Programa de enfrentamento a violência e Exploração sexual e Tráfico de seres humanos - PROJETO JEPIARA**

Como a violência sexual contra crianças e adolescentes cresceu assustadoramente nos últimos anos³, segundo o anuário de violência contra crianças da Delegacia de Atendimento a Crianças e a ao Adolescente, no Estado do Pará entre os anos de 2008/2009, foram registrados, somente na região metropolitana de Belém, 500 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (ANUÁRIO DE REGISTRO - DATA 2009). Dada esta situação gritante de violência contra a criança, este programa visa enfrentar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de crianças e adolescentes.

O caso mais comum e divulgado no Brasil todo, de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará, foi o da adolescente presa em uma cela com 20 homens na delegacia no município de Abaetetuba Por 20 dias. Outro caso foi das adolescentes vendidas em cidades da região da Ilha do Marajó (Breves, Anajás, Curralinha, Chaves) pelas próprias mães para serem prostitutas. Em alguns casos, as meninas eram trocadas por grade de cerveja. O garimpo do Coiu-

³ Conforme os dados do PROPAZ (2009), Programa do governo do Estado, foram registrados **3.558 casos de violência sexual em todo Estado do Pará no período de novembro de 2004 até 2008, sendo que deste total, 3.057 foram de meninas e 501 casos foram de meninos.** Ainda de acordo com esta fonte, no Marajó há grande incidência de casos, na maioria em situação de abuso intra-familiar

Coiu, prostíbulo só com crianças entre 7 e 14 anos foi fechado pela polícia e seus donos presos após denúncia do Movimento República de Emaús. Vale, portanto, dizer que nos casos de Abaetetuba e da Ilha do Marajó foi o movimento que acionou a polícia e a justiça e acompanhou até o resultado final.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Pará de 2009, para apurar a violência contra as crianças no Estado pediram assessoria ao movimento sobre os casos que investigavam.

A República tem assessorado programas de enfrentamento sexual contra as crianças em outros estados, Amapá, Goiás, Tocantins, Ceará e São Paulo, além dos municípios do interior do Estado do Pará, tais como, Redenção e Marabá que foram citados pela referida CPI enquanto vias de acesso a países como Suriname, Espanha e Holanda, que são indicadas como rotas do tráfico interno e externo de pessoas.

O Projeto Jepiara tenta fortalecer as parcerias com instituições que atuam direta ou indiretamente para o fim ou minimização dos danos causados. Para isso, promove uma constante articulação com diversos atores da sociedade Civil e do Poder Público, no objetivo de assegurar o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes e garantir orçamentos para estimular ações de intervenção governamental na capacidade de permitir uma vida digna para as crianças e adolescentes.

A República assume hoje uma forte liderança no debate sobre a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Estado do Pará, ganhando grande credibilidade das organizações e conseguindo intervenções do poder público na apuração dos fatos. A comissão de direitos humanos da OAB (Ordem dos advogados do Pará) e O Núcleo da Defensoria Pública de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fundamentar suas ações tem solicitado informações à República do Pequeno Vendedor, principalmente quando se trata da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em todos os aspectos, inclusive, quando se trata da violência institucional da infância no tema das medidas sócio educativas.

7

Considerações Finais

A realização deste trabalho revestiu-se de maior importância para nós, pois foi um processo reflexivo no qual pudemos reconstruir a trajetória do Movimento República do Pequeno Vendedor, assim como expressar nossa compreensão sobre a trajetória da história das crianças pobres no Brasil. Verificamos, ao adentrar nos documentos que tratam das políticas de atendimentos aos meninos de rua, que os programas criados para dar assistência a esse segmento social não cumpriram seu papel, já que foram, em sua maioria, meramente paliativos e sem uma política de trabalho com as famílias das crianças. Por isso, acabaram não favorecendo o grupo para o qual eram destinados.

O que vimos no decorrer da pesquisa foi que as políticas oficiais para atendimento as crianças de rua não apresentam a consistência necessária, nem o compromisso de cumprirem com seus verdadeiros objetivos, que é atender pessoas vivendo à margem da sociedade e que, por falta de responsabilidade social do Estado, passam a indigentes.

O problema da Criança e do Adolescente segregado do convívio social faz parte das feridas da história e de suas febres sociais que deixaram o estigma de que, ser pobre e criança no Terceiro Mundo, é estar isolado dos direitos fundamentais para a sua subsistência.

Percebemos, nesta trajetória do trabalho que o poder público, apesar de sua retórica de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes de rua, tem apresentado resultados insatisfatórios, seja pela sua inabilidade em retirá-la da rua, seja pela efetivação de programas que não conduzem à cobertura de mínimos sociais as suas famílias. Paradoxalmente às suas leis, consideradas avançadas na questão da criança e do adolescente, o Estado tem se apresentado inibidor de mudanças em suas instituições, com práticas assistencialistas e paternalistas, baseadas ainda, na cultura da meritocracia.

Muitas vezes, essas instituições do Estado não concebem os meninos de rua como crianças; por isso, sugerem como alternativa para sua saída da rua o trabalho, afastando-as cada vez mais da escola e do local adequado para sua formação e para sua aprendizagem. A relevância que acreditamos ter nosso trabalho se coloca por ter iluminado a problemática em sua complexidade,

trazendo dados aos estudos acadêmicos que talvez permitam a academia ir além dos estudos mais gerais sobre a infância e virem a se preocupar mais em investigar a temática “meninos e meninas de rua”. Acreditamos que possibilitando esta mudança no foco, há espaço para a revisão de suas produções no que diz respeito às políticas de atendimento aos segmentos marginalizados da sociedade.

Do ponto de vista social, a pesquisa, também pode contribuir aos diversos movimentos sociais, ONGs e instituições que trabalham na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, no sentido da elaboração ou reelaboração de suas políticas de ação e enfrentamento a violação dos direitos das crianças e adolescentes. Ou seja, esperamos que esta tese possa contribuir para o trabalho das organizações que tem como objetivo a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sendo muito otimista, quem sabe o próprio Poder Público venha a tomar ciência de seu conteúdo e, de alguma forma, com as experiências apresentadas, possa alavancar a elaboração de ações para atendimento a crianças e adolescentes que vivem em situação de risco.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, podemos dizer que, pela análise dos dados levantados, se configura socializador, congregador e, quando no melhor de suas ações, solucionador da problemática de, pelo menos, um grupo de crianças. Vimos que o êxito de suas práticas se assenta em alternativas de saída das crianças da rua, seja através de suas oficinas de cursos profissionalizantes, ou seja, pela colocação do menino no mercado de trabalho, já que tem possibilitado a inserção desses meninos na sociedade e no mercado de trabalho através de profissionalização. O trabalho da República nos mostrou que o seu objetivo maior é, de fato, resgatar a dignidade de pessoa humana dessas crianças.

Para esta conclusão, consideramos nada melhor do que trazer os relatos de alguns meninos outrora atendidos pela República e que hoje são gerentes de banco e de supermercados, economistas, professores, empresários, profissionais liberais, assim como, a fala dos educadores que passaram ou atuam ainda hoje no movimento sobre a importância do mesmo para suas vidas. Os relatos dos meninos foram capturados em relatórios da RPV, em reportagens de jornais de circulação na cidade de Belém e em documentários que tratam do atendimento da República aos meninos de rua. Os relatos dos educadores foram extraídos das entrevistas realizadas com os mesmos durante a pesquisa;

“eu entrei na República quando tinha 13 anos, participei do grupo de vendedores de sacolas no ver-o-peso, hoje sou economista, tenho minha empresa e estou muito Bem de vida. Muito obrigado ao Padre Bruno e a republica” (E. P. J – Economista e empresário/ Ex-garoto da República na década de 1980);

“Minha experiência na República foi quando trabalhava na feira do mercado de São Braz. Fui atendido lá, trabalhei como off boy na caixa econômica dos 15 as 18 anos, encaminhado pela República. Hoje sou professor de Geografia no Estado” (P. S – professor de Geografia/ Ex-garoto da República na década de 1980);

“Se hoje eu tenho minha casa, tenho uma família estruturada, tenho um emprego como gerente de supermercado, eu agradeço à República do Pequeno Vendedor” (C. Gerente de supermercado / Ex-garoto da República na década de 1990);

“Se não fosse o movimento, eu não seria o que sou hoje. O movimento é um prolongamento de minha família. Eu estava numa família fragmentada e recebi o complemento do movimento que foi a coisa mais importante da minha vida, se não fosse o movimento eu não saberia dizer por onde eu estaria hoje, dá pra dizer mais ou menos que eu não teria o pensamento que tem hoje, o movimento é fundamental na minha vida” (J. C, S - educador / Ex-garoto da República na década de 1970);

“Toda minha carreira profissional foi construída no e pelo movimento. A minha ação de professora da universidade é permeada pelo que eu aprendi na República. Minha família foi construída a partir da República. Digo isso por que conheci meu marido na República. A República é tão importante na minha vida que na introdução da minha tese de doutorado na UFRN eu faço um relato sobre isso” (Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora);

“Tudo que eu construí minha vida profissional e até pessoal, foi a partir do movimento. O movimento me ensinou a ser gente. Gente que gosta de gente, que luta por gente, que defende de gente. Aqui você aprende a ser solidário, amigo, compromissado, irmão, a defender o desprotegido, a dá futuro a quem não tinha perspectiva de futuro. (Maria dos Reis-educadora/coordenadora pedagógica desde 1984);

“Eu me formei assistente social na República, por isso ela é importantíssimo para mim, por que me ajudou a formar a a minha concepção e o meu fazer profissional, e até hoje eu levo comigo. Hoje eu não atuo mais com crianças e adolescentes, eu estou em uma outra área, mas muito do que eu aprendi no movimento de Emaús eu incorporei a minha profissão” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV).

Os Movimentos sociais são os principais protagonistas na área da educação informal, principalmente pela luta que travam pelos seus direitos. Essa luta tem dado a esses movimentos grande visibilidade como um ator independente, pois suas demandas são, freqüentemente, incorporadas pelos demais setores da sociedade, inclusive pelo próprio poder estatal.

Reiteramos a importância da educação informal para organização dos movimentos sociais, pois ela é promotora de mecanismos de inclusão social, entendendo por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar em programas sociais compensatórios.

Advogamos que é preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, entendidos como a participação coletiva de pessoas diferentes com metas iguais. Isto tudo está no campo da educação informal. Se não houver sentido nas formas de participação na área da educação, com projetos de emancipação dos cidadãos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços mais autoritários do que já vivenciamos antes.

Após entrar no universo das atividades desenvolvidas pela República do Pequeno Vendedor, percebemos que sua tarefa é gigantesca. Para desenvolvê-la, foi necessário a RPV criar toda uma estrutura de pessoas e equipamentos sem esperar a iniciativa das políticas públicas e do poder público, pois, como vimos, a RPV assume o compromisso de dar às crianças de Rua aquilo que a ela e a sua família, é negado pelo Estado.

Atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de exclusão, particularmente, as que estão em situação de risco pessoal e social na rua, abuso, exploração sexual e violência doméstica foi o que constatamos na prática diária da República do Pequeno Vendedor no decorrer da realização desta pesquisa. Com isso confirmamos nossa tese de que programas como a República do Pequeno Vendedor têm construído estratégias e práticas pedagógicas, com ênfase não exclusiva na educação informal, mais bem sucedidas do que as políticas públicas estatais para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade.

8

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, N.M. **Movimento popular, democracia participativa e poder público local**. Uberlândia 1983/88: História e Perspectivas, 1991.

ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. **Infância e sociedade no Brasil: Uma análise da literatura**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, v. 26, p. 3-37, 1998.

AMARAL, Rosali Maria Sodré. **Infância e Estado**: a canção de ninar para a criança não dormir na rua. CED/UFPA, 1998, mimeo.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Estado e Políticas Urbanas na Amazônia**: A experiência das Intervenções Urbanas na Orla Fluvial de Belém. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - Belém. *Anais*. Belém: Campus Universitário do Guamá., 2007.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática Escolar**. São Paulo: Papyrus, 2005.

ARATO, A. e COHEN, J. **Sociedade civil e teoria política**, in L. Avritzer (org.), *Sociedade civil e democratização*, Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARIÉS, Philippe. **História da vida privada**. Da renascença ao século das luzes. São Paulo: companhia das letras, 1988.

AVRITZER, L. **Cultura política, atores sociais e democratização**: uma crítica às teorias da transição para a democracia, in L. Avritzer, **A moralidade da democracia**, São Paulo/Belo Horizonte, Perspectiva/UFMG, 1996

BEM, Arim Soares. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ. Soc. v.27 n.97 Campinas set./dez. 2006

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo, 2ª Ed.: Brasiliense, 1986

BRANT, V.C. **Da resistência aos movimentos sociais**: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

BRASIL, Lei Federal nº 6.697 / 1979 – Código de Menores.

BRASIL, Lei Federal nº 8.068 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRITO, R. C. **Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: Subsídios para uma intervenção comunitária.** Porto Alegre: ArtMed, 2005.

BRITO, José Maria. **Trabalhando com crianças institucionalizadas.** São Paulo: HuteC, 1999.

CÂMARA, MEDEIROS, FERRIANI & GOMES. **Instituições de atendimento a meninos de rua.** Belém: Pakatatu, 2000.

CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA. Prefeitura Municipal de Belém. Belém, 1997.

Campanha da Fraternidade 1987. **Quem Acolhe o Menor Amim Acolhe.** Brasília, CNBB, 1987

CASTELLS, Manuel. **Movimentos sociais urbanos.** Madri: Siglo XXI, 1974.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CEDECA – EMAÚS. **Violência contra crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém.** Belém: Banco de Dados/CEDECA, 2009

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CHARLOT, Bernard. **A individualização da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CHAVES, M. N. **A política de Assistência Social em Belém.** Belém: Pakatatu, 2006.

COMISSÃO DOS BAIRROS DE BELÉM. **Relatório de atividades 2007,** mimeo.

CNBB. **Projeto Pedagógico da Pastoral do Menor.** Brasília, 2005.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **De menor a Cidadão.** Brasília: Editora do Senado, 1985.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da, Família, Base de Tudo, Belo Horizonte: *Modus Faciendi*, 1998

COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de educação popular.** In *Cadernos de educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1987, v. 1.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Aventura pedagógica:** caminhos e descaminhos de uma ação educativa na rua. São Paulo: Columbus Cultural, 1999.

COSTA, Dom João Resende. **Dom Bosco.** São Paulo: Salesiana, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Pedagogia da Presença.** Brasília: Editora do Senado, 1990.

COSTA, S, Contextos de construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 47, 1997.

COSTA. A. C e LONDONO F. T. **A origem do conceito menor..** São Paulo: Contexto, 2002.

DATA – Delegacia de Atendimento as Crianças e Adolescentes. SSP/Governo do Pará. Relatório de registro de ocorrências em Belém, 2009.

DEL PRIORE, M. (org). **História da criança no Brasil.** Rio de Janeiro: Contexto, 1992.

DEL PRIORE, Mery. **História do Cotidiano.** São Paulo: contexto, 2001.

DEL PRIORE, Mery. **A criança no Brasil Colônia.** Sociedade e educação, 2002.

DIRETRIZES DE AÇÃO. **Movimento Nacional de Meninos e meninas de rua.** Brasília: MNMMR, 1995.

DRAIBE, Sônia. **O Welfare State no Brasil:** características e perspectivas. Ciências Sociais hoje, 1989. São Paulo: ANPOCS – Vértice, 1989, p. 14-60.

DRAIBE, Sônia. **As Políticas Sociais Brasileiras:** diagnóstico perspectivas para a década de 90. Brasília: IPLAN/IPEA, 1990, p.1-66.

DRAIBE, Sônia. **O sistema Brasileiro de Proteção Social;** o legado desenvolvimentista e a agenda de reformas. Texto preparado para PNUD. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2007, PNUD/IPEA: Brasília.

EVERS, T. Identidade: **a face oculta dos novos movimentos sociais.** *Novos Estudos*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-23, abr. 1984;

FBESP. Fundação do desenvolvimento Social do Pará. **Relatório anual.** Belém, mimeo, 1973.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, CIVICUS, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários para prática escolar: Paz e Terra, 19.

FORSTER, BASTOS, TANNHAUS. **Rede de atendimento a jovens infratores**. Porto Alegre: ARTMED. 1992).

FUNPAPA. Caminhos da Assistência I – Cartilha. Belém, 1993

FUNPAPA. Caminhos da Assistência II. Cartilha. Belém, 1998

GÉLIS, A. **A individualização da criança**. In: História da vida provada. Da renascença ao século das luzes. São Paulo: Comp. Das letras, 1995.

GONÇALVEZ, Zuíla de Andrade. **Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém**. Belém: Salesiana, 1979.

GOHN, Maria Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria Glória. **Movimentos sociais e educação** . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GRACIANI, Maria Estela. **Pedagogia social de rua** : Cortez,. São Paulo, 1998.

GeoSUAS - **Georeferenciamento e geoprocessamento do Sistema Único de Assistência Social**, 2006. Ministério de desenvolvimento social.

GRACIANI, Maria Estela. **Educação popular como alternativa para os meninos de rua**. In Paixão de aprender II. Petrópolis: Vozes: 2005.

IBGE – PND. Pesquisa amostragem por domicílio, 2005.

IBGE. **Estimativa Populacional dos Municípios Brasileiros para o ano de 2006.**

IBGE. **Famílias: indicadores sociais.** Rio de Janeiro, 2007.

JAVEAU, C. **Criança, infância(s), crianças:** que objetivo dar a uma ciência social da infância? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 379-389, maio/ago. 2005.

HECHT, M. S. **É possível educar na rua ? In: Projeto Alternativo de atendimento a meninos e meninas de rua:** Instituições de atendimento aos menores, Brasília, 1998

KRAMER, Sônia & BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2003

KRAMER, Sônia. **Apolítica do pré- escolar no Brasil:** a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Papyrus, 1995.

KRAMER, Sônia. **Com a pré- escolar nas mãos.** São Paulo: Ática, 1998.

KUHLMAN Jr. **Instituições pré-escolares no Brasil.** São Paulo: Mimeo, 1992.

LAMARÃO, Maria Luiza. **Criança, violência e Cidadania.** Belém: UNAMA, 2005.

LAVARENGA. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

LEITE, Miriam L. M. **O obvio e o contraditório da Roda.** In: DEL PRIORI, Mery (Org.). **História da Criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Jorge. **Ativismo em rede e conexões identitárias:** novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, no.18, Porto Alegre, July/Dec. 2007.

MARTINS, José S. **Massacre dos Inocentes:** a criança e a infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEIRELLES, Filho, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia:** mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta: Ediouro, 2004

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais.** Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

MENDEZ E COSTA. **Das necessidades aos direitos**. Brasília, editora do Senado, 2004

MOVIMENTO DE EMAÚS. **Relatório de atividades**. Belém, mimeo, 2004.

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. **Trajetória da luta em defesa da criança e do adolescente no Brasil**. Coleção: publicações w divulgação do movimento, série 3, nº. 1, 1995

OLIVEIRA, C. F .G. **Se essa rua fosse minha**: um estudo sob re a trajetória e vivencia de meninos de rua no Recife. Recife: UNICEF, 1980.

PAULO FREIRE & DUCADORES DE RUA. **Uma Abordagem Crítica. Projeto Alternativas de Atendimentos a Meninos de Rua**. Brasília, Cartilha, 1985.

POLÍTICA O BEM ESTAR DO MENOR. **Lei 4.513/1965**.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudo de Geografia Urbana. 2. v. Belém: UFPA, 1968.

PMB. **Anuário Estatístico do Município de Belém**, SEGEP: 2009

POULANTIZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Relatório da violação do Direitos Humanos. UERJ/ONU, 2009

RENDEIRO, Ana Carmen Martins. **Criança n Rua**. São Paulo: Escuta, 1982.

RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, Irene.:**Vida nas ruas**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 2001.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil. Uma análise de sua construção**.. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 3ª ed. 2007.

RODRIGUES, Carmem. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-PA. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ROSEMBERG, F. **O Discurso Sobre Criança de Rua na Década de 80**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, N 87:71 – 8, Nov. 1994.

SANTANA, J. P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: Objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos.** 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; FROSI, R.V.; KOLLER, S. H. **Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento.** Manuscrito submetido à Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003

SANTOS, Oder José dos. **Pedagogia dos Conflitos Sociais.** Campinas/SP: Papirus, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais, Sociedade e Estado.** Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, dezembro./abr. 2006/2007. NPMS

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

TARROW, S. **O Movimento social.** Brasília: UnB. , 1994.

TOURAINÉ, Alan. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** In: Albuquerque, J. A. G. (org.). *Classes médias e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

TOURAINÉ, Alan. **Palavra e Sangue.** Campinas: Unicamp, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância / ONU. **Relatório anual da situação da infância no mundo, 2006.**

VAMOS CONTAR. **Caminhos da Assistência I.** Belém: FUNPAPA, 1993

VAMOS CONTAR. **Caminhos da Assistência II.** Belém: FUNPAPA, 1998

VEIGA, Cynthia Greive & MENDES, Luciano Farias. **Infância no Sótão.** BH: Autentica, 1999.

VIANA, marcos. **O domínio da Amazônia.** Belém: UDUFPA, 1967.

Vídeo com a história dos 30 anos da República do Pequeno Vendedor no qual está os programas: Glogo Reporte, Fantástico, Criança Esperança, out. 2000.

www.silviojunior.com.br. **Blog do Silvio Junior.** Acessado em 10/07/2010

www.gov.para.com.br. Acessado em 20/12/2009

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência dos Municípios brasileiros**, redes de informação tecnológica Latino americano, 2008

ZORAIDE, Maria. **Assistência Social no Pará**. Belém: UNAMA, 2001.

9 Anexos

ROTEIRO DA ENTREVISTA

A ORIGEM

- De onde veio a idéia de criar um movimento para trabalhar com crianças e adolescentes trabalhadores de rua ?
- Como e em que ano surgiu o a República do Pequeno Vendedor / Movimento República de Emaús ?
- Quem é o Padre Bruno Secch e qual sua importância para o Movimento República de Emaús?
- Por que o nome Movimento de Emaús / República do Pequeno Vendedor?
- Há relação entre o contexto histórico do movimento militar da época com o surgimento da República do Pequeno vendedor?

SITUAÇÃO DO MENINO DE RUA

- O Estatuto da Criança e do Adolescente representou de fato, um avanço nas políticas de atendimentos das crianças e aos adolescentes na década de noventa?
- Por que em Belém, após dezoito anos de Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é comum se ver muitas crianças nas ruas trabalhando, se drogando, perambulando e esmolando?
- Por que criar um movimento na Amazônia com características de defesa dos direitos humanos ?
- O que mudou nesses 30 anos de atual do movimento em termos de direitos das crianças e dos adolescentes marginalizados?

RPV

- Qual a importância do Movimento República de Emaús para sociedade?
- Qual a relação do Movimento com o poder público?
- Qual a relação do movimento com outros movimentos sociais ?
- No que está fundamentado o trabalho do movimento com crianças e adolescentes?
- Como sobrevive o movimento? De onde vêm seus recursos?

TIPO DE TRABALHO REALIZADO

- Conte um pouco do que vc sabe da história do movimento de Emaús ?
- Como é desenvolvido de socialização de meninos de rua pelo movimento
No que consiste o trabalho desenvolvido com meninos de rua pelo movimento?
- Qual a representação social que vc acha que o movimento tem para os habitantes de Belém?

ENCERRAMENTO

- Qual o significado do Movimento em sua vida?

FOTOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA RPV¹



Foto 27 - Curso de musicalização



Foto 28 - Grupo de capoeira

¹ Fotos: Marisa Pinheiro



Foto 29 - Apresentação grupo de capoeira



Foto 30 - Curso de musicalização



Foto 31 - Concentração para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV



Foto 32 - equipe de arrecadação dos objetos doados pela população para RPV



Foto 33 - Concentração para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV



Foto 34 - Caminhão para arrecadação dos objetos doados pela população para RPV



Foto 35 - Voluntários e educadores da RPV



Foto 36 - Produtos produzidos nos cursos feitos pelos meninos



Foto 37 - Cartaz da campanha de sócio solidário para arrecadação de recursos



Foto 38 - Reunião com os pais dos meninos atendidos



Foto 39 - Apresentação grupo de percussão



Foto 40 - Apresentação grupo de dança



Foto 41 - Apresentação do grupo de capoeira



Foto 42 - Grupo de voluntários da RPV



Foto 43 - Padre Bruno Secch